

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

Partido Verde: governamentalidade e dispositivo ambiental

Pesquisa do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Relatório final, fevereiro de 2013.

Pesquisador: Vitor do Amaral Osório

Orientador: Edson Passetti

Resumo original

O Partido Verde funcionou como fiel da balança nas últimas eleições presidenciais no Brasil e arregimentou uma parte de eleitores que se consideravam ‘progressistas’. Além de um levantamento histórico de sua presença no Brasil e em especial nos estados onde se destaca, a pesquisa buscará as relações do PV com ONGs e programas de governos, com parceiros econômicos. Haverá um detalhamento e comparação entre os seus programas políticos eleitorais, procurando contextualizá-los com os diversos momentos do tratamento dado à questão ambiental.

Resumo do relatório

A década de 60 foi marcada por contestações a todas as estruturas da sociedade. Muito além de querer reformar o Estado por dentro, pessoas, de idade e espíritos jovens, queriam destruí-lo e inventar outros fundamentos para sua sociabilidade. A ecologia foi uma das resistências a práticas capitalistas e, por consequência, ao próprio estado de direito. Porém, foi um desses jovens rebeldes – o artista alemão Joseph Beyus – que no final da década de 70, colaborou para a fundação do Partido Verde alemão, que significou a institucionalização e captura de uma política que combatia o próprio Estado.

Em seu exílio, Fernando Gabeira morou na Alemanha e entrou em contato com práticas alternativas de se viver na cidade. Ao voltar para o Brasil, estava engajado em causas ambientais e em 1986, junto com outros parceiros, fundou o Partido Verde (PV) brasileiro. O auge da força política do partido foi em 2010 com a entrada de Marina Silva, tornando-se candidata à presidência da república e alcançando vinte milhões de votos.

A participação da sociedade civil foi fundamental na campanha de Marina em 2010, já que o PV não fez coligações com outros partidos. A articulação da campanha teve participação fundamental de Eduardo Rombauer, idealizador do Movimento Marina Silva, e que com sua saída, em 2011, do PV, passa a ser uma das procedências do Movimento por uma Nova Política que sugere a formação de um novo partido para a disputa presidencial em 2014.

Sumário

Introdução	5
1. Relatório de Atividade	
1.1. Levantamento bibliográfico.....	6
1.2. Atividades Acadêmicas.....	7
1.3. Atividades extra-acadêmicas.....	7
2. Relatório Científico	
2.1. Joseph Beyus e a formação do PV alemão.....	8
2.2. Gabeira, a Escola de Frankfurt	13
2.3. P.V. brasileiro e campanha de 1986.....	23
2.4. Governamentalidade e as políticas ambientais.....	30
2.5. Muro verde, um adendo.....	37
2.6. Segurança da liberdade.....	40
2.7. Ecogovernamentalidade e produção de identidades.....	42
2.8. Participação e colaboração em rede.....	45
2.9.. Eduardo Rombauer e o Movimento Marina Silva.....	48
2.10.. Natura e Guilherme Leal.....	55
2.10.1. Desenvolvimento Científico.....	59
2.11. Responsabilidade socioambiental corporativa.....	63
2.12. Uma justificativa institucional e sua ineficácia.....	67
2.13. A saída de Marina do PV, o Movimento por uma Nova Política e as eleições municipais e a formação de um novo partido.....	69
2.14. O intelectual profético-especialista.....	73
2.15. Moduladores.....	76
3. Conclusões.....	85
Anexo 1.....	88
Anexo 2.....	92
Anexo 3.....	96
Anexo 4.....	101
Anexo 5.....	115
Referências bibliográficas.....	135

Introdução

Na primeira parte do relatório, apresento as procedências do Partido Verde brasileiro, a partir da trajetória de Fernando Gabeira, não deixando de discorrer sobre o Partido Verde alemão – o primeiro entre os Partidos Verdes –, focando na figura de Joseph Beyus e sua presença nas contestações políticas da década de 1960. Saliento a importância do conceito de governamentalidade desenvolvido por Michel Foucault, para a análise do deslocamento da chamada vida alternativa até a formação de um partido político. Chamo a atenção para os levantes da década de 1960, a partir de Hakim Bey, assim como para as determinações exteriores do amor cristão, a partir de Max Stirner, para a análise das propostas da nova sociedade proposta por Beyus. Realizo uma breve análise da Escola de Frankfurt e das ideias de Herbert Marcuse, já que este nos parece fundamental para entender as dimensões das reivindicações ecológicas da década de 1960.

Como método de análise do discurso ecológico e ambiental do presente, utilizo o conceito de *governamentalidade* elaborado por Michel Foucault. O conceito nos ajuda a compreender os diferentes níveis e formas de relações de poder, permeados por um discurso global, em torno da sustentabilidade. Depois, segue uma análise das procedências do Movimento Marina Silva e do Movimento por Uma Nova Política, a partir da figura de Eduardo Rombauer, criador e gestor de ambos. A escolha desse enfoque se deu pela emergência de movimentos parecidos – não partidários – no mundo inteiro, que têm como objetivo a participação na política institucional. Buscamos, também, mostrar a trajetória política de Eduardo Rombauer e suas conexões com grandes instituições, nacionais e internacionais, governamentais ou não.

Ao falar do *Movimento por Uma Nova Política*, problematiza-se sua emergência a partir da perspectiva de Michel Foucault sobre verdade e poder, e finaliza-se discutindo a necessidade da conscientização ao atrelar as práticas de democracia participativa à noção de desenvolvimento sustentável. Nos anexos, encontram-se: um relatório do seminário de Guilherme Castelo Branco, que fez parte do ciclo de seminários do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*; um relatório do discurso de Marina Silva em uma discussão sobre o Código Florestal realizada no Instituto Fernando Henrique Cardoso em setembro de 2011; um relatório do evento intitulado *Ecosofia*, realizado em maio de 2011, no qual participou José Eli da Veiga; e dois relatórios sobre a Rio+20.

1. Relatório de Atividade

1.1. levantamento bibliográfico

O primeiro momento da pesquisa, de acordo com o cronograma, ateu-se ao levantamento bibliográfico, à coleta de dados, presença em seminários e palestras relacionadas, assim como em reuniões com a equipe de pesquisa e com o orientador.

Realizou-se uma análise de textos e livros sobre a formação do Partido Verde alemão, suas procedências nas revoltas de 68, o contato de Fernando Gabeira com a *vida alternativa* na Alemanha, e, finalmente, a formação do Partido Verde brasileiro.

Com a saída de Marina Silva do quadro de membros do Partido Verde, a pesquisa desviou-se para o *Movimento Marina Silva* e o *Movimento por Uma Nova Política*, a partir da presença de Eduardo Rombauer. A análise do *Movimento Marina Silva*, assim como o *Movimento por Uma Nova política* foi realizada a partir de sítios

das duas organizações na internet. Esta também foi fundamental para a coleta de notícias a respeito do tema da pesquisa.

Fez-se necessário também a leitura e fichamento de livros do filósofo Michel Foucault, com a finalidade de compreender as práticas em torno da questão ambiental. Para isso, foram utilizados artigos de revistas eletrônicas entre elas a revista *Ecopolítica*, produzida no interior do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*.

1.1. Atividades acadêmicas

Como parte da programação do projeto temático, tabulei cerca de quinhentas notícias, da Folha de S. Paulo e do O Estado de S. Paulo, referentes ao tema meio ambiente. As notícias eram tabuladas por: data, título, sessão, área temática, resumo, palavras-chaves, conexão com outros fluxos e observações.

Além da tabulação, foram elaborados fichamentos de textos sugeridos pelo o orientador, e também participei de seminários realizados pelos coordenadores dos fluxos e filósofos, cientistas políticos e antropólogos convidados da PUC-SP e de outras universidades.

Foram produzidos relatórios, referentes aos temas de interesse do fluxo Meio Ambiente, no qual esta pesquisa se insere - pertencente ao projeto temático. Nos anexos, encontram-se cinco desses relatórios.

1.2. Atividades extra-acadêmicas

Como parte do planejamento, participei de eventos fora da PUC-SP, referentes ao tema, como: um encontro no Instituto Fernando Henrique Cardoso, do qual Marina Silva participou, sobre o Código Florestal; um evento chamado *Ecosofia*, realizado na Aliança Francesa, em São Paulo, no qual participou José Eli da Veiga, um dos teóricos do desenvolvimento sustentável e economista da campanha de Marina Silva para a presidência em 2010; o encontro do Comitê Paulista Facilitador para a participação da sociedade civil na Rio+20, assim como do primeiro encontro do Comitê Universitário facilitador para a participação dos jovens na Rio+20. Todos esses eventos foram fundamentais para a produção deste relatório.

2. Relatório Científico

2.1. Joseph Beyus e a formação do PV alemão

Michel Foucault aponta que entre os movimentos de concentração estatal e o de dissidência religiosa no século XVI aparece o problema de como ser governado, “por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc. Problemática do governo em geral” (FOUCAULT, 2011: 278).

A governamentalidade¹ na sociedade de controle busca trazer para si aqueles que em algum momento foram resistências a práticas capitalistas e ao planejamento

¹ Foucault utiliza o termo “governamentalidade” para referir-se ao objeto de estudo das maneiras de governar. Encontramos, em consonância com os eixos da noção de governo que mencionamos, duas ideias de governamentalidade. Em primeiro lugar, um domínio definido por 1) conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central, e economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. 2) A tendência, a linha de força que, por um lado, no Ocidente, conduziu à preeminência desse tipo de poder que é o governo sobre todos os outros: a soberania, a disciplina, e que, por outro, permitiu o desenvolvimento de toda uma série de saberes. 3) O processo, ou melhor, o resultado do processo, pelo qual o Estado de

socialista. Foi o caso daqueles que buscavam uma forma de vida alternativa, criticando a própria existência do Estado, e acabaram capturados pelo dispositivo ambiental culminando na formação de um partido político *alternativo*: o Partido Verde.

Na Europa, o Partido Verde Alemão é o primeiro a surgir e um de seus membros fundadores, o artista plástico Joseph Beyus, teve participação ativa durante os levantes da década de 1960.

Beyus fez parte do grupo artístico Fluxus. Seus membros afirmavam posicionamentos políticos por meio de *happenings* e performances. Beyus acreditava na revolução pessoal por meio de uma revolução dos conceitos. Pautava-se na ideia de mudança a partir do poder de cada um, afirmando a soberania do indivíduo como forma de libertação: “O homem precisa saber que, em sua liberdade e na ação exercida conscientemente, o *eu* se reconhece como soberano, como aquele que determina” (D’AVOSSA, 2010: 13). Mas para Beyus, o caminho para a libertação não se fazia sozinho e para que a soberania de cada um fosse respeitada, a democracia direta - onde as decisões são tomadas por meio de plebiscitos - seria a forma política mais adequada.

O discurso que se vinculava a uma crítica local, passou a tentar responder a uma reivindicação planetária a partir da formulação de uma equação entre as noções de sustentabilidade e economia verde.

Nas décadas de 1960 e 1970, nota-se a emergência de críticas às instituições e às práticas mais ordinárias e próximas a nós. Foucault as chama de críticas *descontínuas e particulares*, onde se evidencia “um efeito inibidor próprio das teorias totalitárias” (FOUCAULT, 2010b:7).

justiça da Idade Média converteu-se, durante os séculos XV e XVI, no Estado administrativo e finalmente no Estado *governamentalizado* (CASTRO, 2009).

Não que essas teorias envolventes e globais não tenham fornecido e não forneçam ainda, de uma maneira bastante constante, instrumentos localmente utilizáveis [...]. Mas elas só fornecem, acho eu, esses instrumentos localmente utilizáveis com a condição, justamente, de que a unidade teórica do discurso fique como que suspensa, em todo caso recortada, cindida, picada, remexida, deslocada, caricaturada, representada, teatralizada, etc (FOUCAULT, 2010b: 7).

Essas críticas locais que não pretendem responder a uma totalidade, unanimidade, nem podem ser contidas dentro de um regime comum, têm na sua particularidade, na sua regionalidade está contundência que as fortalece.

Esses movimentos espontâneos e experimentais que caracterizaram as revoltas ocorridas em todo o mundo no ano de 1968 e a produção do Fluxus são os *levantes* apontados por Hakim Bey, que ao contrário das revoluções, não pretendem ser duradouros, justamente porque são extraordinários, são *experiências de pico*. Assim, fogem da captura da História e, portanto, do próprio Estado.

O slogan “Revolução!” transformou-se de sinal de alerta em toxina, uma maligna e pseudo-gnóstica armadilha do destino, um pesadelo no qual, não importa o quanto lutamos, nunca nos livramos do maligno ciclo infinito que incuba o Estado, um Estado após o outro, cada “paraíso” governado por um anjo ainda mais cruel (BEY, 2004: 16).

Segundo Deleuze, a história capta apenas a efetuação dos fatos, deixando de lado todo o vir a ser: a História é a história das maiorias. A diferença entre maioria e minoria não é somente numérica, mas se encontra no modelo necessário para que uma maioria se afirme enquanto tal e, portanto, institui o que é majoritário. Uma minoria potente não segue modelo, é um processo criador potente. Essa potencialidade criadora é abandonada a partir do momento em que se desenvolve um

modelo, mesmo *alternativo*, que expressa o desejo de reconhecimento por parte do Estado, culminando na constituição de um partido político:

quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer tornar-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação (por exemplo, ter um Estado, ser reconhecido, impor seus direitos). Mas sua potencia provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender (DELEUZE, 2010: 218).

Em 1971, Beyus funda a Universidade Livre Internacional que, segundo suas próprias palavras,

(...) é uma comunidade internacional de pesquisa. Seu círculo de colaboradores é relativamente pequeno. Não é possível frequentar a F.I.U. Trata-se, simplesmente, do projeto de uma nova sociedade, para além do capitalismo e do comunismo. Para realizar essa tarefa, cada um tem de encontrar apoio em si mesmo (RAPPMANN, 2010: 45).

Beuys leva para a F.I.U. o conceito de *tripartição do organismo social* da antroposofia de Rudolf Steiner. De acordo com ele, dentro do organismo social, existiam três esferas de luta: vida intelectual-cultural, vida jurídica e vida do trabalho (ou vida econômica). Cada uma deveria ser organizada de acordo com os seguintes princípios: liberdade, igualdade e fraternidade.

Em 1979, os membros da Universidade Livre Internacional, junto com outros grupos alternativos, fundaram o Partido Verde alemão, que surge a partir da urgência de mobilização parlamentar dos grupos alternativos.

O ponto decisivo para esta tentativa é a compreensão do movimento alternativo em seu conjunto. Este se compõe de toda uma pletera de correntes, iniciativas, organizações, instituições etc. Elas só terão uma chance de sucesso se andarem juntas. Uma iniciativa eleitoral conjunta

não significa a existência de organizações partidárias, programas partidários, debates partidários no estilo antigo. A unidade que se faz necessária só pode ter uma unidade na multiplicidade (BEYUS, 2010:55).

Antes da criação do Partido Verde alemão, Beyus e seus colegas membros da F.I.U. publicaram, em 1978, o texto “conclamação à alternativa”. Nele se expressava a ideia de uma nova sociedade, que se concretizaria a partir de uma revolução dos conceitos. Nesse novo modelo de sociedade, o Estado estaria reduzido “à função de decidir os direitos e deveres democráticos válidos para todos” (Idem: 54) na medida em que este seria uma contradição à autodeterminação e a descentralização da autogestão. A liberdade se daria no equilíbrio entre a autodeterminação e a compreensão do todo: em um sistema de produção baseado na divisão do trabalho, é difícil para cada indivíduo ter uma compreensão do todo. Assim, seria preciso criar um sistema de consultoria – por meio de *grêmios curadores e consultores* – para “produzir algo voltado para as necessidades dos outros” (Ibidem), que substitua o Estado como órgão condutor do desenvolvimento da sociedade.

Ate esse momento Beyus não pensava na conexão com um partido político. Como se sabe, a constituição de um partido político, apesar de estratégica, dependendo do contexto histórico, representa por si só o abandono da liberdade individual em troca de uma conduta dentro dos limites do estatuto do partido. A própria soberania do cidadão no momento da eleição não pode existir já que consta no estatuto do partido que o membro afiliado deve participar das campanhas eleitorais, apoiando e votando nos candidatos indicados pelas instâncias partidárias. Contudo, mais tarde Beyus será um dos fundadores do Partido Verde Alemão.

Importante ressaltar que Max Stirner, no século XIX, já havia apontado que os valores universais da Revolução Francesa, tidos como princípios organizadores da nova sociedade proposta por Beyus e o próprio cidadão soberano do Estado moderno

burguês implicam determinações exteriores e se fundamentam na ideia do amor cristão: “seja o que for que do cristianismo foi derrubado pelos golpes da Revolução, o amor, a sua essência mais autêntica, permaneceu acoitado no coração da liberdade revolucionária” (STIRNER, 2002:18). A liberdade de um cidadão soberano não está fundamentada na razão livre, mas dentro dos limites da civilidade. Assim como a igualdade se dá apenas entre os considerados *cidadãos*.

2.2. Gabeira, a Escola de Frankfurt

Com o golpe de Estado do Chile, Fernando Gabeira passou a duvidar do caráter revolucionário da classe operária, da luta armada, e do próprio marxismo que se fechava para algumas questões cruciais como feminismo, o homossexualismo e os negros. Por isso, cursou antropologia na Universidade de Estocolmo, pois o curso dava abertura a esses tipos de questões que, segundo ele, “eram uma janela para o mundo, algo que me impulsionava para além do marxismo” (GABEIRA, 2012: 111). A ecologia, por outro lado, permitia substituir o tema da luta de classes, articulando os outros temas e tratando diretamente de como produzir e consumir. A revolução socialista estava distante e restava apenas lutar pela democracia.

Desejar a democracia rebaixava nossos sonhos do fim da exploração do homem pelo homem, de um tempo em que todos seriam compensados pelo trabalho, seguido de outra era, em que todos seriam compensados de acordo com suas necessidades (GABEIRA, 2012:109).

Morando na Suécia, tinha contato com os desdobramentos da conferência da ONU sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo no ano de 1972. Tomou ciência

das ideias do Partido Cidadão, que já naquela época queria acabar com o tráfego de automóveis no centro da cidade.

Vivíamos o despertar da consciência ecológica. As propostas eram de mudança na vida individual – comer de forma saudável, combater o trânsito no centro da cidade, como fazia o Partido Cidadão. Os principais textos eram também denúncias da poluição e de crimes que se cometiam contra o meio ambiente. Nos anos iniciais dessa tomada de consciência, o desejo era o de que a economia desse conta da variável ambiental (GABEIRA, 2012: 111).

Na Suécia convivia com uma pequena colônia brasileira que organizava reuniões, eventos culturais e denunciavam a tortura e a repressão no Brasil. Impressionou-se com a importância das mulheres, que, naquela cultura, ocupavam cargos importantes e representavam “um processo social de grande envergadura” (GABEIRA, 2012: 110). Sua voz fazia sucesso e chegou a trabalhar em programas de língua portuguesa na Rádio Sueca, assim como com publicidade. Entre outras coisas, narrou um vídeo de apresentação de uma empresa de embalagem, a Tetra Pak². Limpou hospitais, cortou grama em cemitérios e foi condutor de metrô em Estocolmo. O que mais o preocupava era como voltar ao Brasil. Assim, tentou desfazer a imagem de radicalismo e violência em uma entrevista ao *Pasquim*. A entrevista depois foi publicada sob o título: *Conversações sobre 68*, e, sobre o 1968, Gabeira disse:

² A Tetra Pak é uma empresa sueca, que ganhou notoriedade no mercado ao produzir embalagens para produtos líquidos feitas de papel. A produção das embalagens foi possibilitada por um método inédito de envase contínuo e por uma técnica de esterilização asséptica que possibilitou a distribuição de produtos líquidos, sem a necessidade de refrigeração contínua. Ao longo de sua história ganhou diversos prêmios ambientais, como o “Climate Award” da Federação das Indústrias Florestais da Suécia. Foi também a responsável por produzir a primeira embalagem cartonada com a certificação FSC, Conselho de Manejo Florestal em português: uma instituição internacional, sem fins lucrativos, formada por representantes de entidades do mundo todo e um dos únicos sistemas de certificação florestal apoiado por grandes entidades, como WWF e Greenpeace. Na época em que Gabeira prestou o serviço, a empresa fazia testes com um novo sistema de envase, o Tetra King, na região de Lund na Suécia (Disponível em: <http://www.tetrapak.com/br/Pages/home.aspx>. Acessado em 12/01/2012).

o ano de 68 foi um ano em que aconteceram tantas coisas e num ritmo tão vertiginoso que não é fácil reproduzi-lo satisfatoriamente sobretudo para quem se lançou na tempestade, deixando para trás lápis e caderno de anotações. Foi um ano em que a própria noção de tempo se ampliou. O tempo passa, todos nós sabemos. Mas de um modo geral o sabemos diante de uma ruga no espelho, da morte de um avô remoto, das obras municipais. Mas naquele ano o tempo não se deixava tanto ler no corpo, na família ou no município. O tempo deu um salto como se um relógio disparasse atualizando os sonhos de muitos anos depois (GABEIRA, 1980: 65).

O seminário *Pasquim* nasceu de uma ideia do cartunista Jaguar e dos jornalistas Tarso de Castro e Sérgio Cabra, que pretendiam substituir o tablóide *A Carapuça*. O *Pasquim* ficou conhecido pela sua oposição ao regime militar. Seu primeiro número foi lançado em junho de 1969, já com a presença de Ziraldo e Millôr Fernandes – entre outros – na sua redação. Em novembro de 1970, toda a redação do semanário foi presa em virtude da publicação de uma sátira ao quadro de Dom Pedro I, às margens do Ipiranga de autoria de Pedro Américo. A perseguição ao semanário continuou e, na década de 1980, bancas que vendiam a revista foram alvo de ataques de bomba. O semanário ficou ativo até a década de 1990 graças a Jaguar, o único da equipe original que permaneceu.

Na mesma época da entrevista, Gabeira começou a escrever *O que é isso companheiro?*, enquanto esperava ansiosamente por uma anistia que chegou apenas em 1979 com a Lei da Anistia³.

³ Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares .LEI DE ANISTIA. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acessado em 20/12/2012.

Na volta ao Brasil, ficou hospedado na casa de sua prima, a também jornalista Leda Nagle. Nagle é jornalista formada na Universidade Federal de Juiz de Fora e ganhou destaque ao comandar entrevistas no Jornal Hoje, da Rede Globo de 1977 a 1985. Depois, Nagle trabalhou na Rede Manchete e no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Atualmente é apresentadora do programa Sem Censura da TV Brasil.

Gabeira provocou polêmica no verão de 1980, ao ir a praia de Ipanema, em pleno *Posto 9*, vestido com uma sunga de crochê lilás, que mais parecia a parte de baixo de um biquini de sua prima Leda. Segundo Gabeira, ele não tinha a intenção de provocar a polêmica, apenas estava acostumado com os costumes europeus. Gabeira identificou nesse caso o início de uma nova época, pautada pela política do corpo, onde o capitalismo investiria pesado em academias, artigos de beleza, cirurgias plásticas, produtos dietéticos...

Eu não imaginava que fosse surgir uma revolução através da política do corpo, não poderia supor o desfecho. Estava apenas tratando de liberdade individual, depois de um longo período em que a disciplina política reprimia muitos de nossos anseios. Na superfície, a polêmica era sobre o meu comportamento. Como, depois de participar do sequestro do embaixador americano, reaparecer de sunga na praia de Ipanema? Não era coisa de homem (GABEIRA, 2012:119).

A polêmica chamou a atenção para a questão homossexual. Gabeira foi entrevistado pelo jornal *Lampião*, o primeiro jornal gay do país. O jornal chamava-se *O Lampião da Esquina*, e circulou durante os anos de 1978 e 1981. Foi inspirado na revista homossexual norte americana *Gay Sunshine*. Participaram de sua fundação e posteriormente do conselho editorial o pintor Darcy Penteado, Aguinaldo Silva, Jean-Claude Bernardet, João Silvério e Peter Fry, entre outros. Este último, um

antropólogo inglês radicado no Brasil, foi chefe do Departamento de Antropologia da UNICAMP e vice-presidente da Associação Brasileira de Antropologia entre 2002 e 2006. Atualmente é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Na entrevista, havia uma clara provocação à esquerda e suas regras disciplinares, assim como expressava apoio a causa homossexual.

Na verdade foram muitas palavras para dizer o que um texto de Manuel Puig fez de forma formidável, em *O beijo da mulher aranha*, ao confrontar, dentro da prisão, a estreiteza revolucionária de um personagem com a sensibilidade de um detento que era gay (GABEIRA, 2012: 119).

A questão da homossexualidade permeou outros momentos da vida política de Gabeira. Em 1989, quando cogitaram seu nome para vice-presidente na chapa de Lula, um dos argumentos que derrubaram essa ideia foi o prejuízo que a figura de Gabeira, com sua proximidade com uma estética gay, poderia trazer à campanha.

No início da década de 1980, Gabeira se dedicou à defesa política do corpo. Praticava uma atividade corporal baseada na antiginástica com Garry Maresky⁴, além de aulas de dança com Klauss Vianna.

O movimento de absorção dos cuidados com o corpo pelo capitalismo ainda deixava alguma esperança de trabalhar à margem dele. Aos poucos, a apropriação mercantilista transformou o processo num fenômeno de

⁴ A antiginástica é um método corporal, criado pela fisioterapeuta Thérèse Bertherat. Segundo ela: “Diz-se que é preciso que o corpo se fortaleça, que é necessário suar e transpirar. Assim, para se entrar em forma, monta-se em sua bicicleta, pendura-se numa espaldeira, perde-se o fôlego no *jogging*, levanta-se halteres. O que é necessário fazer é primeiramente abrir os olhos e se dar ao trabalho de olhar o nosso corpo para compreender como ele funciona”(disponível em <http://www.antigymnastique.com/pt/o-que-e-a-antiginastica>. Acessado em 15/01/2013). A ideia da antiginástica é trabalhar um corpo interligado e não fragmentado. A técnica foi desenvolvida sobre a influência de terapias corporais como a bioenergética, a eutonia, o roffing, a gestalt-terapia, a acupuntura, as teorias da medicina chinesa, além da psicanálise de Wilhelm Reich (disponível em: http://www.latec.ufrj.br/desenvolvimentopessoal/index.php?option=com_content&view=article&id=124:lista-de-livros-de-therese-de-bertherat&catid=40:quem-e-quem&Itemid=100060. Acessado em 16/01/2012). Bertherat nasceu em Lyon, em 1931, e tornou-se viúva após seu marido psiquiatra ser assassinado por um de seus pacientes.

massas, não restando muito espaço para outros padrões corporais e estéticos além dos consagrados pelo mercado (GABEIRA, 2012: 120).

Algum tempo depois, partiu em viagem pelo Brasil, com o dinheiro arrecadado com a venda do *O que é isso companheiro?*, editado pela Codecri, do grupo Pasquim, visitando lugares onde as pessoas buscavam uma vida alternativa. A viagem foi acompanhada por Lena Pessoa, com quem vivia naquele momento. Sobre a vida alternativa, escreveu um livro, *Vida Alternativa*, editado pela L&PM.

Foi durante os anos de exílio que Gabeira tomou contato com uma vida alternativa. Segundo ele, nesses países – como na Alemanha e Suécia – é mais fácil se tornar um trabalhador alternativo, que, apesar de inserido no sistema, não pretende conquistar “ascensão social ou enriquecimento. (...) Nos países avançados, existem trabalhos sazonais, bicos, uma série de saídas para quem busca sobreviver para se dedicar a alguma outra coisa” (GABEIRA, 1985: 28). Esses trabalhadores se acostumaram com um nível de conforto material mais baixo do que o trabalhador convencional, porém, tiveram muito mais tempo para se dedicar a outras atividades fora do trabalho. Gabeira afirma que seu trabalho alternativo “iria ser definido no chamado tempo livre – artigos, conferências, debates sobre o Brasil etc” (Idem: 50).

No livro *Vida Alternativa: uma revolução do dia a dia*, Gabeira por diversas vezes cita Herbert Marcuse. Segundo ele, Marcuse pregava o fim da utopia dizendo que era possível outra forma de organização política e social a partir da necessidade de liberdade humana. A vida deveria ganhar uma dimensão estético-erótica, “fórmula que sintetiza a convergência da técnica e da arte, do trabalho e do jogo” (Ibidem: 11). Nesse sentido, procuramos desenvolver, de forma breve, algumas ideias de Marcuse e de seus companheiros da *Escola de Frankfurt*:

Marcuse (1999a) procura uma resistência às condições sociais e institucionais que beneficiam a destruição de vidas. Para isso, recorre a algumas noções de Freud: um impulso primário chamado Thanatos, que corresponde à energia destrutiva e se relaciona com uma pulsão de morte; um princípio de realidade que é a soma das normas e valores que governam o comportamento normal das pessoas (MARCUSE, 1999a).

A destruição está institucionalizada e isso interfere no caráter individual de cada um. A vida gira em torno do equilíbrio entre energia erótica – o Eros – e a energia destrutiva – o Thanatos. Uma estrutura de caráter radical, ou seja, quando o impulso primário de vida prepondera aliado ao sentido erótico, configura uma resistência à conformidade dos valores destrutivos. Na sociedade industrial, a satisfação está ligada à destruição. Um exemplo disso é a indústria bélica que justifica seu crescimento pela inovação do “interesse nacional”.

Torna-se difícil uma resistência institucional ou organizada, já que os meios de conformação são muito fortes. O que se vê é a rebelião em pequenos grupos e no próprio indivíduo, uma “política em primeira pessoa” que se conecta ao “mundo político”.

O *Eros* pode propiciar o surgimento de um novo comportamento, de uma nova linguagem, e os movimentos radicais são conduzidos pela mente e corpo dos próprios indivíduos, “uma revolta na qual o organismo todo, a própria alma do ser humano, se torna político. Uma revolta das pulsões de vida contra a destruição organizada e socializada” (MARCUSE, 1999a: 153).

Marcuse faz parte da primeira geração da Escola de Frankfurt junto com Theodor Adorno e Max Horkheimer. A Escola de Frankfurt situa-se na passagem da sociologia clássica para a contemporânea em um momento de crise da chamada

racionalidade moderna. Ela é responsável por uma tentativa de oxigenação da teoria crítica de Marx, agora voltada ao mundo administrado (MATOS, 1996). Essa oxigenação do pensamento marxista culminou, em 1924, com o surgimento do Instituto de Pesquisa Social, O Instituto de Pesquisa Social era inspirado no modelo do Instituto Marx-Engels de Moscou, “provido de um estado-maior de professores e estudantes, com bibliotecas e arquivos que ele [Weil] esperava, um dia, entregar a um Estado soviético triunfante” (LEVINÉ, 2002). A ideia era que fosse um instituto de pesquisa e não de ensino, pois, segundo Grünberg⁵, a pesquisa é uma forma de fugir da relação patrão-empregado.

Os pensadores da Escola de Frankfurt identificam uma falência no projeto emancipatório da modernidade. Uma das teses de seus escritos é a inversão da noção de *desenvolvimento*, da barbárie para a civilização, pois o desenvolvimento histórico demonstrou que a civilização é um processo de barbarização do homem. “O que nos propusemos era, de fato, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (HORKHEIMER, 1988).

Adorno e Horkheimer, na *dialética do esclarecimento*, dirão que além de uma questão entre razão objetiva e razão subjetiva, a própria racionalidade contém em si tanto um princípio emancipatório, quanto dominador. Segundo eles, desde Bacon, o conhecimento ou o esclarecimento, vence a superstição e não reconhece nenhuma barreira (Idem). O esclarecimento se posiciona contra as verdades universais da metafísica, e tudo o que não passe pelo crivo da calculabilidade e da utilidade é acusado de supersticioso. Dessa forma, o domínio da natureza e dos homens se dá de maneira racional, por meio de cálculos e deduções. A totalidade dos princípios éticos

⁵ Carl Grünberg, professor marxista e primeiro diretor do Instituto, em seu discurso na cerimônia de inauguração do Instituto, disponível em: WIGGERSHAUS, idem.

do mundo objetivo é substituída pela totalidade do esclarecimento, que se dá, inclusive, pela capacidade de tudo argumentar, até sobre as resistências espirituais dos mitos.

Cada resistência espiritual que ele encontra serve apenas para aumentar sua força. Isso se deve ao fato de que o esclarecimento ainda se reconhece a si mesmo nos próprios mitos. Quaisquer que sejam os mitos de que se possa valer a resistência, o simples fato de que eles se tornam argumentos por uma tal oposição significa que eles adotam o princípio da racionalidade corrosiva da qual acusam o esclarecimento. O esclarecimento é totalitário (idem: 22).

Para Marcuse, o predomínio da técnica não é suficiente para explicar o estado das coisas. A técnica não existe por si só, não é neutra, ela surge em meio a certa relação de força e de dominação que constituem uma tecnologia. A racionalidade tecnológica é caracterizada por indivíduos que escolhem ser submissos, um conjunto da sociedade que se volta à eficiência, ou seja, ao trabalho, e com o desenvolvimento da tecnologia, aumenta-se a centralidade do poder econômico (MARCUSE, 1999).

Ainda segundo Marcuse, o indivíduo que no começo da sociedade moderna – séc. XVI, XVII – se voltava contra a sociedade e por consequência contra o Estado, procurava no individualismo, ou seja, em sua *própria* razão, valores fundamentais que não podiam deixar de ser seguidos por conta de uma autoridade externa. Seu princípio racional era autônomo, tinha e seguia um interesse próprio. A racionalidade evidenciava a emergência de um novo ambiente social⁶: a sociedade liberal. Porém, o livre mercado produziu diferenças e centralidades econômicas que constituíram novas formas de dominação. “A mecanização e a racionalização forçaram o competidor mais fraco a submeter-se ao domínio das grandes empresas da indústria mecanizada

⁶ “Para realizar esta racionalidade pressupunha-se um ambiente social e econômico adequado, um ambiente que atraísse indivíduos cuja conduta fosse, pelo menos em grande medida, seu próprio trabalho” (Marcuse, 1999b: 76).

que, ao estabelecer o domínio da sociedade sobre a natureza, aboliu o sujeito econômico livre” (Idem: 76).

Para Foucault, a crítica aos efeitos da racionalidade em geral não se constitui como resistência. Há sempre um tipo específico de racionalidade que corresponde a certas práticas políticas. “Melhor do que se perguntar se as aberrações do poder de Estado são devidas a excessos de racionalismo ou de irracionalismo, seria mais judicioso, acho, deter-se no tipo específico de racionalidade política produzido pelo Estado” (FOUCAULT, 2010a: 372). Porém, qualquer racionalidade política desemboca, ou desembocou, em governos de homens sobre homens. A libertação só pode vir do ataque às próprias raízes da racionalidade política (idem).

Gabeira voltou ao jornalismo e à vida cotidiana. Concentrou suas energias na luta por eleições diretas para a presidência, o que passava pela constituição de um partido político. Um partido com um programa sobre temas novos, norteado pela questão ecológica e inspirado na experiência europeia, sobretudo alemã, de uma coligação verde-vermelha: o partido deveria atuar ao lado do Partido dos Trabalhadores. Sobre o PT, Gabeira o considerava como a novidade no cenário político do Brasil.

Via o PT como uma espécie de social-democracia na sua fase heróica, ainda lutando para chegar ao poder (...) os trabalhadores especializados, com mais educação, pouco pressionados pelo exército industrial de reserva, ganharam condições de ocupar o centro da cena, na luta contra a ditadura declinante (GABEIRA, 2012: 122).

Durante os comícios do movimento pelas diretas, como o da Candelária, Gabeira e Paulo Sérgio Pinheiro expuseram um programa de direitos humanos para o país, derivado de suas experiências na Comissão Teotônio Vilela, que entrava em presídios

e manicômios e denunciava as condições deploráveis das instituições.

A comissão foi criada em 1983, e desde então, acompanha violações de direitos humanos em instituições penais⁷. Através de um trabalho permanente de visitas, estreita relação tanto com organismos governamentais (nacionais e internacionais) quanto da sociedade civil e efetuação de denúncias, criando canais de discussão visando a defesa dos Direitos Humanos e a consolidação do Estado de Direito.

Durante o período da Nova República, com José Sarney na presidência, duas intervenções aproximaram de vez Gabeira da política institucional. Uma delas aconteceu quando Gabeira entrou em contato com o governo da Nova República depois de receber as notícias sobre a Aids nos EUA, ainda em 1985. Na ocasião, telefonou para o ministro Carlos Sant'anna, que reagiu com moderação lembrando outras epidemias que já existiam no Brasil. A outra intervenção junto ao governo, foi quando Sarney proibiu a exibição do filme *Je vous salue* de Jean-Luc Godard. Gabeira entrou em contato com o então Ministro da Justiça, Fernando Lyra, que tinha como uma de suas tarefas acabar com a censura no Brasil. Porém, o Ministro explicou a Gabeira que “a mãe do presidente era muito católica e disse para ele: ‘se o filme for permitido, você não entra mais em casa’”. (GABEIRA, 2012:125) Gabeira exibiu o filme mesmo assim, na Casa das Artes de Laranjeiras no Rio de Janeiro. Acabou preso pela Polícia Federal e solto logo em seguida. Apesar dessa cópia ter sido confiscada, outras já existiam e Gabeira prosseguiu exibindo o filme.

2.3. P.V. brasileiro e campanha de 1986

⁷ www.nevusp.org. Acessado em 23/12/2012.

Em 1986, junto com escritores, artistas e outros exilados – entre os quais Alfredo Sirks, Herbert Daniel, Guido Gelli e Lucélia Santos – Fernando Gabeira fundou o Partido Verde no Rio de Janeiro. A formação de um partido verde no Brasil só poderia acontecer a partir da metade do ano de 1986, quando fosse convocada a Assembleia Constituinte. Mas, mesmo sem partido constituído, o movimento apoiou, nas eleições de 1982, candidatos ligados a causas ecológicas e feministas. Foi o caso de Lúcia Arruda e Listz Vieira, eleitos deputados estaduais pelo PT-RJ⁸.

Seu texto fundador foi lançado em janeiro de 1986, no Teatro Clara Nunes, no Rio de Janeiro. Nele o Partido afirma lutar por *formas alternativas de vida*, pela autonomia e liberdade e por *uma sociedade cada vez mais descentralizada*. Identifica uma *crise na civilização* que, assim como na “Conclamação à Alternativa” de Beyus, só seria superada a partir da consciência de cada um. No texto, o futuro da humanidade estaria em perigo, devido aos “riscos de proliferação nuclear, à corrida armamentista, à devastação cada vez maior da natureza, aos repetidos desastres ecológicos, à fome, ao desperdício, às desigualdades sociais, à violência crescente nos grandes centros urbanos”. O texto conclui chamando a atenção para a importância da questão ecológica no Brasil, devido à quantidade de natureza a ser preservada, e aponta que a devastação da natureza brasileira está em ritmo acelerado por conta da “voracidade dos modelos econômicos predatórios, pelo capitalismo selvagem e o descaso e inoperância do Estado” (SANTOS, 2008).

Interessante notar como hoje a expressão *preservação* da natureza foi substituída por *conservação* da natureza. Aspásia Camargo, uma das lideranças do PV e que concorre pelo partido nas eleições municipais do Rio de Janeiro, em um

⁸ Alguns anos depois, Listz Vieira foi um dos coordenadores do Fórum Global – Conferência Rio-92 da ONU, coordenador do Fórum Internacional de ONGs de 1991 a 1995, Secretário do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro em 2002, e, a convite da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, é, desde 2003, presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

texto apresentado no Fórum Nacional de 2011, diz que para conciliar os interesses dos países ricos e pobres, a Comissão Brundtland, publicou, em 1987, o relatório “Nosso Futuro Comum”, onde se encontra o princípio de “desenvolvimento sustentável”: a expressão *preservação da natureza* foi substituída por conservação da natureza, ou seja, o uso *sustentável* dos recursos naturais. Segundo Camargo, “anunciava-se um novo paradigma de desenvolvimento que obrigava a introduzir, no cálculo econômico, a contribuição do capital natural” (CAMARGO, 2012), fatores esses consolidados na Eco-92.

Com o Partido Verde criado, mas ainda não legalizado, Gabeira candidatou-se, em 1986, ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda falávamos com um sotaque europeu, colocando no centro de nosso programa a questão da energia nuclear. Fazíamos nossas manifestações em Angra, com apoio da Maré, uma organização ambiental simpática ao PT⁹. Folheando os jornais da época, encontro uma foto minha varrendo as ruas de Angra, depois da manifestação antinuclear. Era preciso demonstrar e, ao mesmo tempo, afirmar a diferença do movimento nascente (GABEIRA, 2012: 126).

Gabeira acreditava que a coligação PV-PT poderia modernizar o Brasil, uma coligação verde-vermelha, nos moldes europeus, que seria capaz de associar justiça social com desenvolvimento sustentável. A primeira experiência de uma coligação verde-vermelha no governo aconteceu na Alemanha, no Estado de Hassem¹⁰, um Estado que foi durante muito tempo reduto do Partido Social-democrata alemão, até a

⁹ Não encontrei material informativo sobre essa organização.

¹⁰ Hassen é um Estado alemão, na região central do país. Sua capital é Wisebaden. A região foi ocupada pelos Estados Unidos após a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial. A região é uma das mais ricas da Alemanha e da União Européia. Kassel e Frankfurt Meno são duas das cidades independentes da região. Kassel é sede da Documenta de Kassel, umas das mais importantes exposições de arte contemporânea e de arte moderna do mundo, onde Joseph Beyus produziu uma de suas principais intervenções artísticas o *7.000 carvalhos*. A cidade de Frankfurt de Meno é sede do Banco Central Europeu.

vitória da União Democrática Cristã, em 1987.

Como o Partido Verde não tinha cumprido todos os trâmites legais para concorrer às eleições, Gabeira entrou para o quadro do Partido dos Trabalhadores.

Para ser aceito, discuti em todas as bases do PT, respondendo às mesmas perguntas, visando me salvar ideologicamente. Houve uma resistência pequena, sob o argumento de que o candidato tinha de ser trabalhador. Nada contra. Argumentei apenas que eu era um trabalhador intelectual (GABEIRA, 2012: 129).

O programa de governo dava ênfase à educação, ao transporte e à governança metropolitana. Durante a campanha, Gabeira andava de ônibus e visitava feiras-livres, isso antes ainda do início do programa eleitoral na televisão. Muitas pessoas nem sabiam que haveria eleições, muito menos para governador. O PT ainda era muito pequeno no Rio. Havia conquistado apenas 2% dos votos na eleição anterior vencida por Leonel Brizola. Não havia chances de ganhar, porém, a recepção ao debate na televisão foi favorável, até aparecer a questão da legalização da maconha.

O *Jornal do Brasil* veiculou uma notícia onde dizia que, caso Gabeira ganhasse as eleições, ele iria legalizar o uso da maconha. A questão acabou desfavorecendo a imagem de Gabeira nas classes mais populares, onde segundo ele, os temas comportamentais encontravam mais aversões. Porém, a campanha parecia disposta a inovar em relação aos temas da esquerda e superara a fixação na luta de classes: mulheres do PT e do PV organizaram a marcha *Fala Mulher*, na avenida Rio Branco e conseguiram mobilizar cerca de 2 mil pessoas.

Segundo Gabeira, a manifestação de 1986 foi o início de um percurso positivo de conquistas de direitos e de participação das mulheres no cenário nacional.

Há o que comemorar no Brasil democrático. Lembro-me da primeira grande manifestação no Rio, em 1986: Fala Mulher. Duas mil mulheres foram ao centro falar de suas lutas e esperanças. De lá para cá, criou-se uma secretaria especial para a condição feminina e aprovou-se leis importantes, como a Maria da Penha. Uma presidente foi eleita por voto popular e os partidos são obrigados a ter 20 por cento de candidatas mulheres¹¹.

Durante a manifestação, em meio a bandeiras do PT e do PV, ouviam-se os cantos: “o povo quer Gabeira, nem Darcy e nem Moreira!”; “PT, PV, unidos pra vencer!”, “Gabeira já, eleição é pra mudar!”. No final da Marcha, Gabeira discursou para os milhares que o acompanhavam e especialmente para as mulheres:

Fala mulher, que ouve tanto e não pode falar; fala mulher espancada (trecho inaudível)... e não encontra possibilidade porque não tem creche para os seus filhos; fala mulher que quer viver plenamente sua sexualidade e só encontra repressão e má vontade dos homens que não conseguiram se libertar¹².

Outro exemplo de inovação estava na constituição da própria chapa: o candidato a vice-governador era negro, Agnaldo Bezerra dos Santos, mais conhecido como Bola. Tinha sido líder comunitário no Chapéu Mangueira e fora casado com Benedita da Silva “que se apresentava como negra, mulher, e favelada, enfatizando com isso alguns elementos novos no debate eleitoral” (GABEIRA, 2012: 131). Apesar de Gabeira gabar-se por seu vice negro, este não conseguiu expressivo reconhecimento político.

¹¹ Disponível em: <http://www.gabeira.com.br/wordpress/2012/03/todas-as-mulheres-do-mundo/>. Acessado em 03/01/2012.

¹² Disponível em: <http://www.gabeira.com.br/wordpress/2011/05/video-da-campanha-de-86/#more-5095>. Acessado em 03/01/2013.

Já Benedita foi a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na câmara de vereadores da Cidade do Rio de Janeiro. Foi Deputada Federal por duas vezes e, em 1994, foi a primeira mulher negra a chegar ao Senado Federal. Foi vice-governadora do Estado do Rio de Janeiro durante a gestão de Anthony Garotinho e assumiu o posto principal com a renúncia deste.

A campanha também contava com o apoio de Gabriela Leite, líder do movimento das prostitutas. Gabriela foi prostituta na Boca do Lixo em São Paulo, na Zona Bohemia em Belo Horizonte e na Vila Mimosa no Rio de Janeiro. Chegou a cursar Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, mas não concluiu o curso. Em 1996, fundou a ONG *Davida* para “promover políticas públicas para a categoria prostitutas e exercer o controle social”; “promover a organização de classe, assessorando a formação de associações e capacitando suas lideranças”; “conquistar melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os profissionais do sexo” entre outros objetivos¹³. Em 2005, ela e outras prostitutas ligadas à organização criaram a *Daspu*. Uma grife de roupas e acessórios que pretende gerar visibilidade e recursos para a organização.

No sentido ambiental, a campanha realizou a maior manifestação eleitoral do período: o abraço à Lagoa Rodrigo de Freitas, que mobilizou cerca de 70 mil pessoas. A ideia foi Sylvia Gardenberg, que participava do comitê eleitoral da Lagoa. Foi um abraço nos oito quilômetros da orla. Foi uma nova maneira de manifestar, uma manifestação alegre que não se apoiava em palavras de ordem. “Como candidato, limitei-me a entrar num barco, percorrer a orla saudando os manifestantes” (GABEIRA, 2012: 131-132).

Sobre o abraço na lagoa, Gabeira declarou:

¹³Disponível em: <http://www.davida.org.br/>. Acessado em 15/01/2012.

Conseguimos. 100 mil pessoas de mãos dadas na Lagoa Rodrigo de Freitas deram o maior abraço ecológico da história contemporânea do Brasil. O importante desse novo tipo de manifestação é a participação popular. As pessoas se deram as mãos diante de um espelho d'água tranquilo e ficaram tranquilas também. Não se trata mais de uma manifestação onde os políticos falam e ouvem. É uma manifestação onde todos ouvem. É uma manifestação onde todos participam e todos se confraternizam. Um novo marco na história política no Brasil¹⁴.

A eleição acabou sendo vencida por Moreira Franco, o segundo colocado foi Darcy Ribeiro, candidato de Brizola. Gabeira conta que Darcy não gostou muito da candidatura de Gabeira, que, pra ele, acabou fragmentando a força da esquerda.

O processo eleitoral de 1986 foi o início de uma longa amizade com o PT, mostrou que havia um setor da sociedade querendo ideias novas na política e começou a me ensinar a tarefa de conduzir uma eleição majoritária (GABEIRA, 2012: 132).

Ao longo dos anos, o PV teve pouca expressão nas eleições, suas forças se concentravam em eleições parlamentares, principalmente na figura de Fernando Gabeira. Nas eleições presidenciais de 2010, o partido lançou Marina Silva como candidata à presidência e alcançou quase vinte milhões de votos sem aliança com outros partidos. Essa “nova forma de fazer política” teve grande repercussão entre os jovens e inaugurou uma maneira de angariar doações para a campanha através da internet.

¹⁴ Disponível em: <http://www.gabeira.com.br/wordpress/2011/05/video-da-campanha-de-86/#more-5095>. Acessado em 03/01/2013.

2.4. Governamentalidade e as políticas ambientais

Destaco alguns traços, disso entendido como governamentalidade, segundo a perspectiva de Michel Foucault, que possam indicar o que permeia os discursos das principais instituições governamentais e indivíduos interessados em uma reforma do capitalismo e no desenvolvimento sustentável.

A formação do PV alemão, em 1979, não significou por si só a captura de práticas de resistência – em relação ao capitalismo e ao Estado de direito – por uma governamentalidade estatal. Já em 1968, com a formação Clube de Roma¹⁵ e especificamente em 1972, com a Conferência de Estocolmo das Nações Unidas, questões ecológicas, e de uma relação mais solidária com as pessoas e a natureza, foram absorvidas pela prática governamental tornando-se, assim, uma verdade constituinte da natureza dos mecanismos governamentais internacionais.

Em 1972, sete anos antes da criação do Partido Verde Alemão, realizou-se em Estocolmo uma conferência das Nações Unidas com o tema “desenvolvimento e meio-ambiente humano”. Segundo Aspásia Camargo, a conferência anunciou, pela primeira vez, “a prioridade da questão ambiental e o seu novo status dentro do processo global”(CAMARGO, in VELLOSO, 2012: 26-27), no mesmo período em que o Clube de Roma propôs uma meta de crescimento zero. Porém, o conflito entre meio ambiente e desenvolvimento ainda não podia ser equacionado. Alguns

¹⁵ Em 1972 publicou o grupo publicou o relatório *Os Limites do Crescimento*, onde propunha uma meta de crescimento zero para lidar com o problema da superpopulação diante da escassez dos recursos naturais.

representantes de Estados possuidores de recursos naturais viam nas reivindicações ambientais ameaças ao seu desenvolvimento. Já em 1987, a Comissão de Brundtland publicou o relatório *Nosso futuro comum*. Lá, aparecia, pela primeira vez, o princípio de *desenvolvimento sustentável*: um primeiro momento de diluição teórica entre desenvolvimento e meio ambiente. O capital natural foi obrigado a ser introduzido no cálculo econômico, como fator produtivo, e passou a ser valorizado justamente por sua escassez. Em 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foram acordados os três aspectos do desenvolvimento sustentável – o econômico, o social e o ambiental – que deveriam operar de forma complementar por meio de ações estratégicas expressadas na *Agenda 21*. O conflito foi equacionado e uma nova verdade governamental se consolidou.

A questão da verdade é introduzida na prática governamental, pela economia política, e torna-se fundamental na autolimitação da razão de Estado. Para que um governo tenha sucesso, é preciso conhecer a natureza dos mecanismos governamentais.

O Partido Verde brasileiro tem participação fundamental neste processo de emergência de uma nova verdade governamental: exemplo disto é a aprovação, em 1992, da Lei de Incentivos Fiscais Para Projetos Eco-culturais, que possibilitou a realização, no Rio de Janeiro, do Fórum Global 92, realizado ao mesmo tempo e paralelamente à Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92). Participaram do Fórum mais de dez mil organizações não-governamentais que desenvolveram o primeiro texto da *Carta da Terra*. Esse documento continha princípios éticos a serem seguidos e implantados por ONGs para a construção de uma sociedade global, justa, sustentável e pacífica.¹⁶

¹⁶Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.org>. Acessado em 11/08/2011.

A *Carta da Terra* “deveria funcionar como cimento ético a conferir coerência e unidade a todos os projetos dessa importante reunião”¹⁷ (BOFF, in CAPOBIANCO, 2004: 58), mas não houve consenso entre os governos participantes da Cúpula; em seu lugar, adotou-se a *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*.

A partir dessa decepção com a não adoção da *Carta da Terra* durante a Cúpula da Terra, duas entidades não-governamentais – a Cruz Verde Internacional e o Conselho da Terra – apoiados pelo governo holandês, copatrocinaram, em 1995, um encontro em Haia, na Holanda, onde se criou a Comissão da Carta da Terra, e em 1997, foi redigido um esboço da nova Carta da Terra. Em 1999, com orientação de Steven Rockefeller, escreveu-se o segundo esboço da Carta da Terra, ratificado em 2000, na Unesco em Paris.

Aprovou-se uma campanha mundial de apoio à Carta da Terra com o propósito de conquistar mais e mais pessoas, instituições e governos a essa nova visão ética e ecológica, capaz de fundar um princípio civilizatório benfazejo para o futuro do planeta e da humanidade. Depois de apresentada e discutida pela Assembleia da ONU – este é o propósito – terá o mesmo valor que a Carta dos Direitos Humanos, inicialmente como lei branda, depois como lei de referência mundial, em nome da qual os violadores da dignidade da Terra poderão ser levados à barra dos tribunais (idem 59).

Para Leonardo Boff, o texto da *Carta da Terra* se funda em novas perspectivas científicas, como a nova cosmologia, a física quântica e a biologia contemporânea. Outro ponto que Boff destaca é nela existir uma superação do conceito fechado de desenvolvimento sustentável. Para ele, o termo *desenvolvimento* – por ser proveniente da economia e de um sistema de produção que gera desigualdades e desequilíbrios, em todos os campos em que é dominante – acaba por

se contrapor à *sustentabilidade* que, por sua vez, é proveniente da biologia e da ecologia e afirma o “equilíbrio dinâmico que permite a todos participarem e se verem incluídos no processo global” (Idem: 59).

Mais que buscar um desenvolvimento sustentável, importa construir uma vida, uma sociedade e uma Terra sustentáveis. Garantida essa sustentabilidade básica, pode-se falar com propriedade de desenvolvimento sustentável. É dentro desta compreensão que na Carta da Terra se usa às vezes o termo, porém liberado de sua compreensão oficial (Idem: 63).

Boff ressalta que outro ponto fundamental da Carta é ser ela atravessada por visões que resgataram a ética do cuidado em seu sentido antropológico e ético, como uma relação amorosa com a realidade, para além dos interesses de uso. “Pelo cuidado o ser humano pessoal e coletivo supera as desconfianças, os medos e estabelece os fundamentos para uma paz duradoura” (Idem: 64).

Leonardo Boff, como padre da Igreja Católica, não poderia deixar de ressaltar a ética do cuidado, no texto da *Carta da Terra*, e explicitar a relação dessa maneira contemporânea de pensar o governo e o cuidado cristão. Assim, se faz necessário descrever isso que se entende pela ética do cuidado, por meio da análise do poder pastoral realizada por Michel Foucault (2010).

No cristianismo, o pastor deve cuidar de tudo, de todas as ações das ovelhas. Há também uma troca de pecados e méritos entre o pastor e as ovelhas, ou seja, o pecado da ovelha é o pecado do pastor. “Inversamente, ao ajudar seu rebanho a encontrar a salvação, o pastor encontrará a sua” (FOUCAULT, 2010a: 367). Portanto, para se salvar é preciso salvar o rebanho. Neste sentido, há uma necessidade de determinações de conduta exteriores para a salvação da alma.

Ainda na concepção cristã, a submissão acontece por vontade própria. Isso porque há um laço individual e completo entre as ovelhas e o pastor. O pastorado cristão também supõe uma forma de conhecimento particular entre o pastor e cada uma de suas ovelhas em três sentidos: 1) conhecimento das necessidades materiais de cada ovelha; 2) conhecimento dos pecados das ovelhas; 3) o conhecimento da progressão da vida da santidade, aquilo que se passa na alma de cada ovelha. Ou seja, os três pontos fundamentais do conhecimento do pastor em relação às ovelhas são: necessidades materiais, o que se passa na alma de cada uma delas e o que faz cada uma delas.

Para que esse tipo de relação entre pastor e rebanho seja estabelecido, é preciso um exame de consciência, ou seja, permitir abrir-se ao seu diretor, revelando as profundezas da alma, além de uma direção de consciência, ou seja, deixar-se conduzir a cada instante e não simplesmente nos momentos de perigo.

O pastor também quer salvar o seu rebanho como um todo, mas não apenas diante do perigo. O pastor deve velar por suas ovelhas, cuidar do seu alimento diariamente, uma benevolência constante. Mas ao mesmo tempo em que é uma benevolência totalizante – já que deve cuidar do rebanho como um todo – é também individualizante, já que o pastor vela para que cada uma de suas ovelhas seja salva. O pastorado cristão será retomado, quando nas formulações das teorias de polícia.

Segundo Foucault, os autores dos séculos XVII e XVIII, em sua maioria, italianos e alemães, entendiam por polícia uma técnica de governo própria do Estado; “técnicas, objetivos, domínios que apelam à intervenção do Estado” (Idem: 377). O poder real estabeleceu-se diante do feudalismo, justamente com o apoio do exército, com o desenvolvimento do sistema judiciário e com o estabelecimento de um sistema fiscal. “A polícia designa o conjunto do novo domínio no qual o poder político e

administrativo centralizado pode intervir” (Idem: 380). A polícia, intervindo nos ritos culturais, nas técnicas de produção em pequena escala, na vida intelectual e na rede de estradas, vela pela felicidade do homem, vela por tudo que regulamenta a sociedade, vela pelo vivo. “Caberá à polícia permitir aos homens sobreviverem, viver e fazer melhor ainda” (Idem: 381).

A polícia, assim como o pastorado, procurará estabelecer efeitos totalizantes e individualizantes ao mesmo tempo. Ela procurará manter cada cidadão feliz, ao mesmo tempo em que fortalece o Estado. Fortalece o Estado já que a polícia deve zelar pelo esplendor da cidade, não só à beleza de um Estado organizado, mas ao seu vigor. Ao mesmo tempo em que deve desenvolver relações de trabalho e assistência mútua para seus cidadãos.

Como forma de intervenção racional exercendo o poder político sobre os homens, o papel da polícia é de lhes dar um pequeno suplemento de vida; e, assim fazendo, de dar ao Estado um pouco mais de força. Isso se faz através do controle da “comunicação”, quer dizer, das atividades comuns dos indivíduos (trabalho, produção, troca, comodidades) (FOUCAULT, 2010: 379).

Vemos que a *Carta da Terra*, segundo Boff, está atravessada pela ética do cuidado cristão, diferentemente do grego na antiguidade, e portanto, pela gestão da polícia. Agora, a polícia, corresponde a técnicas de intervenção do Estado, governamentalizado pelas práticas dos cuidados mas sobre o quê? Sobre a população. O que era o rebanho, a partir da emergência de novas tecnologias de poder como a economia política e de novas maneiras de se governar, como a razão de Estado, se transformou em população.

Por população, Foucault entende “uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem” (FOUCAULT, 2008b: 28).

Com o desenvolvimento da economia política, foi possível isolar alguns problemas específicos da população, ao mesmo tempo em que a emergência dessa realidade específica chamada população foi fundamental para o desenvolvimento da economia política.

A população passa a ser o objetivo da intervenção do governo. A estatística mostra a regularidade dos acontecimentos da população, e revela também as características próprias da população e os efeitos econômicos e específicos dela. A emergência da população permite extrapolar a economia familiar e deslocar esse modelo para a economia política. O cuidado do pai em relação aos membros da família para o bem da própria família, para o cuidado dos indivíduos em benefício da população. A família de modelo passa a ser instrumento da arte de governar “quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que se deverá passar” (FOUCAULT, 2011: 289). Para que seja possível governar a população, é preciso que se constitua um saber que substitua – sem deixar de evocá-lo sempre que for preciso – o direito de matar, à força.

Apreendendo a rede de relações contínuas e múltiplas entre população, o território, a riqueza, etc., se constituirá uma ciência, que se chamará economia política, e ao mesmo tempo um tipo de intervenção característico do governo: a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política (FOUCAULT, 2011: 290).

O governo da população se dá por meio de dispositivos de segurança naquilo que ficou conhecido como *meio*. “A segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável” (FOUCAULT, 2008b: 27). Os dispositivos de segurança agirão sobre a relação entre indivíduos, dados naturais, séries de elementos indefinidos. O meio é o espaço onde essas séries de elementos desenrolam-se. “É o problema da circulação e da causalidade que está em questão nessa noção de meio” (FOUCAULT, 2008b: 28). O meio é o campo de intervenção dos dispositivos de segurança, calculando, fazendo projeções, controlando circulações, controlando relações. Portanto, os dispositivos de segurança – instrumento técnico essencial da governamentalidade – vão procurar atingir uma população inserida em um determinado meio. “O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interferem com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles” (FOUCAULT, 2008b: 28).

2.5. Muro verde, um adendo

Em nota publicada em 22 de abril de 2009, o Movimento Planeta Sustentável defende a construção de muros ao redor de favelas cariocas. Segundo a nota, os muros estavam sendo construídos para evitar a expansão das áreas invadidas e que qualquer crescimento é prejudicial à cidade. “A sensação de expansão e desordem produz um prejuízo gigantesco para o Rio. O fato da favela estar avançando causa insegurança e desvaloriza o patrimônio da cidade (...). O que o muro simboliza é a

decisão de encarar com a devida seriedade o problema das favelas”¹⁸. Esse movimento foi lançado pela Editora Abril para informar e produzir conhecimento sobre sustentabilidade, e contou com a parceria do Instituto Ethos.

Esses muros aos quais se remete a nota do Movimento Planeta Sustentável, dizem respeito a um projeto do Governo do Rio de Janeiro, executado em 2009, e sua construção obedecia aos eco-limites, estipulados pelo governo, que pretendiam proteger os ecossistemas ao redor de 13 comunidades cariocas. Os muros erguidos ao redor das favelas seriam acompanhados de reflorestamento de algumas áreas, assim como retirada de casas em *áreas de riscos* e construções de quadras esportivas e ruas de acordo com a necessidade de cada comunidade. Em resposta às acusações de segregação e às comparações com o muro de Berlim e da Palestina, o então diretor presidente da EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro), Ícaro Moreno Júnior, afirmou: “Prefiro cultivar em meu imaginário – e creio também que os 80% que têm manifestação favorável – um *muro verde*, capaz de pôr fim a uma situação criada por governos que nada fizeram, a cultivar fantasmas de muro que nunca existiram aqui”¹⁹. Outro argumento favorável à construção do muro foi dado pela então vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Andrea Govêa Vieira do PSDB. Em entrevista, dada em uma cobertura no Jardim Botânico, afirma que “o muro protege a mata, *a mata é da Rocinha, mas é minha também*. É das outras comunidades do rio também, *é da cidade como um todo*”²⁰.

Entre os que apoiaram a construção do *muro verde* está um ex-presidente da associação de moradores da rocinha, o Willian da Rocinha. Willian, também

¹⁸Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/cidade/conteudo_451761.shtml acessado em 01/09/2012.

¹⁹ Disponível em: www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=174 acessado em 01/09/2012.

²⁰ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=Yb5nd-NWEOs acessado em 01/09/2012.

conhecido como “amigo da comunidade”, postou em seu blog pessoal um texto favorável à instalação da base da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) na comunidade da Babilônia²¹, no texto se comemora o primeiro dia das crianças depois da instalação da base.

Houve um aumento do fluxo de criança nas ruas da comunidade. Agora é comum filhos e filhas irem uns na casa dos outros. Os amiguinhos combinam na casa de quem vai rolar o vídeo game e o bate-papo. A escolinha de futebol, jiu-jitsu, ensaios da igreja e também nas lan-houses da vida, tornam-se pontos de encontro da molecada. Toda essa movimentação acaba criando uma forte rede de interação, importantíssima para o trabalho de conscientização da turma [...]. As instituições também percebem a oportunidade e usufruem desse benefício pondo em ritmo acelerado toda sua programação. Há mais fluidez na frequência do público infante-juvenil nas escolas, centros comunitários, associações, as igrejas do local. Com isso a comunicação melhora evoluindo para uma rede de informações. As agendas das instituições do local já ganham uma configuração mais definitiva. Atualmente temos alta frequência em todos os cursos, cultos religiosos, festividades e nos esportes. Não podemos negar ser um legado incontestável e indispensável numa comunidade onde a criança vem primeiro lugar. Se a criança é o futuro da humanidade o futuro de Babilônia e Chapéu Mangueira, na configuração atual, está garantido²².

Interessante notar que a instalação das bases da UPP, segundo relato do morador, beneficia a circulação das pessoas entre espaços e instituições fechadas. Ou seja, assim como disse Foucault, há uma maneira de se governar por meio da liberdade, mas uma liberdade entendida como liberdade de circulação.

A construção de *muros verdes* ao redor das favelas cariocas, ao mesmo tempo em que pretende interferir na circulação, trabalha com o futuro – já que evita uma

²¹ Menos de um mês depois, William de Oliveira foi preso pelo polícia do Rio. Ele foi flagrado em um vídeo negociando a compra e venda de armas com o então chefe do tráfico da Rocinha, o “Nem”.

²² Disponível em: www.williamdarocinha.blogspot.com.br acessado em 01/09/2012.

possível expansão das favelas cariocas para cima da mata – ou seja, tem as características de um dispositivo de segurança, pretende também confinar uma população em um espaço determinado, passível de efeitos disciplinares.

2.6. Segurança da liberdade

Foucault nos lembra que essa liberdade liberal emergiu em um século – XVIII – quando as reivindicações de liberdade foram acompanhadas pelo surgimento de mecanismos disciplinares sobre crianças, soldados e operários, que limitavam suas liberdades ao mesmo tempo em que as garantia. “De uma maneira mais precisa e particular, a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008b: 63).

Devemos entender essa liberdade como uma liberdade de circulação, de deslocamento das pessoas e das coisas – as coisa devem chegar até as pessoas, as pessoas devem chegar às coisas e às outras pessoas – devemos “compreendê-la como sendo uma das faces, um dos aspectos, uma das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança” (Idem: 64).

Segundo Optiz, a segurança seria o ponto chave para determinar a intervenção ou não do governo liberal.

O governo liberal produz liberdade e a organiza, os dispositivos de segurança, ou as tecnologias de segurança, são “tecnologias ambientais” baseadas em medidas obrigatórias que asseguram o uso produtivo da liberdade em alguns lugares (OPTIZ, 2011).

Um dos temas centrais da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento sustentável, a Rio+20, foi o *quadro institucional (instrumentos de*

governança) para o desenvolvimento sustentável. Segundo Camargo (2012), deve-se discutir a estrutura administrativa das Nações Unidas de uma maneira que beneficie “uma política mundial de estímulo ao desenvolvimento sustentável” (CAMARGO, 2012: 23). Ainda segundo Camargo,

para que a governança se instale no plano nacional e internacional, é necessário mudar a ênfase no comando e controle que hoje predomina, isto é, na vigilância, fiscalização, licenciamentos típicos da velha administração, substituindo-os por instrumentos econômicos de estímulo e de incentivo às boas práticas da sustentabilidade (CAMARGO, 2012: 22-23).

Marina Silva, grande expoente do desenvolvimento sustentável no âmbito nacional e internacional, deixou o Partido Verde brasileiro logo após o resultado expressivo nas eleições presidenciais de 2010. Segundo a carta de desfiliação²³ – assinada por ela e por outros membros do partido – sua entrada no partido exigia além de uma candidatura própria à presidência da república, uma revisão programática e uma reestruturação partidária. Seria preciso incorporar na prática do partido “o diálogo horizontal com a sociedade por meio de redes sociais” e a “sustentabilidade como valor central para um projeto de desenvolvimento”. Além da sustentabilidade como norte governamental, essa nova maneira de refletir sobre o governo exige uma reforma de todo o aparato legal. A carta afirma que o partido possui “estruturas arcaicas de poder” que não possibilitariam a construção de uma política, “efetivamente democrática, ética, ecológica, participativa, inovadora e conectada com os desafios e oportunidades que o século 21 nos impõe.

A candidatura de Marina Silva abalou o PV e introduziu novas maneiras de exercício de governamentalidade que repercutirá nas eleições presidenciais.

²³ Disponível em <http://www.minhamarina.org.br/blog/2011/07/leia-a-carta-de-desfiliao-enviada-a-direcao-do-partido-verde/>. Acessado em 07/12/12.

2.7. Ecogovernamentalidade e produção de identidades

Segundo Astrid Ulloa (2012), a emergência de um discurso ambiental global, baseado na ciência e com um formato econômico, uma nova maneira de se pensar o meio ambiente, “um novo espaço de conhecimento que clama por uma governabilidade técnica espacial (..) possibilitou o início de uma governamentalidade específica, a ecogovernamentalidade” (ULLOA, 2012: 32). E, por ecogovernamentalidade, Ulloa entende um processo de regulação e direção das ações que beneficiam uma governamentalidade ambiental global, que seja capaz de dar uma resposta global e única às diferentes posições do ambientalismo.

Considero que estamos diante de uma ecogovernamentalidade em que as regulações relativas às novas discussões de biodiversidade e desenvolvimento sustentável se apresentam como necessárias para a defesa do planeta (a mãe natureza) e seus recursos naturais através do desenvolvimento sustentável (ULLOA, 2012: 36).

Ulloa afirma que a emergência de uma consciência ambiental criou um novo contexto político e marcou uma nova formação discursiva ecológica e ambiental.

Sob este conceito, defino a ecogovernamentalidade como todas as políticas, discursos, conhecimentos, representações e práticas ambientais (locais, nacionais e transnacionais) que interagem com o propósito de dirigir os atores sociais (corpos verdes) a pensar e se comportar de maneiras particulares, com fins ambientais específicos (desenvolvimento sustentável, segurança ambiental, conservação da biodiversidade, acesso a recursos genéticos, entre outros). Nesta ecogovernamentalidade, as organizações ambientais (governamentais e ONGs), os atores sociais (inclusive os povos indígenas e suas políticas culturais e ambientais), os ambientalistas e as comunidades científicas, entre outros, são agentes no

processo para regular e dirigir as ações sociais de acordo com lógicas e discursos que contribuem para o desenvolvimento de uma concepção emergente de governamentalidade ambiental global. No entanto, isto implica em negociações e conflitos, assim como acordos (Idem: 33).

Um dos efeitos desse discurso é a formação da ideia de um *futuro comum* da humanidade. Um processo que gera uma grande interdependência entre diferentes atores para que seja possível controlar os problemas ambientais de maneira global. Assim, a ecogovernamentalidade estabelece relações com o multiculturalismo e políticas liberais para beneficiar a construção de novos sujeitos de direitos capazes de negociar com grandes corporações e políticas transnacionais.

A ecogovernamentalidade beneficia a circulação da biodiversidade como mercadoria, investindo no multiculturalismo e na formação de novos sujeitos de direito. Segundo Malette (2011), essa governamentalidade verde reintroduz a natureza no centro das racionalidades políticas, controlando a vida por uma série de regulações e normativas ambientais. Ainda segundo Mallette, o conceito de governamentalidade de Foucault possibilita compreender a normalização conjugada com a natureza. As racionalidades sob o efeito das tecnologias ecológicas dão formas a “reivindicações de verdades sobre modos ecológicos de conduta” (MALETTE, 2011) fundamentando o governo de si e dos outros. As novas demandas de racionalidades de governo têm, como efeito, inseguranças que se traduzem em duas alternativas: centralização do poder institucional como maneira de solução das crises humanitárias; e a consciência ecológica como um “soberbo ethos democrático” (idem), capaz de salvar o mundo da barbárie.

Segundo Luc Ferry (2009), a ecologia é formadora de identidade, pelo menos desde a década de 1930, na Alemanha nazista. Assim como o multiculturalismo e as

políticas liberais investem na formação de identidade, os nazistas também o fizeram. É no interior desse regime que se desenvolve uma legislação onde a natureza deve ser protegida por ela mesma, não em relação aos homens. Dessa maneira, emerge uma crítica a um desenvolvimento técnico capaz de destruir uma identidade étnica vinculada a natureza de certa região. A especificidade original da natureza fundamenta a essência própria original da nação (FERRY, 2009: 29). {comentar pela noção de ecogovernamentalidade}

Solange Silva Sanchez, em seu livro *Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil*, procura mostrar como que se dá a expansão da noção de cidadania, para além dos homens de agora, alcançando as gerações futuras e toda a vida no planeta. A partir de sua perspectiva ambientalista, a degradação do meio ambiente, apresenta-se, no mundo inteiro, de diferentes maneiras. Para enfrentá-la, é preciso ampliar o campo do direito. Nesse sentido, é preciso reconhecer a natureza e as gerações futuras como novos sujeitos de direito, assim, criar “uma nova sociabilidade mais responsável em relação à sociedade-mundo” (SILVA-SANCHEZ, 2000: 26). Ainda segundo ela, é preciso expandir a noção de sujeito de direito para a natureza e para as gerações futuras e, ao mesmo tempo, reconhecer que a declaração dos direitos do homem e do cidadão foi um progresso, já que possibilitou a todos os homens obter acesso ao estatuto dos sujeitos de direito.

Para Sanchez, os direitos humanos passaram por uma evolução, desde os direitos naturais anteriores ao pacto social, em que as relações eram de indivíduo para indivíduo e os sujeitos eram individuais, passando pelo segundo estágio em que se reconhece a presença do Estado como assegurador dos direitos individuais e como sujeito passivo, até a terceira em que os sujeitos são todos coletivos, “a nação, o povo, os grupos étnicos ou regionais, em última instância, a própria humanidade.” (Idem:

29). Esses direitos coletivos suscitam dilemas referentes à relação indivíduo-coletividade, ao próprio conceito de coletividade e à relação entre as coletividades, que não conseguem ser explicados por uma racionalidade liberal-burguesa. Ainda assim, desdobramentos jurídicos na década de 1980 e 1990 apontam para a formulação dos direitos ambientais que consideram a natureza e as próximas gerações como sujeitos de direitos. Portanto, os direitos das coletividades representam “uma abertura para a elaboração de um novo estatuto de sujeitos de direitos” (Idem: 29).

2.8. Participação e colaboração em rede

As redes sociais são uma tecnologia fundamental para essa maneira de governar a partir da liberdade com segurança. Segundo Ricardo Abramovay (2012), as redes sociais e as mídias digitais abrem caminho para formas inéditas de cooperação humana. “Uma nova ética econômica que traz consequências decisivas à própria organização da sociedade civil” (ABRAMOVAY, 2012: 156). Elas funcionam por meio de colaboração anônima em ambientes públicos e são modalidades descentralizadas de criação de riqueza. “A sociedade da informação em rede abre caminho para superar o antagonismo que marcou a relação entre mercado e cooperação social” (Idem:156).

O acesso às novas tecnologias proporciona novas condições de organização. As plataformas de colaboração não remuneradas tornam-se produtoras de riqueza baseadas na inteligência coletiva para o aprimoramento de bens e serviços; “inteligência e criatividade coletivas, difusas, mas que podem ser reunidas de maneira prática e operacional” (Idem: 167).

Os *crowdsourcing* são expressões dessa nova maneira de colaboração e cooperação via redes virtuais:

doações e financiamentos, plataformas de luta pela visibilidade dos dados públicos, conhecimento científico e tecnológico, estímulo à vida comunitária, inovação aberta e uso de produtos até aqui só acessíveis por meio da compra individual, são algumas das áreas em que surgem essas formas colaborativas de criação de prosperidade (Idem:167).

Os *crowdfunding* são financiamentos coletivos que visam preencher espaços não ocupados pelas instituições financeiras. Mas, destaca Abramovay, sobretudo, que pretendem vincular à organização preceitos éticos como partilha e a luta contra injustiças e desigualdades – ou seja, uma forma de financiamento ético, onde a arrecadação de dinheiro significa, para aqueles que doam, uma posição ética e política – sem abrir mão de princípios liberais, como a competição já que, “o que se recebe passa pela capacidade de persuadir, de interessar um determinado público com relação ao projeto apresentado” (Idem: 168). Foi esse tipo de financiamento utilizado pela campanha de Marina Silva nas eleições presidenciais de 2010. Mais à frente voltaremos a esse assunto.

Segundo Abramovay, os sistemas de inovação fechados estão ultrapassados e diziam respeito a uma maneira de produzir referente à era industrial onde se produziam bens considerados rivais: “maçãs e laranjas são bem rivais. Depois que alguém as consumir, mais recursos terão de ser alocados” (Idem:170). Já os bens culturais (informação, conhecimento, ciência) não são rivais, “isto é, seu consumo por alguém em nada prejudica o consumo simultâneo ou posterior por outra pessoa” (Idem: 170). Assim, essa outra natureza dos bens culturais muda as formas de incentivo e produção em relação aos bens rivais. “A própria definição de economia que se encontra nos manuais (a alocação de recursos escassos entre fins alternativos) encontra-se abalada pela presença de bens cuja natureza econômica básica não é a escassez” (Idem:171).

As mídias digitais possibilitam a produção e a reprodução de bens culturais de maneira quase infinita e com custos cada vez mais baixos. Ao contrário do cinema, teatro, shows, jornais e revistas que cobram para que se tenha acesso a um conteúdo restrito. A possibilidade de invenções, segundo Abramovay, também aumenta quando não se tem a proteção dos direitos autorais. Segundo ele, se compararmos o panorama intelectual da Alemanha e da Inglaterra no século XIV, veremos que, no primeiro, a falta dos direitos de propriedade intelectual beneficiou “a exploração do mercado editorial com cópias livremente reproduzidas, o que aumentou o público leitor” (Idem:173). Já na Inglaterra, a política das patentes fez com que descobertas importantes fossem publicadas em livros caros e de pequena tiragem.

Hoje, a economia da informação em rede mescla relações mercantis com não mercantis possibilitando a remuneração dos produtores de bens culturais de outras maneiras que não atravessados pelos direitos autorais:

o produtor cultural que estimula a venda livre de suas obras em Cds vai ampliar suas chances de ganho em shows e festas ou em conferências ou com publicidade. A própria IBM, que registrou nada menos que 29 mil patentes entre 1993 e 2004, e que em 2000 tinha quase todos os ganhos apoiados em patentes, hoje recebe de serviços relacionados com o Linux mais que o dobro do que aquilo que está protegido por copyright (ABRAMOVAY, 2012:174).

A inovação, segundo Abramovay, não vem de incentivos monetários, mas do fato de suas obras fazerem parte do cotidiano das pessoas, o que, por outro lado, acaba por beneficiar outras vias de remuneração. Assim, empresas privadas e associações lançam “plataformas de inovação baseadas na participação voluntária”, que opera sobre a base da cooperação e do debate público e aberto e da “mixagem, do uso generalizado do que vem dos outros como alicerce para a criação própria” (Idem:

175). A partilha generalizada como pilar da produção é o traço fundamental, tanto de produção artística de remixagem em meios eletrônicos, como das plataformas sociais como Facebook, Orkut ou Twitter.

Um dos principais desafios da vida escolar atual, em qualquer nível, é substituir o mito da originalidade e do valor do trabalho individual pela fertilidade embutida na cooperação e na permanente consulta e elaboração com base em conhecimentos já formulados (ABRAMOVAY, 2012:175).

2.9. Eduardo Rombauer e o Movimento Marina Silva

Um dos responsáveis pela campanha de Marina nas eleições presidenciais foi Eduardo Rombauer. Ele nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1982, viveu em São Paulo e atualmente reside em Brasília. Intitula-se um *profissional de desenvolvimento das organizações* e é casado com Elisa Marie, uma jovem de 26 anos interessada em jogos cooperativos: “se o importante é competir o fundamental é cooperar”²⁴.

Rombauer inicia sua vida profissional com o apoio do Centro Cultural Elenko onde participava e promovia o Sarau Elenko. Em 1998, seus fundadores, ainda sem um nome definido, “tinham um objetivo claro: queriam um lugar que abarcasse todo o tipo de manifestações culturais possíveis, incluindo as artes, debates e vivências”. Logo encontraram um espaço: o Centro Cultural Elenko/KVA, localizado na rua Cardeal Arcoverde, no bairro de Pinheiros, em São Paulo.

Localizada em Pinheiros era uma das maiores casas noturnas da cidade, com atividades culturais de diversos tipos – e o mais sincrônico: uma sala recém disponibilizada para algum tipo de atividade, naquele momento indefinido [...] artistas, estudantes, membros dos movimentos negro,

²⁴ Disponível em www.jogoscooperativos.com.br. Acessado em 01/12/11.

anarquista e alternativos, gente de várias regiões da metrópole se tornaram frequentadores assíduos...²⁵

O sarau tinha uma carta de princípios onde podemos notar o interesse em uma mudança de valores que levaria o mundo a uma situação mais *saudável* a partir de práticas que valorizassem as *ideologias, filosofias e religiões*.

Acreditamos que as relações do mundo devem ser mais saudáveis; Desenvolvemos o sentimento e a prática de comunidade, o poder de criação individual e coletiva, e o cultivo do amor solidário em nossas relações; Contribuímos assim na transvaloração da ética social, rumo a um mundo livre, solidário e plural, que valoriza profundamente a diversidade humana; aqui a cultura não é um mero bem de consumo; aqui trocamos; todos têm algo a oferecer e a receber; aqui a liberdade é coletiva: respeita-se a ética construída na relação entre todos os participantes de cada sarau; Aqui somos auto-organizados: todos são responsáveis pela manutenção do espaço físico e pela divisão das tarefas organização; Todos os grupos sociais, todas as gerações, todas as ideologias, filosofias e religiões, enfim, toda a gente é convidada a participar desse espaço, desde que respeite os participantes e os princípios do lugar²⁶.

As atividades desse grupo fomentador de saraus chamou a atenção do Instituto Polis, fundado em 1987 por um grupo de pessoas interessadas em construir conhecimentos que fortalecessem “as iniciativas de democratização da gestão pública municipal e de formulação de políticas públicas inovadoras orientadas para promover a inclusão social”²⁷. O instituto introduziu a questão urbana na pauta da *Conferência das Nações Unidas em Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento (Rio-92)* e coordenou a elaboração do “Tratado por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis,

²⁵ Disponível em www.ybytucatu.com.br. Acessado em 02/12/11.

²⁶ Idem.

²⁷ Disponível em www.polis.org.br. Acessado em 03/12/11.

que se constituiu uma referência mundial na discussão sobre a sustentabilidade das cidades”²⁸. O instituto, hoje em dia, tem como seu coordenador geral Silvio Caccia Bava, sociólogo e mestre em ciências políticas pela USP, membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e ex-presidente da Associação Brasileira de ONGs.

A relação com o Instituto Polis possibilitou a Rombauer o contato com a Rede Jovem de Aliança por um Mundo Responsável e Solidário – *Alliance for a Responsible, Plural and United World* – uma rede internacional preocupada com os “desafios que os jovens estão enfrentando por todo o mundo”²⁹, investindo em seu potencial criativo para “contribuir com as mudanças positivas e sustentáveis na nossa sociedade”³⁰. Rombauer participou dessa rede, por dois anos, realizando articulações e convergências entre jovens artistas e organizações de juventude, quando descobriu sua vocação para *facilitador de processos participativos*³¹.

A partir de então, participou do Conselho Participativo de São Paulo, publicou o livro *Métodos e Atitudes para Facilitar Reuniões Participativas* e fez parte da coordenação do planejamento do governo do Acre. Com a eleição de Lula, mudou-se para Brasília e começou a prestar serviço para os ministérios e para o ENAP – Escola Nacional de Administração Pública – uma instituição focada no desenvolvimento de

competências de servidores para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas. Para tanto, atua por meio de oferta de cursos e programas para desenvolvimento técnico e gerencial, formação e

²⁸ Idem.

²⁹ Disponível em www.alliance21.org. Acessado em 07/12/11.

³⁰ Idem.

³¹ Disponível em www.eduardorombauer.wordpress.com. Acessado em 07/12/11.

aperfeiçoamento de carreiras e especialização, nas modalidades presencial, a distância e mista³².

Rombauer foi moderador nos planejamentos estratégicos das duas gestões, do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e participou das conferências de segurança alimentar, *Infanto-Juvenil do Meio Ambiente e de Juventude e segurança pública*.

Dessa maneira, Rombauer foi construindo uma equipe e, em 2008, constituiu a empresa *Holon-Soluções Integrativas* que desenvolve novos processos e metodologias participativas. Paralelamente a isso, participou da criação do *Movimento Marina Silva*.

O movimento gira em torno da figura de Marina Silva e não se propôs a ter vínculo direto com nenhum partido, mas seus ativistas acreditam no processo eleitoral e em uma transformação a partir do Estado. O movimento surgiu em 2009 e conta com mais de 46 mil membros, entre eles artistas e celebridades como Arnaldo Antunes, Caetano Veloso, Fernando Meirelles e Lenine.

O movimento quer ajudar Marina Silva a eleger-se presidente da República do Brasil. O movimento é autônomo e transversal a partidos, grupos e organizações. O movimento é um movimento. O movimento não pretende ser nada mais nem nada menos que um movimento. O movimento está em constante transformação. É como a história, que se faz na medida em que fazemos.³³

Após o anúncio de Marina Silva como candidata a presidente pelo Partido Verde, os gestores do movimento, liderados por Rombauer, inauguraram um sistema de doação à campanha, via internet, que se assemelhava ao que foi utilizado por

³² Disponível em www.enap.gov.br. Acessado em 08/12/11.

³³ Disponível em www.movmarina.org.br acessado em 10/12/11.

Barack Obama na campanha presidencial norte-americana de 2008. As doações eram feitas por cartão de crédito e poderiam ser de qualquer valor.

As doações feitas pelos internautas servirão para ajudar a pagar as despesas da campanha. As contribuições de várias fontes, pequenas, mas variadas, são fundamentais no aprimoramento da democracia. O candidato deixa de depender somente dos grandes doadores³⁴.

O maior doador da campanha foi o candidato a Vice Presidente, Guilherme Leal, com mais de R\$11 milhões. Além disso, empresas dos setores que mais agriem o meio ambiente como mineração e metalurgia – Companhia Brasileira de Siderurgia e Mineração (R\$ 300 mil), Companhia Metalúrgica Prada (R\$ 150 mil), Urucum Mineradora (R\$ 500 mil) –, papel e celulose – Suzano (R\$ 532 mil), Klabin³⁵ (R\$ 250 mil) –, fertilizante e cana de açúcar – Cooperativa de Produtores de Cana de

³⁴ Disponível em www.minhamarina.org.br. Acessado em 01/12/11.

³⁵ Fundada em 1899, a Klabin é hoje a maior produtora e exportadora e recicladora de papéis do Brasil. Teve, em 2011, sua maior renda líquida da história: R\$3,9 bilhões³⁵ (Relatório de Sustentabilidade 2011. Disponível em www.klabin.com.br/arquivo/documento/RS2011resumidoPT.pdf. Acessado em 02/09/2012, às 14h30m). “Atitudes disciplinadas e sustentáveis geram forças que criam e projetam valor para a sociedade e para todos os públicos com as quais a empresa se relaciona”³⁵ (Idem, (p.4). Um dos projetos sociais desenvolvido pela Klabin chama-se: Os *protetores ambientais – projeto força verde mirim*, que visa à formação de agentes ambientais mirins. Desenvolvido no estado do Paraná, em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), procura dar treinamento *teórico e prático* sobre preservação da natureza, legislação ambiental, aspectos de fauna e flora, primeiros socorros e ética e cidadania³⁵ a crianças e jovens (disponível em: www.klabin.com.br/pt-br/responsabilidade-social/programa-detalle.aspx?id=117. Acessado em 31/08/2012, às 15h48m). A Klabin elabora a metodologia, o conteúdo transmitido, providencia o transporte e a alimentação, além do espaço para aulas em seu Parque Ecológico Unidade Monte Alegre. A transmissão do conteúdo, ou seja, as aulas, ficam a cargo do Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde. Roberto Luiz Klabin, um dos diretores da empresa que leva o nome de sua família, foi o primeiro presidente da Fundação Florestal, criada em 1986, e vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Em 2012, a Fundação Florestal, em parceria com a Unidade de Interação Bela Vista, da Fundação Casa, ministrou um mini-curso, aos seus funcionários, em maio deste ano, de noções básicas sobre meio ambiente. Além do curso, foram programadas visitas dos jovens internos – 80 no total, entre 14 e 18 anos – a parques da Fundação Florestal situados na região metropolitana de São Paulo. “O curso nasceu de uma amizade. Um diretor da instituição, que é frequentador do Jaraguá, sentiu a necessidade de informar aos jovens internos sobre as questões ambientais que afetam o planeta” (Trecho de nota retirada do site www.jureia.com.br/mostramateria.asp?.idmateria=1234 acessado em 02/09/2012).

Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (R\$ 250 mil), COSAN (R\$ 250 mil) – ao todo doaram R\$ 3 milhões, que corresponde a 12,5% do total arrecadado³⁶.

O Movimento Marina Silva foi responsável também pela idealização da Casa de Marina. A campanha convoca quem quiser a abrir uma Casa de Marina dentro de sua própria casa, “é a residência ou o local de trabalho de quem quer ver Marina Silva Presidente do Brasil”³⁷. Não há burocracia envolvida e tudo pode ser agilizado pela internet. As Casas de Marina vão além dos comitês eleitorais: “a diferença da Casa de Marina de um comitê é que o comitê recebe e distribui material, a Casa de Marina tem um potencial criativo de bolar as atividades”³⁸.

Um dos slogans da campanha é o *faça você mesmo!*. Os membros do movimento são estimulados a criar formas de fazer campanha, mas seguindo *nada mais que sugestões*. “O uso imperativo em algumas frases do texto não tem, na verdade, nada de imperativo. Tudo o que produzimos são apenas sugestões para servir de referência ou inspiração para quem quiser fazer mobilização para/com/por Marina. Se você quiser fazer diferente, faça. Fazer é o mais importante”³⁹.

Interessante notar que *faça você mesmo* é uma expressão que ganha força no movimento punk. A expressão está inserida em um contexto de jovens rebeldes que faziam música e resistiam à captura de sua potencialidade pelas grandes gravadoras da época: *DIY*⁴⁰ *not EMI*.

³⁶ Fonte: Agência Brasil.

³⁷ Disponível em www.minhamarina.org.br. Acessado em 01/12/11.

³⁸ Disponível em www.movmarina.com.br. Acessado em 04/12/11.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Abreviação de *Do it Yourself*, tradução para o inglês de *Faça Você Mesmo*. Ou seja, produza suas músicas do seu jeito, sem depender das grandes gravadoras e distribuidoras como a Electric and Musical Industries Ltda (EMI).

Mais do que modo juvenil ou produto do indivíduo cultural – como querem as definições sociológicas de gabinete – o punk rock deu forma, trilha e estética aos jovens que odiavam a família, a escola, a igreja, o exército, a polícia, o emprego, o Estado, enfim, toda e qualquer autoridade que se apresentasse a eles como tal (AUGUSTO, 2011: 136-137).

uma apropriação, ou ressignificação de uma expressão utilizada por jovens que queriam “destruir o sistema” e que, com a campanha do *Movimento Marina Silva*, passa a representar a vontade daqueles que, por vontade própria, contribuem com suas potencialidades para que mantenham-se intocados valores estruturais da nossa sociedade em benefício da melhoria de si e dos outros.

A campanha presidencial de Marina Silva em 2010 utilizou dispositivos fundamentais da sociedade de controle, como a internet e redes sociais, para trazer para a campanha jovens interessados em *reformas políticas responsáveis*:

{Retirar os traços nos parágrafos abaixo}

Os Jovens, as crianças se envolvem onde há cheiro de mudança, de transformação: que é a transformação responsável baseada em engenharia, processos e estruturas concretas, mas não abrem mão de sonhar para ver mudar o futuro que a gente quer cada vez melhor para nossos filhos e netos⁴¹

Os jovens com suas potencialidades tornam-se alvos preferenciais das políticas que promovem a sustentabilidade: pretende-se concretizar uma cultura de sustentabilidade, “mas para que isso aconteça, é fundamental a força e o envolvimento da juventude”⁴². O desejo de qualidade de vida contribui para o

⁴¹ Discurso de Marina Silva em convenção do PV. Disponível em: <http://www.minhamarina.org.br> Acessado em 10/06/2011.

⁴² Discurso de Marina Silva em sua filiação ao PV. Op cit.

governo, não só dos homens com as coisas, mas das coisas com as coisas, por fim, o governo da vida no planeta.

Do arco que empurra flecha, quero a força que a dispara, do alvo que é mirado, quero o que o faz desejado. Do desejo, que busca o alvo, quero o amor por razão. Só assim, não terei armas. E, assim, não farei guerras e assim fará sentido o meu passar por esta Terra. Sou o arco, sou a flecha. Sou todo em metades. Sou as partes que se mesclam nos propósitos e nas vontades. Sou o arco por primeiro. Sou a flecha por segundo. Sou a flecha por primeiro, sou o arco por segundo. Buscai o melhor de mim, e terás o melhor de mim. Darei o melhor de mim onde precisar o mundo. Que o mundo possa levar o melhor de cada um de nós, nesse ato, nesse gesto, de acolhimento, que é do Brasil, que é do planeta, que é de um mundo melhor.⁴³

2.10. Natura e Guilherme Leal

Guilherme Leal, candidato a Vice-Presidente na chapa da Marina Silva e o maior doador da campanha por meio do *crowdfunding*, considerado pela revista Forbes um dos homens mais ricos do mundo com uma fortuna estipulada em 2 bilhões de dólares é um dos fundadores do Instituto Ethos – Empresas e Responsabilidade Social, além de integrante dos conselhos do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), e do WWF-brasil, e dono de 25% da empresa Natura. Antigo presidente da empresa, abandonou suas funções administrativas para se candidatar.

⁴³ Idem.

A Natura, marca de origem brasileira, começou como uma loja de cosméticos, no final dos anos 1970, localizada na rua Oscar Freire em São Paulo. Hoje é líder no mercado de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal, assim como no setor de vendas diretas. Uma companhia de capital aberto, com ações no Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo.

A empresa busca criar valor para a sociedade, integrando as dimensões econômica, social e ambiental. “Buscamos manter canais de diálogo abertos com todos os públicos com que temos contato, em um exercício contínuo de transparência”. A “razão de ser” da empresa se fundamenta na comercialização de produtos e serviços que promovam o “Bem-Estar/ Estar-Bem”. Por Bem-Estar entendem “a relação harmoniosa, agradável, do indivíduo consigo mesmo, com seu corpo”⁴⁴; e por Estar-Bem uma “relação empática, bem sucedida, prazerosa, do indivíduo com o outro, com a natureza da qual faz parte e com o todo”⁴⁵.

A Natura também acredita que a vida é “um encadeamento de relações”⁴⁶, em que tudo é interdependente, e a percepção das relações é a chave para a “grande revolução humana”⁴⁷ em direção a paz e a solidariedade. “O compromisso com a verdade é o caminho para a qualidade das relações (...) a busca da beleza, legítimo anseio de todo o ser humano, deve estar liberta de preconceitos e manipulações”⁴⁸.

São seis as linhas de produto da natura: Chronos, Natura Ekos, Mamãe e Bebe, Fragrâncias e Perfumes, Natura Única e Faces da Natura.

⁴⁴Disponível em <http://scf.natura.net/Conteudo/Default.aspx?MenuStructure=5&MenuItem=3>
Acessado em 20/10/2012.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶Disponível em <http://scf.natura.net/Conteudo/Default.aspx?MenuStructure=5&MenuItem=4>
Acessado em 18/01/2012.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Ibidem.

- *Chronos* (tratamento de pele do rosto): “afirma a beleza das mulheres em todas os estágios de suas vidas e a linha tecnologia para tratamento de pele com rejeição de estereótipos sobre beleza”⁴⁹;
- *Natura Ekos* (perfumaria, higiene pessoal e ambientação)

com essa linha buscamos aumentar a consciência da riqueza de nosso patrimônio ambiental e obter ingredientes naturais de maneira sustentável, de modo a preservar esse patrimônio para as gerações futuras e estimular o desenvolvimento e a qualidade de vida nas comunidades que cultivam ou extraem esses ingredientes⁵⁰;

- *Mamãe e Bebê* (higiene pessoal)

“desenvolvida para afirmar o valor do vínculo existente entre mãe e filho, que se inicia na gravidez, inclusive no tocante à importância desse relacionamento na formação da personalidade e na contribuição para a felicidade”⁵¹;

- *Fragâncias e Perfumes*

“alternativas para ambos os sexos, todas as idades e estilos, contemplando diferenças nas preferências dos consumidores”⁵²;

- *Natura Única* (maquiagem)

“estimula a auto-realização e a descoberta da beleza única de cada mulher, valorizando diversas belezas, raças e estilos”⁵³;

⁴⁹ Disponível em <http://scf.natura.net/Conteudo/Default.aspx?MenuStructure=5&MenuItem=5>
Acessado em 15/01/2013.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

- *Faces da Natura* (cosméticos e higiene pessoal)

Reflete “o ritmo de vida da jovem mulher moderna”⁵⁴;

- *Todo Dia* (cosméticos)

“segue uma tendência mundial que no uso de cosmético de ingredientes naturais, como o leite, o açúcar e o mel”⁵⁵.

A empresa tem uma política de meio ambiente voltada à ecoeficiência, e entende que deve agir na manutenção e melhoria das condições ambientais, “disseminando para outras empresas as práticas e conhecimentos adquiridos na experiência da gestão ambiental”. A empresa também contempla quatro diretrizes em relação à questão ambiental: reponsabilidade com as gerações futuras; gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços; minimização de entradas e saídas de materiais e, finalmente educação ambiental: a Natura

capacita colaboradores para a prática da sustentabilidade nas atividades profissionais e estende esse compromisso às parcerias com fornecedores, inclusive por meio de cláusulas contratuais. Desenvolve ações de educação ambiental e treinamento sobre a prática da responsabilidade ambiental para colaboradores, estimulando o debate; promove campanhas internas dirigidas aos familiares dos colaboradores, estimulando o debate; promove campanhas dirigidas (...) à comunidade do entorno imediato da empresa⁵⁶.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Disponível em; <http://scf.natura.net/Conteudo/Default.aspx?MenuStructure=5&MenuItem=32>. Acessado em 14/01/2013.

2.10.1 Desenvolvimento científico

A Natura, desde 2001, estabelece parcerias com universidades e instituições de pesquisa do país e do estrangeiro “reforçando os benefícios das redes colaborativas e a busca constante da inovação e evolução de conceitos, conhecimentos e tecnologias”⁵⁷.

O Programa Natura Campus é a cristalização da inovação em rede da natura. “Seu objetivo é promover oportunidades para que as instituições da ciência possam gerar e aplicar conhecimento na Natura, e esta possa incorporar a ciência como um elemento cada vez mais importante para a execução de sua estratégia”⁵⁸.

A empresa trabalha com o conceito de inovação aberta: as empresas devem realizar projetos de inovação em conjunto com outras empresas e instituições e com o conceito de inovação em rede, onde, beneficiada pelas tecnologias em redes atuais, uma empresa âncora desencadeia um processo inovador e convida os parceiros (empresas fornecedoras e pesquisadores de diversas instituições) para participar com suas respectivas competências.

A estrutura de inovação da Natura contempla quatro centros de ciências, tecnologia, e desenvolvimento próprios: Cajamar (São Paulo) focado em tecnologia cosmética; Benevides (Pará) focado no “uso sustentável da bio-sociodiversidade brasileira”; Paris (França) focado na tecnologia cosmética e em novos materiais para embalagens; Laboratório de Bioensaios em parceria com o Laboratório de Biociências (Campinas) que possibilita a realização de ensaios em alta escala por meio das tecnologias de análise de alta performance.

⁵⁷ <http://www.naturacampus.com.br/programa/programa-campus>. Acessado em 20/01/2012.

⁵⁸ Idem.

Além disso, as pesquisas da Natura contam com o apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), além de linhas de incentivo do governo francês.

São quatro as frentes de pesquisas desenvolvidas pela Natura e pelas instituições e pesquisadores colaboradores: Ciência Clássica e Avançada, Tecnologias Sustentáveis, Sentido e Design de Experiência e Ciência do Bem-Estar. Essa última contempla áreas das ciências humanas, como a antropologia. A promoção do bem-estar se dá por meio de conceitos, produtos e serviços inovadores. Uma pesquisa divulgada pelo site na logo na primeira página nesse campo foi o estudo realizado para a linha Vovó de cosméticos.

A área de ciências do bem estar realizou estudos com oito pares de avós e netos. O objetivo foi avaliar os efeitos no relacionamento entre eles decorrentes de duas formas de aproximação: os netos massageando as mãos das avós com um creme feito para esta finalidade, e o uso de um álbum em que os netos anotavam histórias das avós desde quando eles eram crianças. Os estudos, com a participação de especialistas em antropologia, biologia, filosofia, linguística e psicologia, contemplaram aspectos comportamentais, emocionais, culturais e sociais e demonstraram o efeito positivo das interações mediadas pelos produtos no relacionamento entre avós e netos⁵⁹.

São estes os parceiros da Natura no campo científico com projetos de colaboração científica/ tecnológica na Frente de Ciências Clássicas e Avançadas de Pele e Cabelo:

- Universidade da Bretanha Ocidental (França);
- Instituto do Coração – Fundação Zibrino - INCOR (Brasil);

⁵⁹ Disponível em www.naturacampus.com.br/programa/programa_campus. Acessado em 21/01/2012.

- Universidade de Brapford (Reino Unido);
- Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares –IPEN (Brasil);
- Universidade Federal de São Paulo –UNIFESP (Brasil);

No campo do licenciamento de tecnologia na Frente de Ciências Clássicas e Avançadas de Pele e Cabelo:

- Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ(Brasil);
- Universidade de Brasília – UNB (Brasil);
- Universidade Católica de Brasília (Brasil);

Com projetos de colaboração científica/tecnológica na Frente de Tecnologias Sustentáveis:

- Universidade de Sheffield (Reino Unido);
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Brasil);
- Universidade de Caxias do Sul (Brasil);
- Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - UNESP (Brasil);
- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (Brasil);
- Universidade Federal da Bahia - UFBA (Brasil);
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMPRAPA (Brasil);
- Instituto Agrônômico (Brasil);

Com projetos de colaboração científica/ tecnológica na Frente de Tecnologias Sustentáveis e Ciências do Bem-Estar

- Universidade de Campinas – UNICAMP (Brasil).

Como centro de pesquisas em parceria e projetos de colaboração científica/tecnológica para a Frente de Ciências Clássicas e Avançadas:

- Laboratório de Bioensaios (Brasil);
- Laboratório de Biociências (Brasil);

Com projetos de colaboração científica/tecnológica na Frente de Sentidos e Design de Experiências

- Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT (Brasil);

Com o protocolo de inserções para processos amplos em diversas frentes de ciência, tecnologia e inovação, com foco na Amazônia

- Universidade Federal do Amazonas.

Desde o ano 2000 a empresa aparece entre as consideradas como modelo de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa pela Revista Exame. Segundo o GuiaExame 2012 de Sustentabilidade, numa escala de 0 à 10 na área de transparência, a Natura ficou com 10, sendo que a média das empresas pesquisadas foi de 4,9. Segundo a revista: “o relatório de sustentabilidade incorpora manifestações das partes interessadas e presta conta das metas de melhorias nas áreas econômica, ambiental e social”. Além disso, “o relatório de sustentabilidade é auditado sob todos os aspectos por uma instituição independente”. Outra área em que a Natura se destacou, segundo a revista foi nos investimentos sociais: “Os investimentos são precedidos de consultas às comunidades afetadas para identificar quais são suas necessidades”. E

complementa que “ a escolha dos projetos considera seu potencial de autossuficiência financeira e quanto podem ajudar na formulação de políticas públicas”⁶⁰.

Na mesma Revista, o presidente da empresa, Alessandro Carlucci afirma que a sustentabilidade vai além de uma boa imagem, e qual “a melhor forma de mostrar que vale a pena investir em sustentabilidade é ter lucro”. Em 2011, a receita líquida da empresa foi de 5,7 bilhões de reais.

2.11. Responsabilidade socioambiental corporativa

Essa maneira de gestão empresarial que se preocupa com os limites dos ecossistemas é chamada de *responsabilidade socioambiental corporativa*. Segundo Abramovay (2012), a *responsabilidade socioambiental corporativa*, aliada às relações sociais proporcionadas pela sociedade de informação em rede, possibilita uma alternativa à ideia de Friedrich Von Hayek, de que o lucro é o único objetivo das empresas. Nesta concepção, o mercado seria possuidor de vida própria, sem a necessidade de obedecer às leis da sociedade. Porém, segundo Abramovay, é preciso entender o mercado como uma das estruturas sociais. Assim, uma nova economia deveria incorporar-se aos mercados, valores ambientais, éticos e de equidade social. Já existem exemplos de interferência de fenômenos sociais na organização industrial.

No fim de julho de 2006, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) decidiram que, a partir de outubro daquele ano, não mais compraria soja vinda de áreas recentemente desmatadas do bioma Amazônico (ABRAMOVAY, 2012: 137).

⁶⁰ Idem.

Essa interferência social na organização da indústria é, na realidade, uma resposta a denúncias de caráter socioambiental formuladas por organizações não-governamentais. No caso citado da moratória da soja, a denúncia partiu do Greenpeace, em relatório publicado no ano de 2006, intitulado “Comendo a Amazônia”. Nele se estabelece a ligação entre destruição da floresta e soja, além de citar explicitamente os três gigantes internacionais do setor (Archer Daniels Midland, conhecida como ADM, a Bunge e a Cargill), e as processadoras de rações animais, redes de supermercado e de fast-food, principalmente o Mcdonald’s. “Nesse documento é proposto um sistema de rastreamento da soja capaz de impedir novos desmatamentos ligados ao setor” (ABRAMOVAY, 2012: 139). Ainda segundo Abramovay, a moratória é de caráter voluntário e vai além do que a lei preconiza.

Uma das características mais interessantes desses acordos entre atores privados e associativos é que acabam funcionando como fonte de aprendizagem e de inspiração para as próprias políticas públicas. Em outras palavras, acordo voluntário não significa ausência do Estado nem amesquinamento das políticas governamentais (ABRAMOVAY, 2012: 139).

Outro ponto importante é a ideia de rastreamento e de exposição das bases materiais e energéticas dos processos produtivos das grandes empresas.

Não é irrelevante, ainda mais quando se trata de um país com a tradição senhorial e patrimonialista do Brasil, que proprietários de terra revelem publicamente a maneira como estão usando seus recursos privados (ABRAMOVAY, 2012: 140).

O *Fórum Amazônia Sustentável*, por exemplo, reuniu organizações como o Instituto Socioambiental, o Projeto Saúde e Alegria, o Imazon, Amigos da Terra Amazônia Brasileira, o Conselho Nacional dos Seringueiros e ao mesmo tempo a

Vale do Rio Doce, Petrobras, Alcoa, Phillips, ABN, Banco Itaú e Banco da Amazônia. Identifica-se assim uma nova maneira de gestão das empresas que, no âmbito concorrencial, precisam expor “de maneira pública e sintética” os indicadores dos meios de produção e seus efeitos na vida social e no patrimônio natural.

Não se trata de apenas de reconhecer as “externalidades” da economia e enfrentá-las por meio de leis e da intervenção do Estado. Mais que isso, trata-se de localizar e medir como cada empresa e cada setor econômico usam recursos cujo caráter privado submete-se a uma avaliação socioambiental cada vez mais exigente (ABRAMOVAY, 2012:142).

ONGs, empresas e Estado articulam-se cada vez mais na solução de problemas. Os âmbitos das respectivas gestões se misturam, descentralizando as decisões, ao mesmo tempo em que possibilita a expansão da “área” de governo dos setores.

A ideia de que a empresa faz – dentro do respeito à lei, claro – o que o mercado quer e ali onde o mercado falha quem tem que resolver é o governo ou as ONGs, está cada vez mais sendo colocada em dúvida no mundo contemporâneo (Idem:144).

Assim, consolidam-se novas formas de associações empresariais como a World Business Council for Sustainable Development no plano internacional, grande responsável pela introdução do termo “ecoeficiência” na cultura corporativa.

Cada um dos seus documentos corresponde a um intenso processo de discussões que conta com a participação de especialistas, claro, mas cujo conteúdo passa a fazer parte da própria cultura das empresas que apoiam sua elaboração (Idem: 144).

E no âmbito nacional, o Instituto Ethos que,

longe de ser um mecanismo de defesa dos interesses imediatos de seus associados, o Ethos se destaca pelo esforço de coordenar diferentes segmentos da sociedade civil com o setor privado na busca de formas de atuação empresarial capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável (Idem: 145).

A interferência de ONGs e Estados na gestão das empresas pode ser constatada nas certificações e nos rastreamentos dos produtos. Essas últimas extrapolam o âmbito da denúncia para constituir normas que devem ser seguidas pelas empresas com o risco de perderem competitividade. Nos anos 2000,

empresas e marcas globais passam a ser alvo de campanhas em que são nomeadas abertamente. Isso acaba por obrigá-las a responder a críticas, constituir departamentos de relacionamento com a sociedade civil e alterar os próprios métodos com base nos quais são avaliados (Idem: 148).

Hoje, a qualificação de produtos é profunda. Por exemplo, no relatório da Carcon Disclosure Project, 500 grandes empresas medem emissões de carbono da energia que compram, das viagens de negócios, transporte de funcionários, funcionamento de suas cadeias de negócios e do ciclo de vida dos produtos. Um processo que resulta tanto na busca, pelas próprias empresas, por parâmetros de julgamento de suas atividades que extrapolam o balanço contábil e as remunerações dos acionistas, quanto no aprimoramento técnico das ONGs que devem estar preparadas para negociações diretas com os setores privados.

Assim, forma-se uma “governança não estatal dirigida pelo mercado” uma espécie de “complexo ONG/indústria” que passa a representar um “novo padrão de regulação privada transnacional”.

Não se trata apenas da acusação direta a alguns setores e empresas com condutas danosas em especial. Mais que isso: trata-se de organizar os mercados com base na tentativa de expor publicamente seus principais impactos socioambientais (Idem: 150).

Porém, esses padrões socioambientais exigidos pela certificação não abrem mão do Estado, já que no limite, as exigências só podem ser cumpridas com um aparato legislativo e com um corpo administrativo estatal eficiente. Portanto, por mais inovadoras que essas técnicas pareçam, estão conectadas a instituições seculares como o Estado.

2.12. Uma justificativa institucional e sua ineficácia.

O Partido Verde brasileiro pode ser considerado um partido de *institucionalização fraca*, expressão desenvolvida por Panebianco (2005), por *institucionalização* entende-se:

(...) o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido. (...) Esse processo implica a passagem da organização “consumível” (isto é, puro instrumento para a realização de certos objetivos) à *instituição*. Se o processo de institucionalização tem sucesso, a organização perde, pouco a pouco, o caráter de instrumento estimado por si mesmo não por si mesmo, mas somente em vista dos objetivos organizativos: adquire valor em si, os objetivos são incorporados à organização, e dela se tornam inseparáveis e, geralmente, indistinguíveis. Característico de um processo de institucionalização bem-sucedido é o fato de que, para a maioria, o “bem” da organização tende a coincidir com os seus objetivos (...). A organização torna-se ela própria, “objetivo” para

uma grande parte dos seus afiliados e, desse modo “carrega-se” de valores (PANEBIANCO, 2005:100).

A institucionalização do partido é decorrente de dois processos: o desenvolvimento de interesses organizativos, ou seja, a formação de uma elite partidária – que deve ser constantemente atualizada – por meio de distribuição de cargos de prestígio e possibilidades de carreira para seus membros, em todos os níveis organizativos; e o desenvolvimento de lealdades organizativas difusas, um processo de distribuição de incentivos coletivos para militantes e eleitores, a formação de uma “identidade coletiva”.

Toda organização está, necessariamente, envolvida em relações de troca com o próprio ambiente: deve extrair recursos (humanos e materiais) indispensáveis ao seu próprio funcionamento e, para obtê-los, deve dar em troca recursos “produzidos” no seu interior. Um partido deve distribuir incentivos de várias espécies, não só aos próprios membros, mas também aos “usuários” externos (os eleitores, as organizações de apoio etc.). Uma organização tem autonomia quando desenvolve a capacidade de controlar diretamente os processos de troca com o ambiente. (...) Uma organização com pouca autonomia é uma organização que exerce pouco controle sobre o próprio ambiente; que mais se adapta a ele do que faz adaptar-se a si própria (Idem: 104-105).

Os partidos que tem fraca relação com o ambiente, que depende do exterior, como por exemplo, incluir nas suas listas eleitorais muitos candidatos sem carreira anterior no partido são considerados partidos com *institucionalização fraca* o que significaria uma força política menor. Isso poderia explicar porque Marina Silva, depois de alcançar vinte milhões de votos na campanha presidencial de 2010, decidiu abandonar o quadro de membros do Partido Verde. Porém, essa perspectiva não explicita a composição das forças que fizeram Marina Silva alcançar essa quantidade

de votos e por que o Partido Verde não foi capaz de absorver a figura de Marina e o que ela representa⁶¹.

2.13. A saída de Marina do PV, o Movimento por uma Nova Política, eleições municipais, e formação de um novo partido.

Com a saída de Marina Silva do Partido Verde, o *Movimento Marina Silva* serviu de base para o *Movimento por Uma Nova Política*, que, inicialmente era apenas um grupo de pessoas, conectadas via internet, intituladas “Sonháticos” que buscavam participar da política institucional sem fazerem parte de partidos políticos.

“Não se trata de negar as instituições de Estado e o sistema representativo. Sabemos de sua importância e de seu papel, mas não podemos fechar os olhos para seus desvios. Devemos exigir que saiam de suas velhas práticas e acordem para o presente. Para isso, a sociedade brasileira precisa recuperar a sua iniciativa no campo político, construir coletivamente sua vontade e fazê-la valer”⁶²

Segundo Rombauer, o *Movimento por Uma Nova Política* busca integrar pessoas de fora dos partidos para fazer política junto do governo. “Há uma multidão de pessoas que querem fazer política e que não querem estar dentro dos partidos [...] os partidos não dão conta de acolher todos os que querem estar na política. Por que tem que haver um monopólio da política pelos partidos? [...] quiçá um presidente ou uma presidente sem partido⁶³, por que não?”⁶⁴.

⁶¹ Esse tema será abordado na continuidade da pesquisa no próximo ano.

⁶² Trecho do discurso de Marina Silva, no dia 07 de Julho de 2011, no Espaço Crisantempo em São Paulo. Disponível em www.novapolitica.org.br. Acessado em 07/12/11

⁶³ Porém, segundo a constituição brasileira é obrigatório a filiação partidária para se eleger presidente: § 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:
I - a nacionalidade brasileira;

Desse movimento participam além de celebridades como Caetano Veloso, Arnaldo Antunes e Lenine, políticos de outros partidos como Heloísa Helena (PSOL), Eduardo Suplicy (PT), Cristovam Buarque (PDT) e Ricardo Tripoli (PSDB). Segundo Marina: “estou nesse movimento. Se isso tiver densidade, estatura, altura e profundidade para se transformar uma parte do movimento, em um partido, poderá até, no futuro, ser um partido. Eu estou no processo”⁶⁵. Em fevereiro de 2013, o movimento entrou no processo de criação de um novo partido, provisoriamente chamado Rede Sustentabilidade.

Rombauer destaca a importância de coletividades que se organizam para fazer política sem a necessidade de estarem dentro de partidos políticos como, por exemplo, a *Rio+20*. É preciso que essas pessoas, interessadas em uma nova política se conectem entre si.

“Uma multidão com um potencial enorme que só precisa ser ativada, e para nós ativarmos esse campo, essa emergência, essa força gigantesca que está pulsando, nós precisamos nos compor. Nós estamos num momento disperso e é muito bom isso. Vamos ser dispersos conscientemente e unidos na nossa intenção. Porque essa dispersão, essa multidão que está se organizando na Rio+20, nas Casas de Marina e em múltiplas e múltiplas iniciativas que estão bombando por aí, acho que temos que nos voltar a essas múltiplas formas de fazer acontecer e nos conectarmos na causa aonde ela estiver”⁶⁶.

-
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
 - III - o alistamento eleitoral;
 - IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
 - V - a filiação partidária.

⁶⁴Trecho do discurso de Eduardo Rombauer, no dia 07 de julho de 2011, no Espaço Crisantempo em São Paulo, disponível em www.novapolitica.org.br. Acessado em 07/12/11.

⁶⁵ Entrevista cedida ao “O Estado de S. Paulo” em 17/10/11, “Marina pode criar partido antes das eleições de 2014”.

⁶⁶ Trecho do discurso de Eduardo Rombauer, op cit.

Dentro do *Movimento por Uma Nova Política*, os membros se organizam em *coletivos*. Um deles é o *Coletivo Pro-Partido*, que procura facilitar a circulação de textos e a sistematização de discussões em torno da necessidade de criação de um partido político. No coletivo há uma área para a postagem de textos de referências, onde os membros podem contribuir com documentos, vídeos, livros em pdf, artigos e entrevistas.

Um desses textos é uma entrevista de Marina Silva à revista *Valor Econômico*, em Janeiro de 2012. Na entrevista Marina Silva diz que ao sair do Partido Verde, apostava em um “movimento transpartidário, com a proposta de sustentabilidade e de uma nova forma de fazer política”. Nas eleições de 2012, Marina apoiou candidaturas de “maneira estritamente programática”, e candidatos que não tinham a pretensão de sair de seus partidos.

Apoiei a candidatura de Durval Ângelo [candidato derrotado à Prefeitura de Contagem], que é uma pessoa orgânica do PT de Minas, não vai sair do PT, mas tem compromisso com esta agenda. O próprio Serafim [Corrêa, candidato derrotado à Prefeitura de Manaus], ligado ao PSB. O Edmilson [Rodrigues, candidato derrotado à Prefeitura de Belém], que nunca vi questionar sair do PSOL. O Heitor [Ferrer, candidato à Prefeitura em Fortaleza], que não está cogitando sair do PDT⁶⁷.

O coletivo ganhou força dentro do movimento e o processo de abertura do partido já está em andamento. O nome ainda está sendo escolhido e logo depois começará o recolhimento das assinaturas necessárias. Segundo Marina Silva, a criação de um novo partido deve contribuir para um política “mais aberta”, e para “democratizar a democracia”. Sobre o novo partido Marina disse:

⁶⁷Disponível em: <http://novapolitica.com.br/group/propartido/page/marina-defende-o-ativismo-autoral-janeiro-de-2013>. Acessado em 29/01/2013.

a questão da ficha limpa seria algo *a priori* e o compromisso com a sustentabilidade seria algo no vértice de tudo. A ética na política teria que ser condição *sine qua non*, não pode ser uma bandeira. Mas, por exemplo, poderia ser um partido que tenha uma presidência por um tempo, que não seja por um tempo eterno. A cada ano, teríamos outro presidente para evitar cristalizações. O PV na Alemanha, por exemplo, tem um homem e uma mulher como presidentes. Tem coisas que já dá para fazer. Pessoas como o economista José Eli da Veiga, o cineasta Fernando Meirelles, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, o economista Eduardo Giannetti da Fonseca não sei se vão se filiar, mas são pessoas que têm o direito de participar, de votar, de apresentar propostas. São protagonistas do processo político. Tem que ter mecanismos novos porque senão vai ser mais do mesmo. O que está se discutindo é outra coisa, é uma visão de país, de mundo, do que o século 21 exige de nós. É um esforço, ninguém tem a resposta. As coisas estão sendo produzidas nos espaços da polarização, que é estagnante⁶⁸.

Portanto, o que vemos é um processo de consolidação de uma elite política, que já vem atuando em campos extrapartidários, ou como mesmo definiu Marina, traspartidário. Decidido a entrar no campo da política partidária de uma vez por todas, o *Movimento por Uma Nova Política* foi capaz de capturar os desgostosos com a política partidária, entre eles muitos jovens, carentes de representação e ávidos por participação, para em um momento seguinte, centralizar o discurso em torno da necessidade de formação de um novo partido político, com uma ética pautada na sustentabilidade e fundamentado por processos de inovação colaborativos.

⁶⁸Disponível em: <http://novapolitica.com.br/group/propartido/page/marina-defende-o-ativismo-autoral-janeiro-de-2013>. Acessado em 25/01/2013.

2.14. O intelectual profético-especialista

Segundo Foucault, durante muito tempo, o intelectual foi o grande portador de valores considerados justos e verdadeiros para todos. Eram intelectuais universais. Eles surgem a partir da figura do jurista-notável que luta pelo o que é justo por razão e por natureza. Sua expressão maior é o escritor.

A partir da Segunda Grande Guerra, o discurso intelectual passa a atrelar-se com um conhecimento específico. Surge a figura do intelectual específico. Quem faz a ponte entre o universal e o particular é o físico atômico. Seu conhecimento, apesar de específico tem um discurso global. Esse tipo de intelectual “é aquele que detém, com alguns outros, a serviço do Estado ou contra ele, poderes que podem favorecer ou matar definitivamente a vida” (FOUCAULT, 2011: 11).

É certo que esse intelectual não surge de repente a partir da Segunda Grande Guerra. Ele já estava sendo criado na biologia e dentro dos evolucionistas pós-Darwin. “Em nome de uma verdade científica local – por importante que seja – se faz a intervenção do cientista nas lutas políticas que lhe são contemporâneas” (Idem: 11).

O poder político do discurso específico permite uma interconexão entre saberes onde, cada intelectual no seu lugar, contribui para uma nova política da verdade. Assim, a figura que desponta como privilegiada dentro desse esquema é o professor universitário já que, dentro da universidade se encontra no meio de conexões intelectuais, e suas problematizações têm repercussão acentuada.

A chamada crise da universidade não deve ser interpretada como perda de força, mas, pelo contrário, como multiplicação e reforço de seus efeitos de poder no meio de um conjunto multiforme de intelectuais em que praticamente todos são afetados por ela e a ela se referem (Idem: 9-10).

É importante que o intelectual específico assuma cada vez mais responsabilidades políticas pois qualquer verdade “não existe fora do poder ou sem poder” (Idem: 12). A verdade é “o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (Idem: 13). É importante pensar como são produzidas e sustentadas as verdades dentro de certa economia política da verdade de cada sociedade.

Na sociedade de controle, as relações de poder são contínuas e organizadas em fluxos, “temperando vigilâncias e monitoramentos, voltados para neutralizar, imobilizar ou capturar as resistências com mais velocidade” (PASSETTI in BOGUS, 2011: 213). As práticas de governo ininterruptas constituem um exercício de governo de si em torno da ideia de capital humano. Os fluxos de informação e comunicação movimentam indivíduos incluídos em busca de novos direitos. O direito do soberano de provocar a vida a partir do investimento no corpo útil, praticado na sociedade disciplinar, foi redimensionado para o investimento no corpo produtor de inteligência. “Avolumam-se os indícios de vida inédita e livre, apesar de mais controlada” (Idem: 216). Dessa forma a conscientização e a produção de cada um contribui para o governo não do corpo humano, ou da população, mas do planeta. “A sustentabilidade, a cumplicidade de todos, a ordenação por sua conservação e melhorias exige que todos sejam ocupados e ajustados para viver sob a administração das inteligências” (Idem: 216).

O intelectual específico se situava em certo campo, tomava para si as reivindicações de sua localidade, assumindo certo escopo para sua crítica. Na sociedade de controle, devido aos fluxos constantes passa a submeter-se a uma variedade de ocupações necessárias, ficando sujeito à participação colaborativa, e,

como tal, disponível a alternativas e negociações em benefício do aperfeiçoamento da democracia.

É a partir do local recoberto por tramitações planetárias articuladas pela sociedade civil organizada e governos que se produz participação contínua, negociada e apta. Perpassando os diversos planos dessa *nova* consolidação, o intelectual especialista ganhou inúmeros perfis ajustados e variáveis que o situaram, agora, entre diversos fluxos velozes e modificáveis, como um intelectual *modulador* (Idem: 219).

O controle por meio de fluxos exige um enfraquecimento das especificidades em benefício de um pluralismo colaborativo[dos *moduladores*]. A democracia deve ser reformada e estendida no sentido de uma nova globalização; permitir a expansão dos direitos, produzindo assim a institucionalização das vontades das minorias. O intelectual *modulador* transita pelos diferentes espaços, sem se prender a nenhum, contribuindo para a valorização das variedades, mas deixando intocados os princípios da soberania. “Convocados a participar por dentro e por fora da materialidade e das imaterialidades, e convencidos da prática democrática participativa, colaboram para a institucionalização de outro novo dentro do Mesmo” (Idem: 220).

O intelectual profeta totalizante está cada vez mais restrito, o específico singular pressionado e enquanto isso o *modulador* se expande por conexões e pluralismos.

2.15. Moduladores

Apesar de Rombauer destacar a positividade da dispersão e as *múltiplas e múltiplas iniciativas que estão bombando por aí*, todos os que falaram nesse evento – realizado no Espaço Crisantempo, no dia 07 de julho de 2011, intitulado *I Encontro para Uma Nova Política* – estavam conectados a grandes instituições com atuações na política nacional e global: o próprio Rombauer, como já mostramos acima, conectou-se ao Instituto Polis, com a Rede Jovem da Aliança por Um Mundo Responsável e Solidário e com o Governo Federal. Outro a se manifestar no encontro foi Oded Grajew, que é coordenador geral do *Pensamento Nacional das Bases Empresariais*, participou da fundação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Idealizou o Fórum Mundial e é membro do Conselho Consultivo da Global Compact, desenvolvido por Kofi Annan. Portanto, podemos observar que esses intelectuais *moduladores* estão dentro de algo, seja instituição, fundação, partidos políticos, porém, não adotam para si o discurso desses grupos, mas se movimentam entre eles articulando diferentes pessoas e negociando com diferentes instituições em benefício de uma determinação de conduta global como a sustentabilidade. Em entrevista ao “O Estado de S. Paulo”, Marina Silva afirmou fazer parte de um movimento transpartidário, que debate a crise política no Brasil e que não tem ansiedade para a formação de um novo partido. Configura-se dessa maneira um afastamento do que Michel Foucault havia descrito como o intelectual específico para o que Edson Passetti chama *de intelectual modulador*.

O *Movimento Por Uma Nova Política* é uma organização que também expressa a prática do intelectual *modulador*. Logo na carta de princípios, aparece que “o movimento acolhe as diferenças e as diversidades”. O movimento é livre, aberto,

autônomo, democrático, suprapartidário e sem vínculo religioso, e busca a construção da sustentabilidade ambiental, social, econômica, ética, política, cultural e estética”⁶⁹. Ou seja, o movimento é livre para circulação, aberto a todos interessados, sem prévio julgamento de valor, com uma autodeterminação política, mas que visa a construção de algo de maneira colaborativa, “buscando o consenso progressivo pela via do diálogo, do espírito de agregação e da postura colaborativa, da valorização das ideias e do conhecimento, respeitando o direito à divergência”⁷⁰. Assim, o movimento, por meio de divergências, continua buscando um consenso, mas que deve ser construído, *progressivo*, ou seja, negociável e de maneira colaborativa.

Oded Grajew, em sua fala, destacou a importância de ser fiel a uma causa e por isso Marina Silva deixou o Partido Verde. Foi preciso se “desfiliar do partido político para não perder a causa”⁷¹. Como empresário bem sucedido Grajew apontou para os perigos que o sucesso pode trazer. Segundo ele, muitos projetos começam em benefício de uma causa, mas quando alcançam o sucesso passam a se importar apenas com o poder: “esse movimento vai ser bem sucedido, o que nos une é a causa, os valores, o que não podemos é cair na tentação que traz o risco do poder”⁷².

Nessa perspectiva, o poder está diretamente associado ao sucesso, portanto, para se ter poder é preciso obter sucesso. Estabelece-se assim uma relação de causa e efeito onde o sujeito se transforma e só assim alcança o poder. Quando se chega lá, outra questão aparece: o que fazer com o poder? Ou caímos na tentação e nos perdemos nas suas malhas num movimento autodestruidor ou então, no caso de um

⁶⁹ Disponível em: www.novapolitica.com.br/Page/hist-rico. Acessado em 20/10/2012.

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ Trecho do discurso de Oded Grajew. Disponível em www.novapolitica.org.br. Acessado em 07/12/11

⁷² *Idem*.

movimento que tem como princípio a democracia participativa atrelada ao desenvolvimento sustentável, o poder serve para possibilitar a participação de cada um no sentido do desenvolvimento sustentável. Nesse caso, impossível deixar de lado um processo de conscientização da população em torno da ideia de que o desenvolvimento sustentável é verdadeiramente bom.

Depois de sua saída do Partido Verde, Marina Silva concentrou bastante energia na discussão em torno da proposta do novo texto do Código Florestal, que considera um retrocesso. Segundo Marina, “o texto todo se constitui no maior retrocesso da história da legislação ambiental brasileira. O Brasil não precisa disso. Não precisamos desmatar para aumentar nossa produção”⁷³

Também ficou insatisfeita com os doze vetos feitos pela presidente Dilma em relação ao texto de Aldo Rabello que classificou como periféricos e insuficientes. Segundo Marina Silva, foram mantidos os pontos negativos como a anistia para os desmatadores e a redução da proteção das áreas que deveriam ser preservadas, como manguezais, nascentes e mangues dos rios. “Permaneceu o projeto do senado, com agravamentos”⁷⁴.

O Partido Verde brasileiro, antes das eleições municipais de 2012, ocupava 70 prefeituras divididas em 13 estados e apenas uma capital – Natal, no Rio Grande do Norte. São vinte prefeituras em São Paulo, dezenove no Maranhão, quatorze em Minas Gerais, três em Roraima no Paraná e na Bahia, duas no Ceará, uma no Pará, no Espírito Santo, em Goiás, e no Amapá. Nota-se que no Rio de Janeiro, estado de origem do partido, não há nenhuma prefeitura sob a legenda do PV. Porém, o PV teve

⁷³ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/06/marina-silva-diz-que-codigo-florestal-e-maior-retrocesso-da-lei-ambiental.html> . Acessado em 25/08/12.

⁷⁴ Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/revista/common/0,,EMI307997-18095.00-novo-codigo-florestal+virou+um+codigo+agrario+diz+marina+silva> Acessado em 12/08/2012.

candidatura própria à prefeitura da capital fluminense no ano de 2012: Aspásia Camargo.

Em pesquisa realizada pelo Datafolha e divulgada em 29/08/12, Aspásia Camargo apareceu com apenas 1% das intenções de voto, atrás de Otávio Leite (PSDB) com 3%, Rodrigo Maia (DEM) com 5%, Marcelo Freixo do PSOL com (13%), e Eduardo Paes (PMDB) com 53%. Em São Paulo, o PV não teve candidato próprio e apoiou José Serra (PSDB) no pleito municipal.

Marina Silva não apoiou nenhum candidato em São Paulo, por conta da aproximação de Fernando Haddad (PT) com Paulo Maluf (PP) e pela falta de posicionamento dos candidatos em relação ao Código Florestal. Em relação às eleições municipais da cidade do Rio de Janeiro, Marina Silva afirmou que apoiaria Marcelo Freixó ou Aspásia Camargo, caso um deles fosse ao segundo turno, por conta da importância deles na sua candidatura presidencial em 2010⁷⁵.

Aspásia Camargo é professora de sociologia e ciências políticas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro assim como da Fundação Getúlio Vargas, onde criou o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e o Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável. Camargo participou também do Fórum Nacional (sessão especial) em setembro de 2011.

O Fórum foi criado em 1988 “com o objetivo de reunir lideranças políticas, empresariais, acadêmicas, sindicais e da sociedade civil – para, através do debate pluralista, procurar convergências em torno de propostas concretas sobre grandes temas do desenvolvimento nacional”⁷⁶. Conta com o patrocínio especial do Governo Federal, BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisa

⁷⁵Entrevista de Marina Silva ao jornal O Estado de S. Paulo. Disponível em www.estadao.com.br/noticias/impreso,eu-flutuava-como-uma-pluma,9221260,0.html . Acessado em 27/08/12.

⁷⁶ Disponível em: www.forumnacional.org.br/intro.php?/=pt. Acessado em 19/08//2012.

Econômica Aplicada), FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BID (Bando Interamericano de Desenvolvimento), Odebrecht, Telefônica, Vivo e Vale do Rio Doce. O presidente do Fórum Nacional é João Paulo dos Reis Velloso⁷⁷.

Em texto apresentado no Fórum, Camargo (2012) faz um panorama geral das conferências da ONU que desembocaram na realização da Rio+20. A conferência de 1972, em Estocolmo, foi uma tentativa de acalmar aqueles que consideravam as reivindicações ambientais ameaças ao desenvolvimento de seus estados. A conferência foi convocada pelo “desenvolvimento e meio-ambiente humano” – Camargo ressalta que na mesma época o Clube de Roma havia proposto uma meta de crescimento zero. Ainda, segundo Camargo, as questões ambientais não eram bem vistas pelos países possuidores de recursos naturais e em desenvolvimento. Importante notar que a meta de crescimento zero proposta pelo Clube de Roma pode ser também uma forma de pacificação das lutas inerentes às relações entre Estados, impedindo o crescimento de países em desenvolvimento. Camargo diz que para conciliar os interesses dos países ricos e pobres, a Comissão Brundtland publicou, em 1987, o relatório “Nosso Futuro Comum”, onde se encontrava o princípio de “desenvolvimento sustentável”. A Eco-92 funcionou para integrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental – que deveriam funcionar de forma complementar respeitando as recomendações da Agenda 21.

Camargo aponta que um dos pontos principais da Agenda era intervir no manejo dos recursos naturais, de acordo com nível de industrialização do país, poupando, assim, os países em desenvolvimento. Interessante notar que esses acordos internacionais de exploração dos recursos naturais são estabelecidos levando em

⁷⁷ Velloso teve uma importante participação na ditadura militar, quando foi Ministro do Planejamento entre 1969-1979, durante os governos de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Também durante a ditadura, fundou e presidiu o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

consideração a soberania dos Estados sobre seus territórios. Porém, o capital investido na exploração desses territórios é global. “Poupar” os países em desenvolvimento na intervenção dos recursos naturais, também abre as portas para a exploração de certos territórios por empresas nacionais, internacionais, ou transnacionais, ao mesmo tempo em que preserva certas reservas de recursos naturais.

Mas pensar a relação de certos territórios de acordo com a soberania de seus Estados não é capaz de explicar a totalidade da dominação desse mesmo território. As forças que brigam pela exploração do solo, do ar, da água, ou até mesmo do espaço sideral são atravessadas por interesses que vão além de uma relação Estado soberano/território nacional.

Michel Foucault, já em 1976, em cursos realizados no *College de France*, explicitou que as teorias de soberania não são capazes de explicar as relações de poder, mas são produzidas dentro de certa relação de forças⁷⁸. Portanto, é preciso olhar para os efeitos das próprias relações de dominação, como elas se dão. De forma arriscada, podemos deslocar a eficácia da análise dos grandes aparelhos do poder, como o Estado, que Foucault aponta em 1976, para hoje, e percebemos que a soberania nacional continua sendo evocada para explicar determinações de conduta, como a da *Agenda 21*, apesar das forças em jogo não estarem restritas a um território nacional.

A *Agenda 21* também proporcionou a criação de novos negócios. Segundo Camargo, outro ponto importante da *Agenda 21* era dar destino ao volume crescente

⁷⁸ Em vez de fazer os poderes derivarem da soberania, se trataria muito mais de extrair, histórica e empiricamente, das relações de poder, os operadores de dominação. Teoria da dominação, das dominações, muito mais do que teoria da soberania, o que quer dizer: em vez de partir do sujeito (ou mesmo dos sujeitos) desses elementos que seriam preliminares à relação e que poderíamos localizar, tratar-se-ia de partir da própria relação de poder, da relação de dominação no que ela tem de factual, de efetivo, e de ver como é essa própria relação que determina os elementos sobre os quais ela incide. Portanto, não perguntar aos sujeitos como e por que, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos. FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2010. (p.38).

de resíduos e substâncias tóxicas, criando os “três *erres*: Re-use, Re-duza, Re-cicle”. “Esse segmento, corretivo do consumismo perdulário, converte-se os últimos vinte anos em um dos mais prósperos negócios nas sociedades pós-industriais” (CAMARGO, 2012: 29-30).

Ao abordar o tema da economia-verde, Camargo destaca a importância das empresas. Segundo ela, o relatório produzido pelo “Business Council For Sustainable Development”, liderado por Stephen Schmidheiny, desenvolveu o conceito de Ecoeficiência – uma gestão ambiental das empresas que reduz os desperdícios, aumentando assim sua produtividade sistêmica –, além de destacar que as empresas têm um papel fundamental na saúde futura do planeta.

Para Camargo:

O tema da economia verde, ao contrário do que ocorreu em 1992, consegue fundir as duas dimensões do desenvolvimento sustentável, a econômica e a ambiental, e, além do mais, a erradicação da pobreza acresce às duas dimensões anteriores o princípio de sustentabilidade social, completando o tripé da sustentabilidade. Ao criar mais empregos, em geral também de melhor qualidade, reduz-se em alguma medida a dívida social gerada pela desaceleração do crescimento e aumento do desemprego. (...) Mudança qualitativa de tamanha envergadura pode ser interpretada como avanço e progresso. As três dimensões quase independentes do desenvolvimento sustentável apresentam-se agora em situação de complementaridade, tendo o meio ambiente como dimensão transversal, que interage tanto na área econômica quanto na social (CAMARGO, 2012: 34-35).

Ou seja, a questão ambiental que, na Conferência de Estocolmo 1972, aparecia como um empecilho ao desenvolvimento econômico, principalmente para os países em desenvolvimento, a partir da Eco-92 – com apoio do relatório da Comissão de Brundtland, que consolidou a noção de desenvolvimento sustentável – teve seu escopo ampliado e passou a interagir com interesses econômicos e sociais. Com

participação fundamental dos empresários, a partir do Business Council for Sustainable, foi desenvolvida a noção de *ecoeficiência* – uma forma de reduzir os desperdícios, conservar o meio ambiente, e aumentar os lucros. Essa é uma das procedências do que se chama hoje de *economia verde*, que é a responsável por conectar, de uma vez por todas, os três pilares do desenvolvimento sustentável – econômico, social, ambiental – que ainda estavam um pouco desconectados na Eco-92.

Neste mesmo fórum, o embaixador André Corrêa Lago, chefe do Governo Brasileiro na Conferência da Rio+20, também apresentou um texto onde, segundo ele, o conceito de desenvolvimento sustentável é mais amplo do que o ambientalismo: abrange outros setores da sociedade como o social e o econômico. Dessa maneira, segundo Lago, a conferência da Eco-92 foi fundamental para introduzir o ambientalismo dentro do contexto amplo de desenvolvimento sustentável. Ambas as conferências (Eco-92 e Rio+20) fazem parte de uma família de conferências compostas também pela Estocolmo 72 e pela Johannesburgo 2002. Assim, a Rio+20 teria o dever de questionar a estrutura dos documentos produzidos nessas conferências anteriores (CORREA LAGO, 2012).

A importância da reforma desses documentos fica evidente já que a realização da Conferência da Rio+20 não é questionada, mas apenas o como e quando essa deve ser realizada. Segundo Corrêa Lago, alguns queriam que sua realização acontecesse em 2017 – 25 anos depois da Conferência de Eco 92. Outros queriam associar a conferência à revisão das Metas do Milênio da ONU; alguns países em desenvolvimento temiam que fossem questionados os acordos da Eco-92 – portanto, sua realização foi fundamental para o crescimento econômico recente de alguns países; os países desenvolvidos não queriam ser cobrados pelo o que não fizeram

desde 1992 – portanto, os acordos da Eco-92 não foram tão benéficos às economias de países desenvolvidos, o que, por outro lado, pode justificar uma reforma desses acordos na Rio+20; outros pretendiam que ela fosse realizada na Coreia e se pergunta: qual a importância da Coreia nesse contexto de economia verde e erradicação da pobreza?

Para Corrêa Lago, a realização da conferência no Rio, 20 anos depois da Eco-92, revela a importância do Brasil no contexto do desenvolvimento sustentável, seja por sua capacidade de produção energética – maior do que grande parte dos países ricos – seja em relação aos outros países do BIRCS, já que o Brasil, por ser ocidental e democrático, tem “uma visão da justiça social, dos direitos sociais, associados também à questão de democracia” (Idem: 10). Dessa maneira, o Brasil é capaz de criar próprios e novos paradigmas do desenvolvimento sustentável.

Assim, evidencia-se a necessidade de criar conteúdo para esse conceito. Felipe Costa, ao falar de como as empresas usam o conceito de sustentabilidade – entendido como sinônimo de desenvolvimento sustentável – fala da “frouxidão”, e da utilidade dessa inexatidão de significado do conceito⁷⁹. Dessa maneira, identificamos no texto de Aspásia Camargo (In VELLOSO, 2012), a necessidade de, com a realização da Rio+20, ratificar um novo paradigma da sustentabilidade: economia verde e erradicação da pobreza. No novo paradigma, a presença do Estado é ampliada – já que o mercado não foi capaz de resolver os problemas sociais – e a sua relação com setores privados também deve ser fortalecida. Para Camargo, é preciso que o Estado

⁷⁹ A construção histórica do conceito de sustentabilidade ocorreu de forma a não permitir uma definição exata, conclusiva e consensual a seu respeito, até mesmo nos meios acadêmicos e especializados. (...) A resposta a essas demandas [sociais, econômicas, culturais] não exige que as empresas discutam, ou levem ao limite, efetivamente, o que seja sustentabilidade e o que isso exige delas; basta serem constituídas formalmente como tal para beneficiarem-se dessa condição a curto prazo e contornarem qualquer outro problema estrutural que possa lhe ser colocado. Em outras palavras, é útil às empresas que o conceito permaneça ‘frouxo’. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7660/5743> Acessado em 01/08/2012.

entre em ação promovendo políticas de sustentabilidade ao lado de investimentos privados em reciclagem e construções sustentáveis.

3. Conclusões

Desenvolvimento sustentável, economia verde, Marina Silva, Partido Verde, Rio+20, movimento supra ou transpartidários, Estado, Direito, direitos, são conceitos e figuras que parecem jogar o mesmo jogo. O que era alternativo, institucionalizou-se e hoje determina condutas, alternativas ou não. Às vezes as peças do jogo se enfrentam, mas as batalhas não são capazes de romper nem com o Estado, nem com o Direito, e muito menos com o capitalismo. Marina Silva diz: “Não tenho uma visão de ruptura. É impossível, o Brasil não vai se tornar uma matriz energética 100% limpa e segura numa ruptura da noite para o dia”⁸⁰. O que todos têm em comum é uma resposta para o problema do planeta. Seja através de uma nova forma de fazer política, seja por meio do desenvolvimento sustentável, pela economia verde, o que está em jogo é a construção de uma verdade planetária reconhecida pela ciência e pelos “alternativos” que determine as políticas de estado e as condutas individuais.

Beyus, inserido no contexto dos anos 1960, inaugura uma maneira alternativa de se fazer política diante da insatisfação em relação aos partidos políticos de esquerda. Essa nova maneira, descrita no texto “conclamação a alternativa”, no Brasil, se institucionalizará com a formação do Partido Verde brasileiro a partir da iniciativa de Fernando Gabeira. O PV se constituirá como uma alternativa partidária, mas ainda muito conectado a emergência do Partido dos Trabalhadores, vide a eleição para governador do Estado do Rio de Janeiro em 1986. Porém, já em 1989, com a

⁸⁰Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.eu-flutuava-como-uma-pluma,922126,0.htm> Acessado em 18/11/2012.

possibilidade de Fernando Gabeira concorrer como vice na chapa de Luis Ignácio Lula da Silva, o alternativo, que em anos anteriores havia aproximado os dois partidos, acabou por impossibilitar a formação da chapa diante da ligação de Gabeira com a temática homossexual e com a das drogas.

Em 2010, Marina Silva, uma figura alternativa dentro do PT, abandona o partido e concorre nas eleições presidenciais pelo PV. Essa junção de alternativos atraiu empresários, como Guilherme Leal, interessados nos efeitos dessa nova verdade: o desenvolvimento sustentável. Porém, mais uma vez, o alternativo que conecta, também desconecta e reconecta. Marina Silva, logo após o sucesso nas eleições de 2010, abandona o partido, criticando sua estrutura fechada, e parte para um movimento por uma nova política.

Esse movimento atraiu jovens insatisfeitos com a política partidária, intelectuais *moduladores*, artistas, empresários e políticos profissionais. Todos interessados no desenvolvimento sustentável. Em um primeiro momento, os discursos giravam em torno da possibilidade, mais do que isso, na necessidade de se fazer política de fora dos partidos políticos, depois, convergiram para a formação de um novo partido, o Rede Sustentabilidade, ainda em processo de recolhimento de assinaturas.

Esse novo partido expressa a institucionalização de uma série de alternativos. Por alternativo entende-se: 1) Que se diz ou faz com alternância. 2) Opção entre duas coisas. 3) Diz-se das coisa que se pode escolhera que mais convenha. Ou seja, o alternativo sempre pressupõem um a priori, não possibilita a invenção, está relacionado a outra coisa já instituída e possíveis inovações. Por isso que o alternativo na política conecta, desconecta, reconecta, produz, mas não inventa. Se as revoltas nas décadas de 1960 inventaram uma perspectiva política estética, expressas nas obras de

Beyus, quando se tornaram uma alternativa, logo foram institucionalizadas com a formação do Partido Verde, tanto alemão quanto o brasileiro. Anos depois, o alternativo à política partidária torna-se rapidamente a força motriz da formação de um novo partido.

É este novo partido, o provisoriamente chamado por Rede Sustentabilidade, que pretendo analisar na próxima etapa da pesquisa. Suas procedências, conexões e desconexões, diante da proximidade com as eleições presidenciais de 2014, onde, tudo indica, o partido terá candidatura própria sob o nome de Marina Silva.

Anexo 1

Relatório Seminário Ecopolítica, Guilherme Castelo Branco.

Hegel trabalha considerando um primeiro momento mítico, onde um determinado estado de coisas justifica teorias e formas de um governo, de um Estado... a totalidade de um Estado é explicada e justificada baseada nesse primeiro momento mítico, exemplo disso são as teorias contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau.

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, ao unir-se a todos, obedeça somente a si mesmo e continue tão livre quanto antes. Esse é o problema fundamental para qual o contrato social oferece a solução (ROUSSEAU, 2010: 33).

O termo sujeição para Hegel está relacionado a dialética entre senhor e escravo, presente na “ciência do espírito”, diz respeito a duas forças; 2 sujeitos onde um deles reconhece-se como escravo e reconhece o outro como senhor. Há uma desigualdade de forças evidente para os dois sujeitos em questão, ou seja, ambos fazem parte de um mundo onde existem sujeitadores e sujeitados. Dessa forma, Hegel encontra na desigualdade de forças natural a explicação para a desigualdade social. Existe uma fatalidade na História.

[...] o singular deve também percorrer os degraus-de-formação-cultural do espírito universal, conforme seu conteúdo; porém, como figuras já depositadas pelo espírito universal, conforme seu conteúdo; porém, como figuras já depositadas pelo espírito, como plataformas de um caminho já preparado e aplainado” (HEGEL, 2008: 41).

Foucault trabalha numa perspectiva anti-hegeliana. Ele se inscreve nas teorias de Nietzsche e Kant. Ambos pensam a política a partir do presente, não trabalham com um momento originário.

Causa e efeito: essa dualidade não existe provavelmente jamais – na verdade, temos diante de nós em *continuum*, do qual isolamos algumas partes; assim como percebemos um movimento apenas como pontos isolados, isto é, não o vemos propriamente, mas o inferimos. A forma súbita com que muitos efeitos se destacam nos confunde; mas é uma subitaneidade que existe apenas para nós. Neste segundo de subitaneidade há um número infundável de processos que nos escapam. Um intelecto que visse causa e efeito como um *continuum*, e não, à nossa maneira, como arbitrário esfacelamento e divisão, que enxergasse o fluxo do acontecer – rejeitaria a noção de causa e efeito e negaria qualquer condicionalidade (NIETZSCHE, 2009: 140-141).

Para Foucault a tarefa da filosofia é pensar o presente e não tentar entender o antes, ele faz uma recusa a hermenêutica ao buscar, não um sentido por de traz dos textos, mas as relações de força presentes que o constituem. “O que esta em questão é o que rege os enunciados e a forma como estes se *regem* entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos” (FOUCAULT, 2011:4).

Foucault se inspira em Kant – pois esse pensa quem somos nós – para recusar justamente o que somos e o que fizemos de nós. Considera a individualização uma fabricação social e a totalização ou a população uma forma de marcar o indivíduo enquanto grupo. Para a ele, o processo de individualização é mais importante, portanto, para nos livrarmos do Estado, é preciso nos livrarmos do Estado em nós mesmos; mudar a realidade iniciada por nós; promover novas formas de subjetividade; imaginar e construir o que poderíamos ser; usar a imaginação política a

favor de nossa própria autonomia. É por isso que na primeira hora da aula do dia 17 de fevereiro de 1982, ministrada no *Collège de France*, Foucault destaca o modelo helenístico do cuidado de si, onde, diferente do modelo cristão e do modelo platônico, o cuidado de si não supõe um conhecimento de si, ou seja, uma verdade a ser dita sobre si mesmo, e, no caso do modelo cristão, uma renúncia daquilo que se é – dessa verdade enunciada sobre nós mesmos – como objetivo final.

Diferentemente do modelo platônico, ele [o modelo helenístico] não identifica cuidado de si no conhecimento de si. Ao contrário, tende a acentuar e privilegiar o cuidado de si, a preservar-lhe pelo menos a autonomia em relação ao conhecimento de si, cujo lugar, como veremos, é afinal limitado e restrito. Em segundo lugar, diferentemente do modelo cristão, o modelo helenístico não tende, absolutamente, à exegese de si nem à renúncia a si, mas ao contrário a constituir o eu como objetivo a alcançar (FOUCAULT, 2011B: 230).

Para Kant há indivíduos que voluntariamente se assujeitam, mas por própria culpa, é preciso ter coragem e usar a razão. As pessoas são menores por causa da preguiça e obedecem voluntariamente os outros. Dessa forma o iluminismo seria um processo pessoal de heteronomia para a autonomia e não um processo histórico.

Kant, assim como Foucault afirma que é preciso sair da menoridade, ou seja, ter coragem e utilizar da própria razão para deixar de ser rebanho. Não há sujeição natural, mas sim situações sociais que contemplam uma relação de assujeitamento.

Existem relatórios por todos os lados que forjam nossa maneira de ser, nossa personalidade e as pessoas acabam interiorizando aquilo que lhe é dito. Ao mesmo tempo não podemos ser totalmente autônomos mas é preciso o tempo inteiro ultrapassar limites e se libertar de entraves internos. É preciso escapar das

determinações da vida e fazer de nossa vida uma vida de artista; a vida como uma obra de arte. Segundo Deleuze,

são os estilos de vida, sempre implicados, que nos constituem de um jeito ou de outro [...] e será que isso não está presente desde a primeira filosofia de Foucault: o que somos 'capazes' de ver e dizer (no sentido do enunciado)? Mas se há nisso toda uma ética, há também uma estética. O estilo, num grande escritor, é sempre também um estilo de vida, de nenhum modo algo pessoal, mas a invenção de uma possibilidade de vida, de um modo de existência (DELEUZE, 2010:.130).

Anexo 2

Evento: Seminário *Código florestal: avanço ou ameaça ?*

Local: Instituto Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, sp

Palestrante: Marina Silva

Comentários: André Nassar e Fernando de Castro Reinach

Data: 27/09/2011

Horário de início: 17h30m

Horário de término: 19h40m

Público presente: entre 200 pessoas

Fernando Henrique Cardoso fez as honras da casa cumprimentando o público e os palestrantes. Abriu a discussão falando sobre a necessidade da manutenção de uma agricultura moderna e ativa e da proteção do meio ambiente. Fez elogios a figura de Marina Silva, dizendo que mesmo quando ela era senadora de oposição, eles mantinham um diálogo produtivo e citou algumas cartas que Marina teria lhe enviado, durante esse período, que não tinham ido à público, mas que demonstravam sua integridade e sinceridade. F.H.C. deixou a mesa para dar lugar à Sérgio Fausto, superintendente executivo do instituto e mediador do debate que logo deu a palavra a senadora Marina Silva.

Marina começou sua fala agradecendo a Deus, a Fernando Henrique Cardoso entre outros. Citou a medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, de F.H.C., então presidente da república, que aumentou a reserva legal na Amazônia e teria sido um passo importante na luta pela preservação ambiental.

A primeira parte de seu discurso foi uma contextualização do momento em que acontecem essas discussões sobre o código florestal. Segundo ela, o mundo está passando por múltiplas crises: econômica, social, ambiental e de valores. A crise econômica está diretamente ligada à crise dos valores que trataremos mais a frente. Com relação a crise social existem 2 bilhões de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por mês, desses, 16 milhões estão no Brasil. A crise ambiental se dá com o perigo da elevação da temperatura no planeta que levaria à morte os seres vivos. Nesse momento Marina aponta para o problema da morte como grande questão da humanidade. Marina fala da necessidade de uma *inflexão civilizatória*, que ainda não tem modelo, pois nenhum país conseguiu resolver seus problemas ambientais, mas que deve girar em torno de uma *descontinuidade produtiva*.

A realidade nos dá as respostas que precisamos⁸¹ para a solução dos problemas, no caso da crise ambiental a resposta técnica já está dada: utilização de fontes alternativas de energia.

O equilíbrio do planeta seria interessante tanto para países pobres quanto para países ricos, nesse sentido, Marina faz uma alusão à fábula do lobo e do cordeiro, de La Fontaine, como se os dois fossem vítimas do mesmo processo, o lobo representando os países ricos e o cordeiro os pobres.

Marina sublinha a importância de uma ação conjunta entre governos e sociedade civil para solucionar o problema ambiental, fala também da importância de um diálogo entre as ciências, citando Edgar Morin e sua ideia de *diálogo de saberes*, que mais para frente de seu discurso Marina adaptará para um *diálogo de querereres*.

A crise dos valores seria a mais importante e a base de todas as outras. Nesse momento ela começa sua exposição fazendo referência a um artigo de Contardo

⁸¹ Marina cita Nadia Bossa – uma psicopedagoga com mestrado em Psicologia da Educação na PUC-SP – que fala que a realidade responde na língua em que é perguntada, a realidade é poliglota, nós é que somos monoglotas. Portanto devemos interpretar as diferentes respostas dadas pela realidade.

Calligaris, publicado pela Folha de S. Paulo, onde o autor fala que a humanidade está adoecendo por falta de sentido, de significado das coisas. Marina diz que é preciso um processo de re-significação das experiências humanas, que ultrapassa a queixa pela queixa e que alcança uma descontinuidade produtiva.

Ao falar especificamente do código, Marina diz que esse exige uma ética de valores que nos permita construir hoje o futuro de nossos filhos e netos. Segundo ela, o código foi feito por pessoas que conseguiam antecipar as coisas, por exemplo: o código já anunciava o problema da erosão do solo.

Segundo Marina, não podemos generalizar e achar que todo agro-negócio é a favor da erosão. Tem uma parcela do agro-negócio que acha possível aumentar a produção e preservar o meio ambiente, mas esta parte tem que aparecer.

Há áreas já abertas que podem produzir mais e áreas que devem ser sustentáveis. Desde o “Nosso Futuro Comum” os ambientalistas dizem que é preciso desenvolver, porém de forma sustentável. Assim o sócio-ambientalismo não está apenas no campo ambiental, mas em todas as áreas.⁸²

O problema da reforma do código é que algumas alterações seriam uma regressão as conquistas da constituição de 1988, onde o meio ambiente saudável aparece como um direito. Para Marina é preciso “passar no teste e não mudar o teste”. Nesse momento agradece aos professores “caxias” que teve – que todo aluno acha chato – mas são mais importantes do aqueles que deixam todos passar.

A reforma do código acontece em um momento de fartura, o desmatamento está caindo, a pobreza está diminuindo, estamos economicamente bem, o social e o ambiental podem coexistir através de uma *inflexão civilizatória*. É preciso criar um texto, não de um setor ou de um grupo, mas de todo o Brasil, é preciso ações

⁸² Aqui notamos a presença do conceito de *sustentabilidade ampliada*, que aparece pouco desenvolvido no texto da Agenda 21 Brasileira: o conceito pode ser definido na seguinte frase “ sustentabilidade permeando todas as dimensões da vida” (p.18).

afirmativas, transformar o código florestal em políticas florestais, criar um espaço de convergência, um *diálogo dos quereres*.

Anexo 3

Projeto Temático FAPESP Ecopolítica

Relatório sobre o *Simpósio de Ecosofia: ecologia, redes digitais e sustentabilidade*

Maio/2011

O evento ocorreu no dia 27 de abril de 2011, no teatro da Aliança Francesa, na rua General Jardim em São Paulo, SP. Teve apoio institucional da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) – uma sociedade civil que tem como foco discutir a comunicação empresarial como função administrativa e política⁸³ – e da Klabin, uma empresa de 1899, produtora, exportadora e recicladora de papéis.⁸⁴ Foi realizado com patrocínio da Petrobras e do Governo Federal.

O evento estava programado para começar às 14h30 e atrasou 20 minutos. Cerca de 250 pessoas entre organizadores, conferencistas e público estavam no local. O perfil da plateia era diversificado e notava-se a presença de estudantes.

José Eli da Veiga, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), colaborador da coluna de opinião do jornal *Valor Econômico* e Massimo di Felice, professor doutor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA) fundador do centro de pesquisa digital ATOPOS (ECA/USP), foram os conferencistas.

O primeiro a falar foi José Eli da Veiga, que, devido a uma viagem para o Rio, onde participaria de um encontro do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) onde se discutiria algumas questões referentes ao Rio + 20, a “mais importante conferência das nações unidas sobre Desenvolvimento Sustentável dos

⁸³ Mais informações no site da associação: <http://www.aberje.com.br>.

⁸⁴ Mais informações no site da empresa: <http://www.klabin.com.br>.

últimos tempos”⁸⁵, teve que resumir sua exposição. Essa foi dividida em quatro partes:

- 1) O que é sustentabilidade;
- 2) O que é desenvolvimento;
- 3) O que é desenvolvimento sustentável;
- 4) Ecologia e Ecosofia.

Veiga salientou que *sustentabilidade*, como substantivo, é um termo muito novo, já o adjetivo *sustentável* é mais antigo e se relaciona com uma taxa de exploração sustentável do meio ambiente.

Segundo Veiga, ao nos perguntarmos o que é sustentabilidade, três respostas aparecem: uma otimista, outra pessimista, e uma terceira que seria uma negação das outras duas.

A visão otimista relaciona indicadores de deterioração ambiental com o índice de renda *per capita*. Quanto mais desenvolvida uma economia, mais estruturada para se preocupar com o impacto ambiental. É preciso enriquecer cada vez mais. Os exemplos dos rios Tamisa e Senna, que foram totalmente recuperados podem ser usados a favor dessa teoria. Porém, Veiga diz na exposição que, se fosse assim, o problema do aquecimento global estaria sanado, já que o desenvolvimento econômico mundial chegou no nível pré-estabelecido para tratar essa questão.

A visão pessimista, sustentada por Nicholas Georgescu-Roegen, é a de que é preciso parar de crescer para brevar a deterioração ambiental. Georgescu usa um conceito da física, a entropia, para fundamentar sua posição. Georgescu

⁸⁵ INSTITUTO ETHOS. “A Rio + 20 e o protagonismo brasileiro”. Disponível em: <http://institutoethos.blogspot.com/2011/04/rio-20-e-o-protagonismo-brasileiro.html> (acesso em: 27/04/2011).

lançou o alerta sobre o inexorável aumento da entropia. Baseado na segunda lei da termodinâmica, ele assinalou que as atividades econômicas gradualmente transformam energia em formas de calor tão difusas que são inutilizáveis (VEIGA, 2011: 111).

O crescimento econômico é apenas uma fase: teríamos que decrescer; precisaríamos parar de produzir armas; não seriam mais possíveis as guerras. Veiga afirmou, na conferência, que esse programa é inaplicável, pois “não está nos planos da humanidade prolongar sua vida no planeta, mas torná-la excitante”. Chama-nos a atenção como Veiga relaciona a produção de armas e as guerras a uma vida excitante.

Dentro dessa perspectiva pessimista, Veiga destaca também a posição de Herman Daly, um discípulo de Georgescu, que defende uma *condição estável*, em que o crescimento não é zero, mas esse aconteceria no sentido de melhorar a qualidade de vida da população, operando por meio de substituições, por exemplo, energia limpa no lugar de energia fóssil.

A 3ª via, segundo Veiga, seria uma negação das duas anteriores. Os recursos naturais devem ser preservados ao invés de destruídos, mas o crescimento também não deve ser brechado.

Veiga salientou que o principal ponto de sua exposição era *o que é sustentabilidade*, os outros pontos de sua apresentação foram expostos de uma maneira apressada. Essa primeira parte e mais importante de sua exposição, pareceu-nos baseada na parte II, “o que é sustentabilidade”, de seu livro *Desenvolvimento Sustentável – o desafio do século XXI*.⁸⁶

⁸⁶ IDEM, Idem.

Ao falar de desenvolvimento, disse existir 3 significados: crescimento, miragem “pós desenvolvimento” e expansão da liberdade humana. Veiga se mostrou mais simpático ao último significado.

Ao falar de *desenvolvimento sustentável*, diferenciou dois tipos de interpretação, uma analítica e outra dialética. A primeira teria mais dificuldade para conciliar os dois termos que parecem ser contraditórios, e chegaria a conclusão de se tratar de uma responsabilidade presente, mas tendo o futuro em jogo. Já de uma forma dialética, justamente por operar por meio de contradições, essa dificuldade não existiria.

Chamou nossa atenção a forma displicente com que Veiga se referiu ao conceito *ecologia profunda*, proposto pelo filósofo norueguês Arne Naess. Ao mesmo tempo em que demonstrou não acompanhar mais os grupos defensores desse conceito, disse que, quando viveu na Califórnia, eles defendiam a disseminação do vírus da Aids nos países africanos como uma forma de controle populacional, e eram contra o envio de alimentos à Etiópia pois isso seria ambientalmente prejudicial. Segundo Veiga, a *ecologia profunda* seria “um uso mecânico da ecologia nas ciências sociais.” Veiga se mostrou impaciente quando essas últimas afirmações foram questionadas por uma pessoa da plateia, parte do público “encerrou” a discussão vaiando e reprimindo a mulher que o havia questionado.

O segundo a expor foi Massimo, sua exposição teve uma abordagem mais filosófica do que a de Veiga. Tratou de questões como a relação sujeito/objeto, e a relacionou com uma visão linear, em oposição ao que ele defende: uma perspectiva complexa baseada na teoria do conhecimento complexo fundamentada por Edgard Morin.

Segundo Massimo, a realidade seria impossível de ser observada já que não nos encontramos numa posição exterior à ela. As redes digitais seriam uma expressão de um conhecimento pós complexo, que opera por meio de fluxos ou informações interativos; são possibilidades, formas de apresentação que não podem ser observadas do exterior. As tecnologias são parte da natureza e criam uma relação atópica com o território ao desmaterializá-lo. Assim, a relação de sujeito e natureza proveniente do pensamento ocidental não é capaz de explicar a realidade atual.

Massimo cita a *mentalização*, um conceito de Gregory Bateson, como uma forma de entender a relação entre o homem e o ambiente. Segundo essa perspectiva, o que existe é uma troca de informações entre organismos e o ecossistema. Então, somos o que é externo também e não podemos ser definidos porque estamos em constante transformação. A sustentabilidade deve acontecer porque nós somos o que está à nossa volta. Para isso, as redes eletrônicas possibilitam fluxos de informações de diversos setores como empresas; sociedade civil e movimentos sociais.

A exposição de Massimo foi bem mais consistente do que a de Veiga. Esse, não se preocupou, talvez pela pressa, em fundamentar seus argumentos e demonstrava certo tédio com o assunto. Massimo, ao contrário, demonstrava bastante segurança na sua exposição, fundamentando-a por meio de diversas possibilidades e sua empolgação com o tema era evidente.

Tanto Veiga quanto Massimo não veem saída à lógica capitalista: o primeiro ao classificar a teoria pessimista da sustentabilidade – que afirma a necessidade de brechar o crescimento econômico – como utópica; o segundo ao naturalizar as relações por meio das tecnologias atuais. Ambos têm uma aparência de nova vanguarda, mas são parceiros de governos, empresas, ONGs que perpetuam uma ordem e uma lógica conservadora.

Anexo 4

Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*

Relatório Rio+20

Pesquisador: Vitor Amaral Osório

Fevereiro de 2012

Introdução

Esse relatório está inserido nas atividades do Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*. Compreendido no fluxo de estudos das políticas de meio ambiente. O relatório procura descrever a estrutura de organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), as instituições e organizações envolvidas no processo preparatório assim como um resumo do último documento preparatório para a Conferência.

Rio+20: estrutura de organização e funcionamento

A Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável acontecerá na cidade do Rio de Janeiro entre 20 e 22 de Junho deste ano. A conferência será procedida pela terceira reunião do Comitê Preparatório (Prepcom3), de 13 a 15 de junho de 2012. Existem dois temas centrais que serão discutidos na conferência oficial: *A transição para uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o quadro institucional (instrumentos de governança) para o desenvolvimento sustentável*⁸⁷.

Haverá uma reunião plenária de abertura que acontecerá no dia 20 de junho às 10 da manhã, onde serão eleitos, o Presidente da Conferência e os funcionários, assim como o estabelecimento de um Comitê Principal e a indicação de membros do Comitê de Credenciais e disposições sobre a preparação do relatório da Conferência. A abertura oficial da Conferência está marcada para às 15horas do dia 20 e falarão o Presidente da Conferência, o Presidente da Assembleia Geral, o Secretário Geral das Nações Unidas e o Secretário Geral da Conferência.

As reuniões plenárias acontecerão de manhã e à tarde e as pautas serão ainda definidas e os oradores serão escolhidos por sorteio.

A programação das reuniões estará disponível diariamente no “Journal of the United Nations” detalhando atividades diárias e informações tais como títulos, horários e lugares de reunião, itens da pauta a serem considerados e documentação relevante.⁸⁸

⁸⁷ resolução ONU GA 64/236. Disponível em www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml acessado em 16/02/2012.

⁸⁸ *Informações preliminares aos participantes da Rio+20*. Disponível em inglês no www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/350Information_note_19_Jan.pdf. Acessado em 18/02/2012.

Em paralelo às reuniões, acontecerão “quatro mesas redondas de alto nível” que terão o tema comum: “olhando para frente na implementação dos resultados esperados da conferência”⁸⁹. Essas serão compostas por dois Co-presidentes e um relator que serão indicados pelo presidente da Conferência entre as autoridades participantes⁹⁰. Terá também 70 cadeiras, sendo 50 reservadas para delegações governamentais e 20 para os outros participantes inclusive membros dos *major groups*.

As línguas oficiais da conferência serão as mesmas da Nações Unidas: Árabe, Chinês, Inglês, Francês, Russo e Espanhol. Declarações feitas em qualquer uma das seis línguas oficiais serão interpretadas para as outras línguas oficiais. “Qualquer representante pode fazer declarações numa língua que não seja oficial. Em tais casos, a delegação deverá fornecer uma interpretação ou um texto escrito da declaração em uma das línguas oficiais”⁹¹.

Serão disponibilizadas catorze salas, com capacidade para seis pessoas cada, para a realização de reuniões bilaterais entre Estados-Membros no nível de Chefe de Estado ou Governo ou Ministerial. Para acesso ao local das conferências será

⁸⁹ Idem

⁹⁰ poderão participar da conferência:

- (a) Representantes dos Estados-Membros das Nações Unidas;
- (b) A Santa Fé (Vaticano), na qualidade de Estado Observador; a Palestina, na qualidade de observador; e a União Europeia, na qualidade de observador
- (c) Representantes de organizações intergovernamentais e outras entidades que tenham recebido convite permanente da Assembleia Geral para participar das sessões e nos trabalhos de todas as conferências internacionais convocadas sob seus auspícios na qualidade de observadores de acordo com as regras de procedimento da Conferência.
- (d) Outras organizações intergovernamentais relevantes que foram credenciadas para Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, bem como organizações relevantes das Nações Unidas;
- (e) Representantes de outras organizações aprovadas pela Assembleia Geral para participar da Conferência.
- (f) Organizações não governamentais e outros major groups que estão atualmente em status consultivo com o Conselho Econômico e Social como organizações não governamentais, incluindo aquelas no rol da lista da Comissão de Desenvolvimentos Sustentável;
- (g) Organizações não governamentais e outros major groups aprovados pela Assembleia Geral para participar da conferência. (idem).

⁹¹ *Informações preliminares aos participantes da Rio+20*. Op cit.

necessária apresentação de credencial emitida pelas Nações Unidas. “Chefes de Estado ou Governo, Vice-Presidentes e Príncipes da coroa, assim como seus conjugues estão isentos de verificação”⁹².

Processo Preparatório e Major Groups

Para conduzir o processo preparatório da conferência os Estados-Membros elegeram, um Bureau composto por 10 membros (dois representantes de cada região do planeta) e o Brasil como membro ex-officio. Há dois coordenadores executivos, Sra. Elizabeth Thompson e Sr. Brice Lalonde, que auxiliam o Secretário Geral da Conferência, Sr. Sha Zukang, e os membros do Bureau na condução do processo preparatório, e todos esses contam com o apoio do Sistema ONU que atua por meio do Comitê Executivo de Assuntos Sociais e Econômicos (EC-ESA); o Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDG); e o Grupo de Gestão Ambiental (EMG).

Aliado a esse corpo institucional, participam da preparação da conferência os *Major Groups*. Esses estão divididos em nove grupos: Negócios e Indústria; Crianças e Jovens; Agricultores; Povos Nativos; Autoridade Locais; ONGs; Comunidade Científica e Tecnológica; Mulheres; Trabalhadores e Sindicatos. Estes representam a participação da sociedade civil dentro da Conferência Oficial

O desenvolvimento sustentável requer que os *Major Groups* – mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, negócios e indústrias, a comunidade científica e tecnológica, e agricultores – desempenhem um papel significativo em todos os níveis. É importante permitir que todos os

⁹² Idem.

membros da sociedade civil participem ativamente no desenvolvimento sustentável incorporando seus conhecimentos específicos e *know-how* prático na elaboração de políticas nacionais e locais⁹³.

Como veremos, a representação da sociedade civil dentro da Conferência Oficial resume-se a ONGs, outras organizações, associações internacionais e empresas que fazem parte do quadro institucional da ONU.

O *Major Group* para negócios e indústria conta com a coordenação da Basd2012 (coordenadora oficial das Nações Unidas dos negócios e da indústria). É a coalizão dos principais grupos de empresas internacionais que estão comprometidos com o desenvolvimento sustentável com o objetivo de: a) incentivar as empresas de todos os tamanhos a abraçar os princípios da sustentabilidade consagrados no Pacto Global da ONU, b) reconhecer o progresso feito em direção ao desenvolvimento sustentável nos últimos 20 anos, c) reconhecer a necessidade de acelerar os esforços a fim de alcançar a sustentabilidade d) aumentar a contribuição de conferências para tornar os mercados sustentáveis e inclusivos.⁹⁴

O *Major Group* para crianças e jovens é composto por “jovens a fim de decidir sobre o próprio futuro”⁹⁵. A organização destes jovens é coordenada pela Rio+Twenties, uma organização liderada por jovens, baseada no trabalho voluntário, que “está ajudando a criar uma plataforma para a participação ativa da juventude na Rio+20”⁹⁶. Ben Vanpepestraeta da Bélgica, Brandon Coolseat da Bélgica, Felix

⁹³ *Organização das Nações Unidas: o futuro que queremos*. Apresentado pelos Co-Presidentes em nome do Departamento de acordo com a decisão tomada na Prepcom2 para apresentação do esboço inicial do documento de resultados para análises por parte dos Estados-Membros e outros stakeholders. Disponível em www.onu.org.br. Acessado em 17/02/2012.

⁹⁴ Disponível em www.basd2012.org. Acessado em 20/01/2012.

⁹⁵ Disponível em www.rioplustwenties.org. Acessado em 18/01/2012.

⁹⁶ Idem.

Beck da Alemanha, Michaela Hagenboon da Holanda, Pieter Jan da Bélgica, Sabá Lofns da Irlanda e Sébastien Duyce da França são os organizadores da Rio+Twenties. Esta é responsável pela formulação de um documento contendo as perspectivas de jovens de todas as regiões do planeta que contribuirá nas decisões em torno da Rio+20. Além da Rio+Twenties, a organização do Major Group para crianças e jovens conta com a participação da CSD Youth Caucus, uma rede internacional de jovens que participam regularmente da comissão da ONU sobre desenvolvimento sustentável.

O *major group* para agricultores é coordenado pela *Copa- European Farmers* (comitê das organizações de agricultores profissionais da União Europeia) e pela *Cogeca- European Agri-cooperatives* (comitê geral de cooperativas de agricultores e pescadores da União Europeia). Representam os interesses particulares e gerais dos fazendeiros e das cooperativas de agricultores e pescadores da União Europeia⁹⁷.

O *major group* para povos nativos é coordenado pela *Indigenous Peoples International Center for Policy and Education*. Uma organização que considera os povos indígenas e seus conhecimentos tão importantes quanto a ciência para monitorar e definir indicadores em benefício do desenvolvimento sustentável⁹⁸.

O *major group* para autoridades locais é organizado pela *Local Governments for Sustainability*, uma organização com mais de 1220 autoridades locais associadas, comprometidas com o desenvolvimento sustentável. Essas são essenciais para o processo decisório da conferência já que representam um nível de governo mais próximo do povo.

⁹⁷ Disponível em: www.copa-cogeca.be. Acessado em 15/02/2012

⁹⁸ Disponível em: www.tebtebba.org. Acessado em 15/02/2012.

O *major group* para ONGs conta com o site, rioplus20ngo.ning.com, uma plataforma eletrônica onde as ONGs vinculadas a ONU podem trocar informações sobre eventos relacionados a Rio+20.

O *major group* para comunidade científica e tecnológica é organizado pela International Council for Science (ICSU), uma organização não governamental com uma adesão global de organismos científicos de diferentes nacionalidades (120 membros, representando 140 países), sindicatos científicos internacionais (31 membros), mobilizando conhecimentos e recursos da comunidade científica. Conecta o conhecimento científico à elaboração de políticas e é dividida em três principais áreas de atividade: colaboração internacional de pesquisa/ ciência para a política/ universalidade da ciência.

As Mulheres da Rio 2012 é o órgão de coordenação e tomada de decisão do *Major Group* das mulheres. Baseado na Holanda, Alemanha e França é uma rede internacional de mulheres trabalhando em questões do desenvolvimento sustentável. Reúne 100 organizações membro e membros individuais que se interessam em um ambiente saudável, em fortalecer o papel das mulheres e promover uma abordagem de gênero e direitos fundamentais na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

O *major group* de trabalhadores e sindicatos é organizado pela *International Trade Union Confederation* (ITUC), que é a principal organização sindical internacional e representa “os interesses da classe trabalhadora em todo o mundo”⁹⁹. Uma das preocupações da organização é em relação as mudanças climáticas. É necessário impedir uma trajetória em direção à uma catastrófica mudança climática

⁹⁹ Disponível em: www.ituc-csi.org. Acessado em 16/02/2012.

para assim “garantir, empregos e bem-estar social dos trabalhadores em todos os lugares, e o futuro a longo prazo do planeta”¹⁰⁰.

O Futuro Que Queremos

Em janeiro deste ano foi produzido um documento – *O Futuro Que Queremos* – no Comitê Preparatório 2 para a Rio+20, que deve ser discutido e provavelmente adotado pelas autoridades durante a Conferência em junho. Nele o desenvolvimento sustentável é a meta a ser alcançada, por meio da implementação de uma *economia verde*, e do direcionamento, numa mesma direção, de políticas e instituições regionais, nacionais e internacionais. O documento tem a intenção de fortalecer os acordos e compromissos¹⁰¹ de políticas internacionais, metas regionais, nacionais e internacionais, estabelecidos em reuniões, encontros, assembleias, fóruns e convenções organizados pela Nações Unidas ou organizações vinculadas a esta.

Os temas principais da Conferência, são abordados do seguinte modo no documento preparado pela Prepcom2.

[A. Transição para uma Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza]

¹⁰⁰ idem.

¹⁰¹ a) Carta das Nações Unidas;
b) Declaração da Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
c) Agenda 21;
d) Programa de Implementação Contínua da Agenda 21;
e) Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável;
f) Plano de Implementação da Cúpula Global sobre o Desenvolvimento Sustentável;
g) Programa de Ação de Barbados e a Estratégia Maurício para Implementação;
h) Os Princípios da ECO-92;
i) Consenso de Monterrey da Conferência Internacional sobre Financiamento para Desenvolvimento;
j) Declaração de Doha sobre Financiamento para Desenvolvimento;
k) Declaração Política sobre as necessidades de desenvolvimento da África;
l) Programa de Ação de Istambul para Países Menos Desenvolvidos.

Dentro do contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza a economia verde tem um papel fundamental. Ela é “uma estrutura de tomada de decisões para fomentar a consideração integrada dos três pilares do desenvolvimento sustentável em todos os domínios relevantes de tomadas de decisões pública e privada”¹⁰².

A ONU pretende desenvolver um kit de opções políticas¹⁰³, baseado em experiências bem sucedidas, para que os países que ainda se encontram num estágio inicial de estabelecimento da economia verde possam desenvolvê-la levando em consideração suas peculiaridades. Será apoiada a criação de uma plataforma internacional¹⁰⁴ de compartilhamento de conhecimento, implementada pelo Secretário Geral – em consulta com organizações internacionais e entidades relevantes às Nações Unidas – para facilitar a elaboração e a implementação da economia verde pelos diversos países.

A *economia verde* passará por um processo parecido em todos os países: novos investimentos; formação de novas habilidades; desenvolvimento; transferência e acesso a tecnologias, fomentação de capacidades. Sua implementação no âmbito

¹⁰² *Organização das Nações Unidas: o futuro que queremos*. Op cit.

¹⁰³ a) Investimentos regulatórios, econômicos e fiscais;
b) Investimento em infra-estrutura verde;
c) Incentivos financeiros;
d) Reforma de subsídios;
e) Contratações públicas sustentáveis;
f) Divulgação de informações;
g) Parcerias voluntárias;

¹⁰⁴ Incluindo:

a) um menu de opções políticas;
b) um instrumental de boas práticas na aplicação de políticas de economia verde nos níveis regionais, nacionais e locais;
c) um conjunto de indicadores para medir o progresso;
d) um diretório de tecnologia, financiamento e serviços técnicos que possam auxiliar países em desenvolvimento.

global passará por três estágios até o ano de 2030. O primeiro 2012-2015, será caracterizado pelo estabelecimento de indicadores e medidas para analisar o progresso, assim como o fortalecimento da comunicação e da transferência de tecnologias e compartilhamento de experiências. No segundo, 2015-2030, ocorrerá a implementação e avaliação periódica de seu desenvolvimento. Em 2030 haverá uma avaliação geral do processo.

[B. Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável ou Fortalecimento da Governança.

Com relação a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável ou o fortalecimento da governança, o desenvolvimento acontecerá no seguinte sentido:

- a) integrar os três pilares do desenvolvimento sustentável e implementação da Agenda 21
- b) Respeito aos princípios de universalidade, democracia, transparência, custos acessíveis e responsabilidade
- c) Tomada de decisões integradas em todos os níveis
- d) Reforços a coerência entre agências, fundos e programas do sistema ONU, incluindo instituições financeiras internacionais.
- e) Afirmação da Assembleia Geral com agência de estabelecimento de políticas mais elevadas.
- f) Afirmação do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) como fórum central para deliberações intergovernamentais sobre questões econômicas e sociais.
- g) Reafirmação da Comissão sobre o desenvolvimento sustentável como a comissão de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável no Sistema ONU, ou a

transformação dessa comissão em um Conselho de Desenvolvimento Sustentável que trabalhará baseado nos documentos relacionados ao desenvolvimento sustentável como a Agenda 21 e os Princípios da Eco-92.

- h) Fortalecimento da UNEP, a agência especializada em propostas ambientais, e aumento de sua base financeira.
- i) Reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável precisa ser levado em consideração pelas Instituições Financeiras Internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, os bancos de desenvolvimento regional e a Organização Mundial do Comércio.

Os países devem criar conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável que assegurem a institucionalização das questões com a plena participação dos *stakeholders*¹⁰⁵. É preciso reconhecer a importância de políticas de desenvolvimento urbano sustentável, portanto, os Chefes de Estado e governos que comparecerão à Rio+20, devem se comprometer a dar suporte às cooperações internacionais entre entidades locais.

[C. Ações Prioritárias]

Para que o desenvolvimento sustentável seja implementado por meio da economia verde, é preciso dar atenção especial a algumas *áreas prioritárias*. É o caso da segurança alimentar, água, energia, cidades, trabalhos verdes - inclusão social, oceanos e mares, desastres naturais, mudanças climáticas, florestas e biodiversidade, degradação do solo e desertificação, montanhas, produtos químicos e dejetos, consumo e produção sustentável, educação e igualdade dos sexos.

¹⁰⁵ Esse termo aparece diversas vezes no documento, sempre associado a tomadas de decisões. Segundo o dicionário Oxford, publicado pela Oxford University Press, 2000, *stakeholder* é uma pessoa ou empresa associado, pelo dinheiro, à uma organização, projeto ou sistema específico.

Segurança alimentar:

É preciso reafirmar o direito á alimentação, convocando os governos nacionais a ampliarem o investimento na produção local de alimentos, por meio de sistemas de produção mais transparentes assim como a aplicação de tecnologias apropriadas para a agricultura sustentável.

Água:

Reconhecer a importância dos recurso hídricos para o desenvolvimento sustentável, para a erradicação da pobreza e da fome, para a saúde pública, segurança alimentar, energia hidrelétrica e desenvolvimento rural. É preciso reafirmar os acordos do Plano de Implementação de Joanesburgo o compromisso com a Década Internacional 2005-2015 para Ação Água para Vida.

Energia:

Incentivar as energias renováveis com a intenção de dobrar a participação delas na *matriz energética global* até 2030. Assim como reduzir a emissão de carbono.

Cidades:

Eficiência no transporte público e na comunicação, melhorar qualidade do ar e da água.

Trabalhos Verdes – inclusão social:

Uso da biodiversidade com propósitos econômicos, além da criação de um mercado de energia renovável para geração de empregos; geração de empregos e riquezas para a inclusão social; criação de trabalhos verdes para a implementação da economia verde; oferecer proteção social para todos os cidadãos.

Oceanos e mares:

Confirmação da importância dos oceanos e mares, e a necessidade de um gerenciamento sustentável e do compartilhamento igualitário dos recursos marinhos; reafirmar a importância dos corais, baseando a cooperação a partir da Iniciativa do Triângulo de Coral e na Iniciativa Internacional de Recifes de Coral, além de endossar o Processo Regular para o Levantamento Global de Espécies Marinhas; iniciar a implementação de um acordo para conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além das jurisdições nacionais¹⁰⁶; renovar o compromisso com o Plano de Ação Global para combater a poluição marinha; Preservar e restaurar os cardumes de peixes até níveis sustentáveis.

Mudanças Climáticas:

Considerar como um dos maiores desafios de nossa época e *aguardar ansiosamente* a implementação dos acordos firmados na COP17 de 2011.

Florestas e Biodiversidade:

Gerenciar de forma sustentável as florestas e implementar o Instrumento Não Vinculante sobre Todos os Tipos de Florestas (NLBI); Afirmar o Protocolo de Nagoy; Implementar o uso sustentável e igualitário da diversidade biológica e dos ecossistemas.

Degradação do solo e desertificação:

Reconhecer a importância econômica e social do solo; apoiar a implementação da Convenção para Combater a Desertificação da ONU (UNCCD).

Dejetos e produtos químicos:

Ampliar os esforços que beneficiam um regime internacional mais coerente e eficiente para o ciclo de vida dos produtos químicos; reconhecer a Convenção de

¹⁰⁶ Ou seja, uma ampliação da exploração da biodiversidade marinha.

Basel, a Convenção de Roterdã e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos.

Educação:

Uma educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusão social; as universidades devem dar o exemplo transformando seus campus em ambientes sustentáveis.

Igualdade dos sexos:

Apoiar o trabalho da ONU Mulheres para obter igualdade dos sexos, dando poder às mulheres em todos os aspectos da vida, trazendo uma maior atenção às ligações entre igualdade dos sexos e a promoção do desenvolvimento sustentável¹⁰⁷.

[D. Meios de implementação]

Para que a implementação de todos esses indicadores sejam mensuradas é preciso criar uma outra medida, além do PIB, que contemple a dimensão econômica, social e ambiental. Junto com a criação de um conjunto de Metas Globais de Desenvolvimento que de conta das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Assim como será preciso que os países ricos cumpram seus compromissos de assistência oficial, destinando 0.7% de seus PIBs para o desenvolvimento de países em desenvolvimento até 2015, e 0,15% a 0,20% do PIB para países ainda menos desenvolvidos seguindo as a linha do Programa de Ação de Istambul pelos Países Menos Desenvolvidos. É importante também que os membros da OMC se esforcem para implementar um sistema de comércio universal, regulamentado, voltado para o desenvolvimento das negociações da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

¹⁰⁷ Até a igualdade de sexo é sustentável!

Anexo 5

Major Group para Autoridades Locais

Relatório do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Julho de 2012.

Introdução

O presente relatório faz parte das atividades vinculadas à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho do ano de 2012. O foco desse relatório é a participação do *Major Group para Autoridades Locais*. Para isso, focalizamos na instituição indicada pela ONU para organizar a participação das autoridades locais na Conferência, a *ICLEI-Local Governments for Sustainability*, os eventos organizados por ela dentro do âmbito da Rio+20, como o *Global Town Hall*, assim como os eventos realizados pelo segmento brasileiro do *Major Group para Autoridades Locais*, os *Diálogos Federativos*, com ênfase nos participantes nacionais do *Diálogos Federativos: por uma agenda nacional de desenvolvimento sustentável pós Rio+20*.

Desenvolvimento

O *major group* para autoridades locais é organizado pela *Local Governments for Sustainability*, uma organização com mais de 1220 autoridades locais associadas, comprometidas com o desenvolvimento sustentável, que é essencial para o processo decisório da conferência, já que representa um nível de governo mais próximo ao povo. A *ICLEI-Local Governments for Sustainability* trabalha com o conceito de sustentabilidade aplicada no meio urbano. Foi criada em 1990, em Nova York, como o nome: *International Council for Local Environmental Initiatives*, depois, em 2003, a missão do conselho foi revista e acrescentou-se o *Local Governments for Sustainability* ampliando o escopo e abordando as questões da sustentabilidade. A *ICLEI* possui uma plataforma de rede para as cidades e governos locais membros, proporcionam parcerias e alianças com pensadores e acadêmicos, unindo forças com setores empresariais, trabalhando em conjunto em projetos pilotos, organizando congressos e eventos para unir lideranças locais em seus trabalhos comuns¹⁰⁸.

Em encontro realizado em Belo Horizonte, dias antes da *Rio+20*, na primeira reunião do grupo em terras sulamericanas, várias autoridades vieram para discutir a *sustentabilidade*. O evento contou com a participação de Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, com o Governador Antonio Anastasia e a Secretária Regional do *ICLEI*, Florence Laloe, entre outros. Segundo Laloe, “não há como atingir a economia verde sem trabalhar com os níveis de governança mais próximos do cidadão”¹⁰⁹.

Laloe se graduou em direito pela Pontifícia Universidade de São Paulo, e possui mestrado em Assuntos Internacionais, Estudos de Desenvolvimento com foco em Desenvolvimento Sustentável e Mudanças Climáticas pelo *Institut d' Etudes*

¹⁰⁸ www.iclei.org acessado em 27/07/2012.

¹⁰⁹ Entrevista concedida à Globo Minas durante o evento. Disponível em: www.globotv/rede-globo/bom-dia-minas acessado em 30/07/2012.

Politiques de Paris. Trabalhou por mais de cinco anos no setor privado como advogada e, desde 2005, dedica-se à gestão de projetos e à temática da sustentabilidade. Trabalhou no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD) no Estado do Amazonas foi também gerente de projetos do *ICLEI*, com foco nos projetos associados com a Campanha Cidades pela Proteção do Clima (CCP)¹¹⁰

A *ICLEI* possui 14 escritórios situados nos seguintes países: Alemanha (escritório principal), África do Sul, Canadá, EUA, Japão, República da Coreia, Brasil, México, Austrália, Índia e Filipinas. Ao analisarmos os membros, destacam-se a grande quantidade de australianos, coreanos, mexicanos, indianos, canadenses e filipinos. O Brasil, apesar de possuir grande número de membros, tem poucos representantes comparando com outros países de tamanho semelhante. Os EUA são, em disparado, o país com mais membros, quase o dobro dos outros.

Seu primeiro secretário-geral foi Jeb Brugmann, um líder e pensador de estratégias sobre processos de inovação. Seu trabalho procura desenvolver a relação entre as comunidades locais e os benefícios da globalização¹¹¹. Atualmente, Brugmann é sócio da empresa The Next Practice, que, fundada em 2004, tornou-se líder de serviços de consultoria, ajudando empresas a desenvolverem negócios rentáveis e escaláveis que servem à base da pirâmide dos mercados de consumo¹¹².

Atualmente a *ICLEI* é presidida por David Cadman, um vereador de Vancouver, no Canadá, eleito pelo partido municipal COPE (coalizão de eleitores progressistas). Formado em 1968, o partido foi uma tentativa de grupos de esquerda de competir com o partido de centro-direito, o NPA (associação não-partidária), que

¹¹⁰ Currículo Lattes. Disponível em: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4200978H3

¹¹¹ www.jebbrugmann.com acessado em 29/07/2012.

¹¹² www.thenextpractice.com acessado em 29/07/2012.

dominava a política de Vancouver. O COPE é geralmente dirigido por social-democratas e tem em sua história algumas alianças e rupturas com o Partido Verde de Vancouver. Cadman também participou da criação e aplicação de programas de desenvolvimento e alfabetização na Tanzânia e no Quênia.

No Brasil, durante o período da *Rio+20*, Cadman participou do evento *Humanidade 2012*, realizado no Forte de Copacabana. O evento teve iniciativa da FIESP, Sistema FIRJAN, Fundação Roberto Marinho, SESI-RIO, SESI-SP, SENAI-RIO, SENAI-SP, foi patrocinado pela Prefeitura do Rio, CAIXA, e pelo SEBRAE. As instalações eram inovadoras, foram idealizadas a partir da idéia de que ser sustentável é ser simples e quem assinou o projeto de arquitetura foi a cenógrafa Bia Lessa.

O evento, que contou com shows de Maria Bethania, Caetano Velloso e Jorge Mautner, diz-se democrático e com as portas abertas onde “toda a sociedade está convidada a refletir e aprofundar a compreensão acerca de um modelo possível de desenvolvimento que considere os impactos passados, presentes e futuros para garantir melhores condições de vida em todo o planeta com crescimento econômico, inclusão social e respeito ao meio ambiente”¹¹³. Durante a plenária de encerramento, que aconteceu no dia 19 de junho, Cadmann afirmou que os governos ao redor do mundo precisam olhar para todas as alternativas disponíveis para tornar as cidades globais livres de carbono, “chegou a hora de realmente transformar o planeta, as cidades estão precisando disso”¹¹⁴. Apesar de democrático, alguns dos eventos programados foram fechados a convidados. Entre eles o Encontro Economia Criativa, que foi dividido em três partes: *Painel 1 – Cidades Criativas*, que contou com a participação de Washington Fajardo – Subsecretário de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design; Nelson Drucker - Backstage

¹¹³ Disponível em www.humanidade2012.net acessado em 30/07/2012.

¹¹⁴ Idem.

Empreendimentos, Festival Vale do Café; Amaury Barbosa – Secretário Municipal de Cultura de Paraty; *Painel 2 – Movimentos Criativos*, com a participação de Paulo Borges – Luminosidade; Marcos Magalhaes – Anima Mundi; Brenda Valansi Osório – Art Rio; Junior Perim – Festival Internacional de Circo; *Painel 3 – Projetos Criativos Sustentáveis*, Jair de Souza – Jair de Souza Design; Angela Carvalho - Design Consciente; Alexandra Lichtenberg – Ecohouse.

Outro evento fechado foi o *A Voz do Professor*. O evento procurou instrumentalizar docentes para a inclusão do termo sustentabilidade nas práticas pedagógicas, reorganizando os conceitos relativos à sustentabilidade dentro de uma perspectiva educacional. Participaram do evento: Walter Gonsalves – Superintendente Operacional do SESI; Paulo Skaf – Presidente da FIESP; Silvio Meira – Engenheiro de Software; Tião Santos – Presidente da Associação de Catadores de Material Reciclável do Jardim Gramacho; Marcelo Janeci – cantor e compositor; Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira e a Mestre de Cerimônias Lucélia Santos.

No âmbito internacional, o principal evento realizado pela ICLEI na *Rio+20* foi o *Global Town Hall*. Esse foi apoiado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA), foi realizado no espaço principal da Conferência e pretendia ser um ponto de encontro onde lideranças locais, nacionais e globais pudessem trocar informações.

Cidades e outras áreas municipais não devem estar na Conferência meramente para observar e dar conselhos. Em vez disso, seus conhecimentos e capacidades de agir devem ser aproveitados e seu papel como atores deve ser reconhecido¹¹⁵.

¹¹⁵ Disponível em www.worldcongress2012.iclei.org. Acessado em 06/08/2012.

No primeiro dia do encontro, 18 de Junho, foi nomeado de Dia do Desenvolvimento Urbano e Sustentável. A cidade de Changsha, na China, junto com a União de Empresários da China e do PNUMA

deu demonstrações concretas de como as cidades chinesas podem aumentar a resiliência, alcançar crescimento com baixo carbono, construir infraestrutura inteligente e promover uma economia verde urbana, operando, assim, o desenvolvimento sustentável, especialmente em um contexto de rápida urbanização¹¹⁶.

A cidade de Oslo, representando as oito capitais nórdicas, sublinhou o papel fundamental do câmbio. Já a cidade de Chicago (EUA) e o ICLEI Office Dpto, apresentou o modelo de Escritório Verde para parcerias público-privadas voltadas à sustentabilidade.

O dia 20 de Junho foi intitulado Dia da Ação Global. O Governo Metropolitano de Tóquio apresentou seu programa local *cap-and-trades*, que está sendo reproduzido pelo Estado do Rio de Janeiro e por cidades chinesas. A Aliança ISEAL e a Forest Stewardship Council (FSC), juntamente com a cidade de Barcelona (Espanha) e Buenos Aires (Argentina) mostraram seus padrões eficientes de sustentabilidade. A cidade de Auckland (Nova Zelândia) mostrou seus objetivos audaciosos de transformar-se na cidade mais animada do mundo até 2040. A Rede de Entidades Locais, através das cidades de Navarra (Espanha) e Medellín (Colômbia), descreveram suas ações para implementar uma economia verde urbana. Para finalizar, o Projeto UPP (Unidades de Policia Pacificadora), apresentado pelo Instituto Pereira Passos, demonstrou o “sucesso do envolvimento de comunidades marginalizadas em

¹¹⁶ Disponível em: <http://local2012.iclei.org/rio-20-global-town-hall/>. Acessado em 30/07/2012.

projetos de desenvolvimento sustentável, através da cooperação entre setores privados, instituições públicas, governo e sociedade civil”¹¹⁷.

O dia 21 de Junho, Dia das Lideranças das Cidades, foi apresentado pelo Secretário Geral da ONU, Ban-Ki-Moon e por Márcio Araújo de Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte, entre outros. Estes trouxeram a necessidade de uma forte liderança local para garantir um futuro sustentável.

O Global Town Hall terminou no dia 22 de junho, com o Dia das Cidades, que contou com a projeção de um documentário que proporcionava a discussão sobre as características de uma cidade sustentável ideal, além de uma discussão de técnicos e especialistas de vários setores que tiravam de suas experiências aspectos práticos do desenvolvimento sustentável urbano¹¹⁸.

Nos meses de abril, maio e junho, os Diálogos Federativos: “por uma agenda nacional de desenvolvimento sustentável pós *Rio+20*”, em âmbito nacional, foram promovidos pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, Desenvolvimento Social e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Esses Diálogos “serviram de preparo ao segmento brasileiro *Major Group* autoridades locais, para a *Rio+20*”¹¹⁹.

Os debates botaram em pauta o papel dos entes federativos nas transformações operadas pelo conceito de economia verde e inclusiva. É preciso pensar uma Agenda Nacional de Desenvolvimento Sustentável pós *Rio+20*, “que considere o papel de cada um dos níveis de governo no enfrentamento dos desafios necessários às

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Disponível em www.portalfederativo.gov.br. Acessado em 19/07/2012.

mudanças no padrão de produção e consumo, distribuição de renda e riqueza, que considere os limites da natureza e a equidade entre pessoas e regiões”¹²⁰.

Com esses objetivos, foram realizados, no âmbito da *Rio+20* os eventos *Diálogos Federativos: por uma agenda nacional de desenvolvimento sustentável pós Rio+20*, e *Diálogos Federativos Rio+20, Global Compact e Redes Interacionais*. Onde se pretendia “apresentar as perspectivas nacionais e internacionais sobre as temáticas relativas à Conferência e os compromissos firmados com o objetivo de avançar neste diálogo, como principal legado da Rio+20”¹²¹.

O *Diálogos Federativos Rio+20, Global Compact e Rede Internacionais*, aconteceu no dia 22 de Junho de 2012, no Auditório Principal do Pavilhão do Rio de Janeiro no Parque dos Atletas das 11h30 às 18h. Participaram da abertura o Governador Sérgio Cabral, a Ministra Ideli Salvatti, o Prefeito Eduardo Paes e representantes da Global Compact. Essa última que dá nome ao encontro é uma iniciativa política e estratégica para empresas que estão comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, de trabalho, ambiente e anticorrupção. “Com mais de 8.700 participantes de empresas e outros interessados em mais de 130 países, é a maior iniciativa de responsabilidade corporativa do mundo”¹²². São estes os princípios:

Direitos Humanos

Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente.

Princípio 2: certificar-se de que eles não são cúmplices de abusos dos direitos humanos.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

¹²² Disponível em www.unglobalcompact.org. Acessado em 30/07/2012.

Trabalho

Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;

Princípio 4: a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;

Princípio 5: a abolição efetiva do trabalho infantil;

Princípio 6: a eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão.

Ambiente

Princípio 7: as empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;

Princípio 8 : desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;

Princípio 9 : incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

Anticorrupção

Princípio 10 : As empresas devem trabalhar contra a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.¹²³

Além da adesão a esses princípios o Global Compact tem como objetivo catalisar as ações de apoio a objetivos da ONU, incluindo as Metas do Milênio. “Em resumo, o Global Compact existe para ajudar o setor privado na gestão de riscos cada vez mais complexos e oportunidades nas esferas ambiental, social e de governança, buscando incorporar os mercados e as sociedades com os princípios e valores universais para o benefício de todos”¹²⁴.

Participaram dos debates em torno do *Global Compact e Redes Internacionais* representantes da *ICLEI – governos locais pela sustentabilidade*; *Nrg 4SD – Rede de*

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

governos locais para o desenvolvimento sustentável; C40 – Cidades do Grupo de Liderança Climática; ORU/FOGAR- Organização Regiões Unidas; CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos; Climate Group; R20- Regiões de Ação Climática; Mercociudades/FCCR – Rede de Cidades do MERCOSUL, Secretaria Executiva do Comitê de Municípios do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL; Fórum Governadores da Amazônia; Frente Nacional de Prefeitos; Confederação Nacional dos Municípios; Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente; Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente; e as comunidades pacificadas da Rocinha, Vidigal, Cidade de Deus, Complexo do Alemão Babilônia, Cantagalo, Pavão/Pavãozinho¹²⁵.

No dia 21 de junho, foi realizado, também no Parque dos Atletas, o *Diálogos Federativos: por uma agenda nacional de desenvolvimento sustentável pós Rio+20*.

Participaram os representantes dos seguintes órgãos federais:

Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Segundo a Ministra Ideli Salvati:

a Rio+20 foi o maior evento realizado pela ONU. O destaque maior é pela mobilização que aconteceu, paralelamente à Conferência dos chefes de estado e de governo, na Cúpula dos Povos, na Cúpula dos Legisladores e nos diálogos federativos, onde foram realizadas reuniões com governadores, prefeitos e entidades municipalistas. É uma sinergia, tenho certeza que o documento da ONU não chega a representar a totalidade da participação das delegações dos países.

¹²⁵ Não foi possível detalhar cada um dos participantes.

O movimento de mobilização e a conscientização que a conferência representa no [sentido do] desenvolvimento sustentável, econômico e social é o grande legado da Rio+20¹²⁶.

No âmbito do *Diálogos Federativos* a Ministra afirmou:

É preciso fortalecer, de acordo com as características de cada estado e município, ações voltadas ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo, à economia solidária e ao extrativismo sustentável¹²⁷.

Nossa intenção, e é para isso que estamos aqui, é incentivar projetos locais capazes de estimular a formação e o acesso de tecnologias sociais [palavra ilegível], considerando diferentes culturas, valorizando o conhecimento nas comunidades tradicionais e fórmulas alternativas de produção e comercialização¹²⁸.

Secretária Geral da Presidência da República

O Ministro Gilberto Carvalho é formado em filosofia, foi chefe de gabinete de Lula, além de coordenador do Movimento Fé e Política entre 2001-2003. Ele destacou a importância da sociedade civil na *Rio+20*:

Nossa ambição era que a Rio+20 pudesse inovar, do ponto de vista de uma efetiva participação social, seja na quantidade, seja na qualidade dessa participação em relação às conferências anteriores, já que entendemos que o conceito ampliado de democracia, que vai além meramente do conceito de democracia representativa, mas sim uma democracia participativa, é, ao nosso ver, uma condição essencial para que a gente possa alcançar resultados efetivos nessa discussão do desenvolvimento sustentável¹²⁹.

¹²⁶ Disponível em www.relacoesinstitucionais.gov.br

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ www.secretariageral.gov.br Acessado em 20/07/2012.

E a importância da participação social na formulação de políticas de Estado.

A experiência brasileira tem nos ensinado a eficácia da participação. Ela é sempre uma participação difícil, tensa. É uma relação que exige do governo maturidade, compreensão, enfrentamento de derrota muitas vezes. Mas tem-se revelado, a nosso juízo, extremamente fecunda na condução de nosso país. Haja vista que as melhores políticas que implementamos, ao longo dos últimos nove anos, não estavam inscritas nos programas de governo de 2002, nem de 2006, nem de 2010. Foram frutos dessa síntese, desse diálogo, tenso, mas fundamental¹³⁰.

Ministério do Meio Ambiente

O Ministério, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizou um levantamento das iniciativas sobre economia verde inclusiva nas unidades federativas brasileiras. O documento intitulado *Iniciativas de Economia Verde no Brasil: experiências das unidades federativas em promover uma economia verde inclusiva* foi lançado durante o evento *Diálogos Federativos* e distribuído eletronicamente entre os participantes. Segundo o documento:

um processo eficaz de implementação de iniciativas de economia verde no Brasil dentro do contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, requer que ele seja participativo, prático e reflexivo. É um processo adaptativo que exige a criação de mecanismos, políticas, estruturas legais e institucionais para coordenar e integrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Neste contexto, alguns dos caminhos e medidas a serem tomados seriam o desenvolvimento de uma estratégia: a criação de mecanismos legais e de execução apropriados; e a mobilização, envolvimento e fortalecimento institucional para um engajamento nacional em um processo contínuo¹³¹.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ BID e Ministério do Meio Ambiente. *Iniciativas de Economia Verde no Brasil: experiências das unidades federativas em promover uma economia verde inclusiva*. Brasília: 2012. Apoio ao governo brasileiro na preparação para a Rio+20.

Ministério das Cidades

O Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, foi presidente do Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural do Estado da Paraíba entre 1998 e 2002. Nesse período foi homenageado pela Câmara do Abacaxi de João Pessoa pelos *relevantes serviços prestados à abacaxicultura*. Foi também Presidente do Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (COPAM) da Paraíba, entre 2008-2009, além de exercer diversos cargos pelo Partido Progressista.

Entre seus compromissos na Conferência da *Rio+20*, reuniu-se com o Secretário Executivo da ONU Habitat, Joan Carlos, e com o Ministro do Meio Ambiente e Planejamento Urbano da Turquia, Erdogan Bayraktar, para trocar experiências na área de habitação.

Trocamos experiências com o Ministro da Turquia sobre os programas que existem naquele país e que nós temos aqui, como o programa *Minha Casa, Minha Vida* e o *PAC Urbanização de Favelas*. Vamos fazer a ligação entre empresários do Brasil com empresários da Turquia na área, e as áreas do Governo do Brasil. Há um especial interesse do Governo Turco em conhecer o *Minha Casa Minha Vida*¹³².

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A Ministra Miriam Belchior foi subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, foi responsável por articular a ação do governo e monitorar os projetos estratégicos, ocupando a Secretaria Executiva do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e, desde Abril de 2010, tornou-se

¹³² www.cidades.gov.br acessado em 21/07/2012.

coordenadora geral do PAC até ser nomeada, em 1º de Janeiro de 2011, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em evento da *Rio+20*, Belchior afirmou que “o PAC contribui de maneira decisiva para consolidar no Brasil uma nova maneira de realizar grandes empreendimentos capazes de promover uma grande transformação estrutural no país¹³³”. Em um encontro paralelo à Conferência Oficial, o Diretor do Departamento de Energia Elétrica da Secretária do PAC, Celso Knijnik, destacou a importância da capacidade de geração de energia para que o país continue crescendo. “Um dos motores dessa proposta é a expansão da geração de energia elétrica, uma vez que não há crescimento sem energia. Para atender ao crescimento que almejamos, precisamos aumentar em quase 7.000MW por ano a nossa capacidade instalada”¹³⁴.

Ministério do Desenvolvimento Social

A Ministra Tereza Campello, em evento sobre *trabalho decente e piso de proteção social para o desenvolvimento sustentável*, afirmou que ‘o Brasil está promovendo uma nova iniciativa de piso social com o Bolsa Verde’¹³⁵. O programa condiciona o pagamento de benefício à atividades sustentáveis desenvolvidas por moradores, extremamente pobres, de reservas e assentamentos. “A ideia de adicionar uma condicionante ambiental foi para que os beneficiados nos ajudem a proteger o

¹³³ . Disponível em: www.planejamento.gov.br. Acessado em 12/04/2012.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ www.mds.gov.br acessado em 19/07/2012.

meio ambiente. O componente ambiental é possível porque acreditamos que um novo mundo seja possível”¹³⁶.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

A esse compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, e apreciar propostas de políticas de estado, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade¹³⁷.

Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (CONSEPLAN)

Com sede administrativa na Bahia, “tem como objetivo formular, propor e implementar políticas públicas de interesse comum dos estados, além de monitorar e avaliar os processos orçamentários e a dívida pública dos estados e do Distrito Federal”¹³⁸.

Associação Brasileira de Municípios

Criada em 1946, no Rio de Janeiro, por senadores, deputados e principalmente prefeitos e vereadores, no momento em que se debatia na Assembleia Nacional

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ www.cdes.gov.br acessado em 21/07/2012.

¹³⁸ www.seplande.al.gov.br Acessado em 21/07/2012. Não achamos um site próprio do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento.

Constituinte o problema da discriminação de rendas. Tem como membros os municípios e associações estaduais de municípios constituídos em pessoas jurídicas e reconhecidas pela ABM.

É presidida por Eduardo Tadeu Pereira, Prefeito de Várzea Paulista, que é conhecido como Professor Eduardo do PT. Pereira é Bacharel em história pela PUC-SP, e Mestre em Educação pela UNICAMP com a dissertação: *Educação e Formação Política: um estudo histórico-analítico e institucional da Fundação Nativo da Natividade*. É Doutor em Educação pela mesma instituição com a tese: *O OP (Orçamento Participativo) como processo de educação política: um estudo da histórica experiência de Várzea Paulista*, ambas orientadas por César Aparecido Nunes. Em 2011, o Professor Eduardo ganhou a Medalha Cinquentenário das Forças de Paz do Brasil, Associação Brasileira das Forças Internacionais de PAZ da ONU.

Durante as atividades da Conferência da Rio+20, a ABM e o Instituto Ethos firmaram um termo de parceria para desenvolver de forma conjunta ações do Programa Cidades Sustentáveis. Segundo Eduardo “Os municípios podem e devem participar de um esforço global pela sustentabilidade (...) o objetivo deve ser o bem estar da população”¹³⁹.

Conselho das Cidades (CONCIDADES)

Foi criado em 2004. É um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação do PNUD, bem como acompanhar a sua execução.

¹³⁹ www.abm.org.br Acessado em 19/07/2012.

O CONCIDADES é uma verdadeira instância de negociação em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisões sobre as políticas executadas pelo ministério das cidades, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial¹⁴⁰.

Participam do conselho, além dos representantes do governo, representantes das ONGs: Cearah Periferia (CE), Cáritas Brasileira (AM), FASE (RJ), Instituto Pólis (SP), CENDEHEC (PE), Habitat para a Humanidade (PE), Associação de Pessoas com Deficiência de Limeira no Norte (CE) e Fundação Bento Rubião. Participam também os representantes dos seguintes segmentos de empresários: Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Confederação Nacional do Comércio, Associação Brasileira de Cimento Portland, Confederação Nacional da Indústria da Construção, Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Confederação Nacional do Transporte, Organização das Cooperativas Brasileiras. Participam também do Conselho os representantes da Confederação Nacional de Associações de Moradores, União Nacional por Moradia Popular, Movimento Nacional de Luta por Moradia, Central de Movimentos Populares¹⁴¹.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Colegiado que desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários da água, sendo assim, um dos grandes responsáveis pela implementação da gestão de recursos hídricos no país.

¹⁴⁰ www.cidades.gov.br Acessado em 20/07/2012.

¹⁴¹ Idem.

Presidido pela Ministra do Meio Ambiente, é composta por representantes de Ministérios e Secretarias especiais da Presidência da República, conselhos estaduais de recursos hídricos e representantes de organizações civis de recursos hídricos.

Conselho Nacional de Assistência Social

É presidida por Luziele Tapajós, Mestre pela PUC-SP, na área de Serviço Social, com a dissertação: *A Franca Delinquência na Zona de Manaus: menores infratores na Cidade de Manaus*. Doutora pela mesma instituição e na mesma área com a tese: *Informação e Políticas Sociais: uma nova arena de realização dos direitos sociais*, ambas sob a orientação da Professora Dra. Maria Carmelita Yazbek.

Composto por dezoito membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão de administração pública federal responsável pela coordenação da política nacional de assistência social: nove representantes governamentais, incluindo um representante dos estados e um dos municípios. É um órgão superior de deliberação colegiada vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Entre os representantes da sociedade civil de organizações de assistência social estão: os Cáritas Brasileira, Lar Fabiano de Cristo, Associação Antônio Vieira, Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), Fundação Orsa e Kolping do Brasil. E os representantes de usuários e organizações de usuários de assistência social: Organização de Cegos do Brasil (ONCB), União Brasileira de Mulheres (UBM), Fórum Nacional da População de Rua, União de Negros pela Igualdade,

Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), Pastoral da Pessoa Idosa¹⁴².

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

É um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na preposição de diretrizes para as ações na área de alimentação e nutrição. Inaugurado no dia 30 de Janeiro de 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação¹⁴³.

É formado por 38 representantes da sociedade civil organizada e 19 ministros de Estado e representantes do Governo Federal. Presidido por Renato Sérgio Maluf, que, atualmente, é professor associado do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em Ciências Econômicas pela UNICAMP com a tese: *Um “Mal Necessário”? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista*.

Durante evento da *Rio+20*, realizado na Arena Socioambiental, afirmou sobre o uso de agrotóxicos:

Há um enorme desafio no que se refere ao campo da agricultura familiar, que é o campo que a gente mais trabalha, e que é também usuário de agrotóxico por razões que podemos discutir. Agora, do outro lado, que é a agricultura em grande escala, aí o que faz falta é a mão pesada do Estado [é interrompido pelas palmas do público]. Eu tenho a esperança, que a sociedade brasileira, pelo lado do impacto na saúde que o uso de agrotóxicos causa, vai chegar a fazer a crítica da agricultura em grande

¹⁴² www.mds.gov.br Acessado em 21/07/2012.

¹⁴³ www.mds.gov.br/consea Acessado em 21/07/2012.

escala. Essa é minha esperança. A sociedade já está percebendo que está comendo veneno, quando se tem essa noção, se faz a crítica ao modelo de agricultura. É uma maneira de fazer a junção entre agricultores e sociedade em termos de soberania e direitos humanos.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Muito Além da Economia Verde*. Planeta Sustentável – Editora Abril, São Paulo: 2012.

ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro: 1988.

SANTOS, Adriana Vitória. *A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2008.

AUGUSTO, Acácio. Das canções que animam rebeldes in *Verve: Revista Semestral do NU-SOL* – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº20. São Paulo: 2011

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, Argos, 2010.

BEY, Hakim. *TAZ: zona autônoma temporária*. Tradução de Renato Rezende. São Paulo, Conrad Livros: 2004

BEYUS, Joseph. “Conclamação à Alternativa”. In: catálogo da exposição *Joseph Beyus A revolução Somos Nós*. Associação Cultural Videobrasil, Serviço Social do Comércio Administração Regional no Estado de São Paulo, direção e curadoria geral de Solange Oliveira Farkas, curador convidado Antonio d’ Avossa. Edições SESC-SP, São Paulo, 2010.

CAMARGO, Aspásia/ CAPOBIANCO, João Paulo/ PUPPIM DE OLIVIEIRA, José Antonio (orgs.). *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. Estação Liberdade, São Paulo:2004

COSTA, Felipe C. O. As Empresas e a Sustentabilidade, in *Revista Ecológica nº 1*, revista quadrimestral do projeto temático FAPESP. Ecológica, Governamentalidade Planetária, Novas Institucionalizações e Resistências na Sociedade de Controle.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Editora Autêntica, Belo Horizonte: 2009

COSTA, Leda (org). *Questão Ambiental na América Latina* Editora Unicamp, Campinas: 2011

D'AVOSSA, Antonio. Joseph Beuys: a revolução somos nós, In: catálogo da exposição *Joseph Beuys A revolução Somos Nós*. Associação Cultural Videobrasil, Serviço Social do Comércio Administração Regional no Estado de São Paulo, direção e curadoria geral de Solange Oliveira Farkas, curador convidado Antonio d' Avossa. Edições SESC-SP, São Paulo, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pelbart. São Paulo, Editora 34, 2010.

FERRY, Luc. *A Nova Ordem Ecológica*. Tradução de Rejane Janowitz. Editora Difel, Rio de Janeiro, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2010.

FOUCAULT, Michel. "Omnes et Singulatim: uma Crítica da Razão Política". In: *Ditos & Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Tradução de Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo: 2008b.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo: 2008 a.

GABEIRA, Fernando. *Vida Alternativa: uma revolução do dia a dia*. Porto Alegre, LP&M, 1985.

GABEIRA, Fernando. *Onde Está Tudo Aquilo Agora? Minha Vida na Política*. São Paulo, Cia das Letras, 2012.

SANTOS, Adriana Vitória. *A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2008.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt*. Tradução de Lilyane Deroche-Gurcel. Tradução do francês de Vera de Azambuja. Harvey. Rio de Janeiro, Difel: 2002.

MATOS, Olgária. *A Escola de Frankfurt, a Melancolia e a Revolução*. São Paulo, Editora Brasiliense: 1996.

MARCUSE, Hebert. *A grande recusa hoje*. Tradução de Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. Editora Vozes, Petrópolis, 1999A.

MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba. Editora UNESP, São Paulo: 1999B

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, Martins Fontes: 2005.

RAPPMANN, Rainer. Universidade Livre Internacional, in: catálogo da exposição *Joseph Beyus A revolução Somos Nós*. Associação Cultural Videobrasil, Serviço Social do Comércio Administração Regional no Estado de São Paulo, direção e curadoria geral de Solange Oliveira Farkas, curador convidado Antonio d' Avossa. Edições SESC-SP, São Paulo, 2010.

PASSETTI, Edson. Foucault e a Transformação, in Lúcia Bogus, Simone Wolff, Vera Chaia (orgs) *Pensamento e Teoria nas Ciências Sociais – Referências clássicas e contemporâneas*. São Paulo, EDUC, 2011

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. *Cidadania Ambiental, Novos Direitos no Brasil*. São Paulo, Editora Annablume, 2000.

STIRNER, Max. “Algumas observações provisórias a respeito do estado fundado no amor”. Tradução de J. Bragança de Miranda. In *Verve* nº1. São Paulo, Núcleo de Sociabilidade Libertária, 2002.

ULLOA, Astrid. “ In *Revista Ecológica nº I*, revista quadrimestral do projeto temático FAPESP. Ecológica, Governamentalidade Planetária, Novas Institucionalizações e Resistências na Sociedade de Controle

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010

VILARTA, Roberto. GUTIERREZ, Gustavo Luiz. MONTEIRO, Maria Inês (orgs). *Qualidade de Vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI*. IPÊS Editorial, Campinas, 2010.

Sites

www.ituc-csi.org

www.ybytucatu.com.br

www.polis.org.br

www.alliance21.org

www.tebtebba.org

www.copa-cogeca.be

www.onu.org.br

<http://www.minhamarina.org.br>

www.eduardorombauer.wordpress.com

www.enap.gov.br

www.eduardorombauer.wordpress.com

www.enap.gov.br

www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml

<http://institutoethos.blogspot.com>

<http://planetasustentavel.abril.com.br>

[www.emop.rj.gov.](http://www.emop.rj.gov)

www.williamdarocinha.blogspot.com.br

www.klabin.com.br